

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DE  
IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do  
Parque Estadual de Ibitipoca**

Nivalda Maria de Campos Valeriano  
*Magister Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**NIVALDA MARIA DE CAMPOS VALERIANO**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DE  
IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do  
Parque Estadual de Ibitipoca**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Italo I. Caixeiro Stephan

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

V163p  
2025

Valeriano, Nivalda Maria de Campos, 1994-

O processo de produção do espaço urbano em Conceição de Ibitipoca, Lima Duarte - MG: os efeitos do turismo na vila no entorno do Parque Estadual de Ibitipoca / Nivalda Maria de Campos Valeriano. – Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (149 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2025.

Referências bibliográficas: f. 126-132.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.130>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Crescimento urbano - Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte (MG). 2. Turismo - Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte (MG) - Aspectos sociais. 3. Turismo - Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte (MG) - Aspectos ambientais. I. Stephan, Ítalo Itamar Caixeiro, 1957-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 307.1416

**NIVALDA MARIA DE CAMPOS VALERIANO**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DE  
IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do  
Parque Estadual de Ibitipoca**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 24 de fevereiro de 2025.

Assentimento:

---

Nivalda Maria de Campos Valeriano  
Autora

---

Italo Itamar Caixeiro Stephan  
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 17/03/2025 às 16:59:20 e pelo orientador em 17/03/2025 às 17:30:46. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **2C2Y.OPLV.ANWY** e clique no botão 'Validar documento'.

*A Deus, meus familiares, meu namorado e  
aos meus amigos, por se fazerem presentes  
em todos os momentos e serem uma base  
sólida de apoio incondicional.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por conceder-me a dádiva da vida, pela força que me sustentou ao longo desta jornada e pela bênção de contar com o amparo de minha família e de meus amigos.

Aos meus pais, José Vicente e Mariana, pelo amor incondicional, pelos valores transmitidos e pelo incentivo permanente, que sempre me motivaram a perseverar e a seguir adiante.

À minha madrinha, Vêdetes Cunha, pelo exemplo de determinação e pela inspiração constante nos estudos, que tanto contribuiu para a construção de minha trajetória acadêmica.

Aos meus irmãos, José Lucas e Lídia, pela cumplicidade, pelo apoio inestimável e pela presença constante em cada etapa deste percurso.

Aos meus sobrinhos, cuja alegria e ternura iluminam a minha vida.

Ao meu namorado, Valmir Rosado, e a seus familiares, pelo apoio incondicional e pelo carinho.

Ao meu orientador, Ítalo Stephan, pelo compartilhamento generoso de conhecimentos, pela dedicação contínua e pelo exemplo profissional que se mostrou fundamental para a concretização deste trabalho.

Aos meus amigos de caminhada, pelo carinho, pelo companheirismo e pela paciência em ouvir minhas histórias – especialmente aquelas que envolviam Ibitipoca e sua proximidade com Olaria.

A todos os participantes que gentilmente contribuíram para este estudo por meio das entrevistas realizadas, cuja colaboração se revelou essencial para a construção desta pesquisa.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (PPGAU/UFV), pela oportunidade de aprofundamento acadêmico, pela convivência enriquecedora com professores e colegas que tanto me inspiraram.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade ímpar de cursar a pós-graduação, ampliando meus horizontes acadêmicos e pessoais.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão da bolsa de estudos e pelo incentivo ao desenvolvimento científico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Há um vilarejo ali  
Onde areja um vento bom  
Na varanda, quem descansa  
Vê o horizonte deitar no chão  
Pra acalmar o coração  
Lá o mundo tem razão  
Terra de heróis, lares de mãe  
Paraíso se mudou para lá”.*  
*(Marisa Monte)*

## RESUMO

VALERIANO, Nivalda Maria de Campos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2025. **O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual de Ibitipoca.** Orientador: Italo Itamar Caixeiro Stephan.

Nesta dissertação investigam-se os efeitos do turismo na produção do espaço urbano da Vila de Conceição de Ibitipoca, distrito do município de Lima Duarte, Minas Gerais. A pesquisa parte da criação do Parque Estadual de Ibitipoca, em 1973, como marco inicial das atividades turísticas na região. Busca-se compreender as transformações espaciais, sociais e econômicas decorrentes do turismo, considerando o descompasso entre o crescimento urbano e a capacidade de planejamento local. A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, com técnicas que incluíram análise histórica, observacional e monográfica, complementadas por entrevistas semiestruturadas e estudos de imagens e mapas do objeto de estudo. Os resultados revelam que, embora o turismo tenha impulsionado benefícios como a geração de emprego e a diversificação econômica, ele também acentuou desafios urbanos e ambientais. A pesquisa constatou que a expansão imobiliária, muitas vezes desordenada, gerou especulação e pressões sobre a infraestrutura local, especialmente nos sistemas de abastecimento de água e energia. Além disso, observou-se um impacto considerável na dinâmica social da vila, com processos de gentrificação e transformação cultural que refletem o conflito entre a preservação da identidade local e as demandas de uma economia voltada para o turismo. Outro aspecto abordado foi o papel das políticas públicas e planos diretores no desenvolvimento da vila. A pesquisa identificou lacunas no planejamento e na gestão do espaço urbano, destacando a ausência de estratégias que integrem as dimensões social, econômica e ambiental do turismo. Essa falha resultou em um crescimento urbano acelerado, que muitas vezes não respeitou os limites ambientais ou os valores culturais da comunidade receptora. Nesse contexto, a pesquisa sugere que o turismo pode ser uma ferramenta poderosa de desenvolvimento, desde que ancorado em princípios de planejamento participativo e gestão responsável. A valorização das comunidades locais e a preservação dos recursos naturais emergem como pontos centrais para a construção de um modelo turístico mais equilibrado. Por fim, esta dissertação contribui para o debate acadêmico ao ampliar o olhar para os efeitos do turismo em municípios pouco populosos e seus distritos, frequentemente negligenciados em estudos urbanísticos. Ao propor reflexões críticas sobre o caso de Conceição de

Ibitipoca, o trabalho oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais efetivas e para futuras investigações em contextos similares. O equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, portanto, permanece como desafio central para a gestão turística e urbana em localidades com vocação para o turismo de natureza.

Palavras-chave: turismo de natureza; espaço urbano; planejamento e gestão territorial; distrito municipal; Conceição de Ibitipoca

## ABSTRACT

VALERIANO, Nivalda Maria de Campos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2025. **THE PRODUCTION OF URBAN SPACE IN CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA, LIMA DUARTE – MG: the effects of tourism in the village surrounding the Parque Estadual de Ibitipoca.** Adviser: Italo Itamar Caixeiro Stephan.

This dissertation investigates the effects of tourism on the production of urban space in the village of Conceição de Ibitipoca, a district of the municipality of Lima Duarte, Minas Gerais. The research takes the establishment of the Ibitipoca State Park in 1973 as the initial milestone for tourism activities in the region. It seeks to understand the spatial, social, and economic transformations driven by tourism, considering the disparity between urban growth and local planning capacity.

The methodological approach adopted is qualitative, employing techniques such as historical, observational, and monographic analyses, complemented by semi-structured interviews and studies of images and maps of the study area. The results reveal that, although tourism has brought benefits such as job creation and economic diversification, it has also exacerbated urban and environmental challenges. The research found that often unregulated real estate expansion has led to speculation and pressures on local infrastructure, particularly water and energy supply systems. Furthermore, significant social dynamics were observed in the village, including gentrification processes and cultural transformations that reflect tensions between preserving local identity and meeting the demands of a tourism-driven economy. Another key aspect examined was the role of public policies and master plans in the village's development. The study identified gaps in urban planning and management, highlighting the absence of strategies that integrate the social, economic, and environmental dimensions of tourism. This shortfall has resulted in accelerated urban growth, frequently disregarding environmental limits and the cultural values of the host community.

In this context, the research suggests that tourism can serve as a powerful tool for development if grounded in principles of participatory planning and responsible management. The valorization of local communities and the preservation of natural resources emerge as central points for constructing a more balanced tourism model. Finally, this dissertation contributes to the academic debate by broadening the perspective on the impacts of tourism in small municipalities and their districts, which are often overlooked in urban studies. By offering critical reflections on the case of Conceição de Ibitipoca, this work provides

insights for the formulation of more effective public policies and for future research in similar contexts. The balance between development and preservation, therefore, remains a central challenge for tourism and urban management in locations with a strong vocation for nature-based tourism.

Keywords: nature tourism; urban space; territorial planning and management; municipal district; Conceição de Ibitpoca

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da Vila e sua relação com o Parque Estadual de Ibitipoca ...	17
Figura 2 - Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Conceição de Ibitipoca - MG..	67
Figura 3 - Conceição de Ibitipoca em 1968 .....	70
Figura 4 - Entrada do Parque Estadual de Ibitipoca - 1991 .....	71
Figura 5 - Localização de Lima Duarte.....	72
Figura 6 - Município de Lima Duarte e seus Distritos .....	72
Figura 7 - Rodovia Vital Brasil (BR – 267).....	74
Figura 8 - Rodovia MG 871, que está em processo de calçamento .....	74
Figura 9 - Rua Olga Silva Oliveira, acesso à estrada-parque .....	75
Figura 10 - Ruas com coleta de esgoto em Conceição de Ibitipoca .....	77
Figura 11 - Pontos de coleta de águas pluviais em Conceição de Ibitipoca .....	78
Figura 12 - Localização do Parque Estadual de Ibitipoca e sua Zona de Amortecimento.....	80
Figura 13 - Atrativos do Parque Estadual de Ibitipoca.....	82
Figura 14 - Zoneamento Territorial de Conceição de Ibitipoca – Fundação João Pinheiro 2000.....	87
Figura 15 - Exemplo de construção recente, colada à divisa, que descumpra a legislação.....	90
Figura 16 - Ocupação da Zona de Proteção Ambiental.....	92
Figura 17 - Comparação fotográfica da entrada principal da Vila .....	94
Figura 18 - Fotografia de Conceição de Ibitipoca em 1921 .....	97
Figura 19 - Fotografia de Conceição de Ibitipoca em 1968 .....	97
Figura 20 - Fotografia de Conceição de Ibitipoca em algum ano entre 1980 e 1990	98
Figura 21 - Imagem extraída do Google Earth, 2000.....	100
Figura 22 - Expansão urbana em Conceição de Ibitipoca .....	105
Figura 23 - Expansão da Malha Urbana de Conceição de Ibitipoca: Crescimento Aproximado de 22 Vezes em Relação ao Centro Histórico (1970-2023).....	106
Figura 24 - Zona de expansão urbana em Conceição de Ibitipoca e loteamentos irregulares.....	107
Figura 25 - Mudança do uso residencial para o uso comercial.....	115
Figura 26 - Parte da rua que não existe mais – análise comparativa de 2000 a 2023 .....	116
Figura 27 - Procissão Religiosa sem data precisa.....	118
Figura 28 - Atos da Semana Santa nas ruas de Conceição de Ibitipoca .....	119
Figura 29 - O trajeto do ônibus e o estacionamento .....	120

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Avaliação dos artigos, incisos e parágrafos da Lei 1155/2001 .....	89
Tabela 2 - Frequência de visitantes anuais – 1995 a 2005 .....	99
Tabela 3 - Frequência de visitantes anuais – 2003 a 2010 .....	101
Tabela 4 - Estabelecimentos comerciais em Conceição de Ibitipoca no Google Maps .....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas da pesquisa.....	24
Quadro 2 - Termos segundo o IBGE.....	49
Quadro 3 - Parcelamento do solo em Conceição de Ibitipoca – 2001 x 2018.....	90

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Visitação no Parque Estadual de Ibitipoca - 2015, 2022 e 2023 .....	82
Gráfico 2 - Aumento da visitação ao Parque Estadual de Ibitipoca – 1998 a 1995... 98	
Gráfico 3 - Estabelecimentos de hospedagem de 2006 a 2024 .....	104

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	16
1.1. Contextualização do objeto de estudo .....	16
1.2. Justificativa .....	19
1.3. Objetivos .....	22
1.4. Metodologia .....	23
1.5. Estrutura da dissertação .....	28
2. TURISMO E SUAS FACES: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PERCEPÇÕES DIVERGENTES .....	30
2.1. Introdução .....	30
2.2. A evolução do turismo: dos “grand tours” até o turismo contemporâneo ....	30
2.3. A atividade turística no Brasil de dimensões continentais .....	38
2.4. Turismo de natureza, do que se trata? .....	42
2.5. Contraponto: o olhar do turista e o olhar do cotidiano .....	44
3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E TURISMO .....	48
3.1. Introdução .....	48
3.2. Município, cidade e distrito: conceitos .....	48
3.3. Produção do espaço urbano .....	56
3.4. Da Plano Diretor à produção do espaço urbano: estamos construindo o espaço urbano ou planejando um espaço urbano que nunca é construído? .....	59
3.5. O espaço urbano e a atividade turística .....	62
4. RAÍZES E TRANSFORMAÇÕES: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, SOCIAL E ECONÔMICA DE LIMA DUARTE E CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA .....	65
4.1. Introdução .....	65
4.2. Conceição de Ibitipoca e Lima Duarte: a história da Vila que precede a de seu Município .....	65
4.3. Localização geográfica: o município, a cidade, o distrito e a Vila .....	71
4.4. População e economia: o município e a Vila .....	73
4.5. Acessos e conectividade à Vila .....	73
4.6. Saneamento básico na Vila .....	75
4.7. Energia e comunicação .....	78
4.8. Equipamentos urbanos e serviços públicos .....	79
4.9. Parque Estadual de Ibitipoca .....	79
4.10. Muito além do Parque .....	83

5. ANÁLISES E RESULTADOS: OS EFEITOS DO TURISMO NO ESPAÇO URBANO DA VILA DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA - MG.....	85
5.1. Introdução .....	85
5.2. O plano diretor que não foi para frente, que história é essa? .....	85
5.3. Sem o plano diretor, o que resta então? .....	88
5.4 “Do telhado para a base”: a produção do espaço urbano em Conceição de Ibitipoca .....	96
5.5 “Se essa rua, se essa rua fosse minha...” .....	114
5.6 De palco a estacionamento: a perda do espaço público na cultura local.....	117
6. CONCLUSÕES .....	123
REFERÊNCIAS .....	126
APÊNDICE .....	133
APÊNDICE A – ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA EM CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA.....	133
APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS .....	136
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	141

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Contextualização do objeto de estudo

A produção do espaço urbano em áreas turísticas recebe influência do turismo em seu processo de formação. De acordo com Paiva (1995, p. 68) existe uma interdependência entre turismo e espaço urbano, tanto em virtude dos efeitos dos fluxos de pessoas sobre o espaço urbano, como em virtude de o turismo requerer equipamentos de consumo coletivo e lazer turístico que passam a transformar o espaço.

Por outro lado, as atividades turísticas são potencializadoras de oportunidades e geração de emprego e renda. Cruz (2006, p 339) considera que a matéria-prima do turismo é o espaço, sendo assim, teoricamente, todos os lugares são potencialmente turísticos, já que a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica; essa versatilidade e flexibilidade diferencia a indústria do turismo de outras atividades econômicas, embora não deixem de provocar impactos sociais, econômicos e físico-territoriais na comunidade.

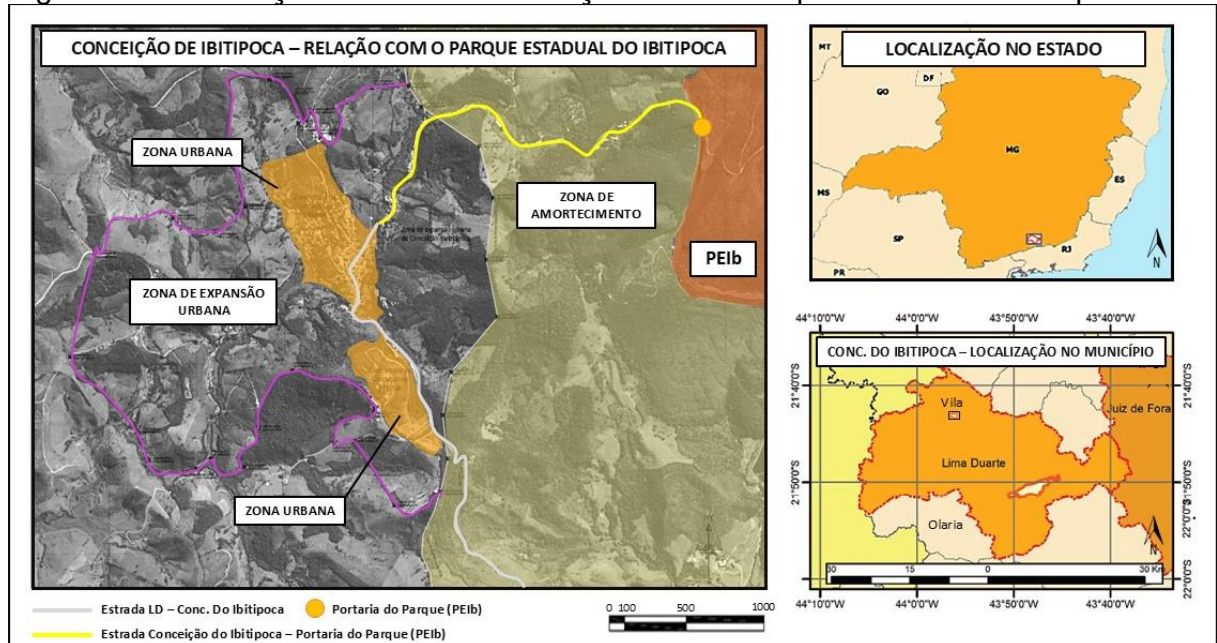
Considera-se, então, que o turismo está ligado às dinâmicas de transformação do espaço urbano, que podem ser positivas e/ou negativas. Mullins (1991) caracterizou a urbanização turística como

sendo um tipo de desenvolvimento urbano que, diferentemente da urbanização geralmente observada no século XIX baseada na produção e comércio, está pautada na venda e consumo do prazer. As cidades que têm urbanização impulsionada pelo turismo apresentam: [1] crescimento urbano e demográfico acelerado; [2] crescimento da força de trabalho disponível com paradoxal maior taxa de desemprego que cidades de porte demográfico semelhante; [3] predominância de mercado de trabalho flexível (principalmente serviços e construção civil voltados ao turismo); [4] estrutura demográfica diferenciada (mais adultos e idosos, menos crianças e menos famílias nucleares); [5] estrutura de classe diferenciada (maior presença de pequenos empreendedores e profissionais autônomos); [6] atuação do Estado como provedor de infraestrutura que encoraja o turismo e o desenvolvimento urbano; e claro, [7] forte presença de turistas (MULLINS, 1991).

O Distrito de Conceição de Ibitipoca, localizado no Município de Lima Duarte - Minas Gerais, foi inserido no panorama turístico após a criação da Unidade de Conservação (UC) Parque Estadual de Ibitipoca (PEIb) em 1973. As Unidades de Conservação são criadas visando à conservação da diversidade de seres vivos e a

proteção de habitats ameaçados. No Estado de Minas Gerais, a identificação, criação e implantação de áreas protegidas é uma das atribuições do Instituto Estadual de Florestas (IEF), como está disposto no próprio site da instituição. A Figura 1 ilustra a localização da Vila, sede do Distrito de Conceição de Ibitipoca, bem como a sua proximidade com o PEIb.

Figura 1 - Localização da Vila e sua relação com o Parque Estadual de Ibitipoca



Fonte: elaborado pela equipe técnica de apoio à elaboração do Plano Diretor de Lima Duarte (2014), modificado pela autora (2024).

O município de Lima Duarte está localizado nas regiões imediata e intermediária de Juiz de Fora, anteriormente conhecida como Zona da Mata Mineira. Possui uma população de 17.221 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2022, distribuídas entre a sede municipal e três distritos: Conceição de Ibitipoca, São Domingos da Bocaina e São José dos Lopes. A Vila, sede do Distrito de Conceição de Ibitipoca, objeto deste estudo, possui uma população de 1004 habitantes de acordo com o Censo do IBGE de 2010.

Segundo o website da Prefeitura de Lima Duarte, os primeiros relatos sobre a região de Ibitipoca datam de 1692 quando ela foi citada no roteiro de viagem do Padre João Faria Fialho (bandeirante que saiu de Taubaté). A Vila foi muito visitada no período do Bandeirantismo, quando expedições saíam da então Província de São Paulo em busca de metais preciosos pelo interior do país. À medida que o ouro e outros metais preciosos foram encontrados em mais abundância em outras regiões de Minas Gerais, como Ouro Preto e Mariana por exemplo, muitas pessoas deixaram

Conceição de Ibitipoca em busca de novas oportunidades, resultando no esvaziamento<sup>1</sup> da Vila.

Ocorre que, em meados do século XVIII, a escassez e as dificuldades encontradas na mineração resultaram numa equação econômica desfavorável aos mineradores, em que o lucro obtido com o ouro descompensava o custo de sua extração. Diante de tais circunstâncias, a maioria do contingente minerador de Ibitipoca possivelmente se deslocou para outras regiões.” (Bedim, 2008, p. 142)

No entanto, a Vila foi redescoberta na década de setenta e o turismo passou a ser considerado o “novo ouro” do lugarejo. Assim, tendo em vista que o turismo traz impactos diretos a produção do espaço urbano, esta pesquisa tem como objetivo investigar os efeitos das atividades turísticas na produção do espaço urbano na Vila de Conceição de Ibitipoca, porta de entrada do Parque Estadual de Ibitipoca, desde o seu ano de criação – 1973.

Muitos estudos de caso a respeito dos efeitos do turismo no espaço urbano de municípios pouco populosos já foram elaborados. O município de Martins – RN, por exemplo, vive uma dinâmica contraditória: a atividade turística nesse pequeno município está diretamente relacionada com as belezas naturais e o meio ambiente e, esse patrimônio vem sendo destruído pela expansão de loteamentos em nome do turismo (Santos; Fernandes; Soares, 2013).

O arquiteto e urbanista Rafael Souza, em sua dissertação, descreve inúmeros trabalhos acadêmicos que apontam a capacidade que a atividade turística tem de modificar as dinâmicas do espaço urbano. Segundo Souza (2021)

Alterações sociais como geração de emprego, aumento de renda e modificação no tecido social tanto dentro das áreas mais turísticas quanto de formação de aglomerados de exclusão nos entornos aparecem com frequência como consequências. Além destas alterações, no espaço urbano também são constantes: esgotamento da infraestrutura urbana, atividade imobiliária e turística propriamente predatórias ao meio ambiente e expansão urbana na forma de loteamentos e condomínios voltados ao turismo. (Souza, 2021, p. 73).

Desde a sua inserção no cenário turístico, a Vila de Conceição de Ibitipoca experimentou uma expansão urbana, marcada pelo aumento do número de ruas e edificações. Entretanto, paralelamente aos benefícios advindos do turismo, emergiram

---

<sup>1</sup> Não é que a Vila tenha ficado sem moradores, mas muitos foram embora para outras regiões, reduzindo a população do lugarejo.

também impactos negativos, semelhantes aos apontados por Souza (2021, p. 73). Dentre esses efeitos, destacam-se o esgotamento da infraestrutura urbana, a sobrecarga nos sistemas de abastecimento de água e energia, e a intensificação da atividade imobiliária, entre outros.

O problema central desta pesquisa consiste em investigar o processo de produção do espaço urbano no distrito de Conceição de Ibitipoca, com foco nos impactos gerados pela atividade turística na Vila localizada nas proximidades da Unidade de Conservação Parque Estadual de Ibitipoca. A questão que orientou este estudo é: **quais são os efeitos da atividade turística no espaço urbano, nas dinâmicas sociais e nas condições de planejamento na Vila de Conceição de Ibitipoca, considerando sua proximidade com a Unidade de Conservação Parque Estadual de Ibitipoca e a premissa de preservação ambiental?**

## 1.2. Justificativa

O turismo desempenha um papel importante como justificativa para o estudo das dinâmicas urbanas, especialmente em municípios pouco populosos, que merecem uma atenção mais profunda por parte da academia. Enquanto os grandes municípios brasileiros são focos frequentes de pesquisas que geram dados valiosos, o Brasil abriga um expressivo número de municípios com menos de 20000 habitantes, totalizando 3935 dos 5.570 municípios que existem, segundo o IBGE (2022). Os municípios de pequeno porte demográfico apresentam características e dinâmicas distintas daqueles com médias e grandes populações, particularmente na relação com seus distritos. A análise dessas localidades se torna imprescindível para compreender melhor os impactos do turismo e suas implicações no planejamento urbano.

Por muito tempo, a associação de pequenas cidades (sedes municipais) à ausência de problemas urbanos fez parte do imaginário coletivo, no entanto, estudiosos como Endlich (2011) e França (2021) apontam o contrário:

As pequenas cidades são frequentemente associadas a espaços marcados pela tranquilidade, socialmente acolhedores e sem as costumeiras mazelas que marcam a sociedade capitalista. Por isso, ao estudá-las, ainda que às vezes possa ser pertinente destacar seus atributos positivos, é fundamental a atenção às contradições sociais que nelas também podem ser encontradas. Olhar para o território e a morfologia urbana pode contribuir na desmistificação dessas interpretações equivocadas acerca das condições sociais e humanas vivenciadas em tais espaços. (Endlich, 2011, p. 2)

A geógrafa Iara França (2021), por sua vez, aponta que

Em se tratando de problemas urbanos, eles se manifestam nas pequenas cidades e são de natureza estrutural, socioeconômica, espacial, e, também ambiental. A ausência ou insuficiência de serviços de saúde, educação, transporte e segurança, bem como de comércios especializados e diversificados, além da fragilidade econômica municipal e do desemprego caracterizam a realidade atual desses centros urbanos. Esse quadro se complexifica quando da precária, ineficiente e/ou insuficiente e, ainda, inadequada, atuação do poder público, agravando os problemas econômicos, estruturais e socioespaciais nas pequenas cidades. (França, 2021, p. 220)

Lima Duarte é um exemplo representativo desse contexto, pois possui uma população inferior a 20.000 mil habitantes, distribuída no distrito sede e nos demais distritos que compõem o município. A produção do espaço urbano após a criação do PEIb e o início das atividades turísticas na Vila de Conceição de Ibitipoca é o foco principal desta pesquisa, levando em conta que o turismo é uma ferramenta de transformação do espaço urbano.

A criação do Parque Estadual de Ibitipoca em 1973, próximo à Vila de Conceição de Ibitipoca, trouxe profundas mudanças na dinâmica urbana local. O rápido desenvolvimento do turismo resultou em um descompasso entre a produção do espaço urbano e o planejamento tanto urbano quanto turístico, gerando uma série de problemas na Vila, como: o esgotamento da infraestrutura urbana, a sobrecarga no sistema de água e energia, e a intensa atividade imobiliária.

Nesse contexto, o estudo dos efeitos das atividades turísticas, estimuladas pela criação de vetores de atração como o Parque Estadual de Ibitipoca, em distritos de municípios com baixa densidade populacional, mostra-se necessário e relevante para a sociedade. Tal investigação busca ir além da compreensão específica do caso analisado, oferecendo subsídios para a avaliação dos impactos decorrentes da inserção de qualquer vetor de atração em núcleos urbanos ou em suas proximidades.

Para mais, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação em áreas turísticas, alinhando-se a discussões globais sobre sustentabilidade e gestão urbana em municípios de pequeno porte demográfico. Ao investigar o caso de Conceição de Ibitipoca, espera-se fornecer subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas públicas mais integradas e para o desenvolvimento de estratégias que combinem o fortalecimento econômico com a proteção ambiental e cultural.

Outro aspecto importante desta pesquisa é a discussão sobre a gestão dos distritos em municípios pouco populosos. Em geral, as vilas (áreas urbanas) localizadas nesses distritos são frequentemente esquecidas nos estudos urbanísticos, perpetuando a falsa crença de que estão isentas de problemas. Conforme destacam os arquitetos e urbanistas Coura e Stephan (2022)

Os temas que envolvem os distritos municipais ainda são relativamente pouco discutidos e até mesmo as definições por meio das escalas geográficas, urbanísticas e político-administrativas se sobrepõem, sem deixar claros alguns aspectos fundamentais para compreendê-los. (Coura; Stephan; 2022; p. 446)

Os autores enfatizam ainda a necessidade de uma compreensão mais profunda dos distritos:

É fundamental entender os distritos de diferentes perspectivas, de forma a retirá-los da condição de 'escala esquecida' do planejamento urbano e ao jogar luz sobre suas especificidades, potencializar as possibilidades de superação de problemas e limitações, aumentando sua contribuição para o desenvolvimento do município. (Coura; Stephan; 2022; p. 448)

Quanto ao marco temporal, a escolha de 1973 se justifica pela criação do Parque Estadual de Ibitipoca. Segundo a turismóloga Monalisa Alves (2014), outro marco temporal relevante ocorreu na década de 1990, quando um "boom" imobiliário impulsionou o crescimento do turismo na Vila de Conceição do Ibitipoca:

Já nos primeiros anos da década de 1990, a população local se voltou às oportunidades que o turismo proporcionava, quando a maioria dos homens se inseriu, gradualmente, nos afazeres da construção civil. Com relação ao número de visitantes no Parque, entre 1988 e 1995 registrou-se um aumento considerável de 7.632 em 1988 para 39.791 em 1995 (IEF, 1996) e em 1995 é registrado, portanto, um aumento expressivo de 240% nos índices de visitação, número que praticamente quintuplicou. (Alves, 2014, p.636).

Além disso, esta pesquisa buscou preencher uma lacuna identificada no campo de estudos sobre Conceição de Ibitipoca. Uma análise prévia da literatura existente revelou que a produção do espaço urbano na localidade não havia sido amplamente explorada. Nos estudos que abordam a Vila, a produção urbana foi tratada de forma tangencial, geralmente em investigações relacionadas à atividade turística, à cultura ou à história local, sem constituir o foco principal dos trabalhos. Por outro lado, no que diz respeito ao Parque Estadual do Ibitipoca, as pesquisas

concentraram-se predominantemente na fauna, flora, topografia, visitação, condições de trilhas e na gestão de unidades de conservação (UC). No entanto, não foram encontrados estudos que relacionassem a produção do espaço urbano da Vila com a proximidade da unidade de conservação.

Por fim, a escolha da temática e do objeto de estudo está intrinsecamente relacionada à familiaridade da autora com o local em questão. Nesse sentido, os conhecimentos previamente adquiridos por meio de sua experiência profissional, particularmente nas áreas de turismo, unidades de conservação, parques estaduais e no contexto específico do município analisado, foram determinantes tanto para fundamentar quanto para motivar a decisão pela realização da pesquisa.

### **1.3. Objetivos**

Considerando que o turismo impacta diretamente a produção do espaço urbano, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os efeitos das atividades turísticas na produção do espaço urbano na Vila de Conceição de Ibitipoca, porta de entrada do Parque Estadual de Ibitipoca, desde o seu ano de criação – 1973.

No que tange aos objetivos específicos, pretendeu-se:

1. Aprofundar no entendimento dos principais temas e conceitos abordados na pesquisa: turismo, produção do espaço urbano, municípios pouco populosos e distritos;
2. Pesquisar e analisar dados secundários relativos à Vila de Conceição de Ibitipoca, como dados demográficos, econômicos e de infraestrutura urbana;
3. Avaliar as proposições de políticas públicas, planos e propostas relativas as atividades turísticas na área de estudo, considerando sua influência na produção do espaço urbano;
4. Identificar e analisar a expansão urbana da Vila de Conceição de Ibitipoca após a criação do Parque e o início das atividades turísticas, destacando os conflitos e desafios resultantes dessa dinâmica.

## 1.4. Metodologia

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa,

[...] propondo-se à interpretação dos fenômenos e à atribuição de significados, abrindo mão do uso de recursos e técnicas de estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (Pradanov, Freitas, 2013, p. 70)

Os meios técnicos que compõem a investigação são: histórico, observacional e monográfico, levando em conta que uma combinação de procedimentos consegue garantir maior êxito e precisão no estudo, do que apenas um. Segundo Pradanov, Freitas (2013, p. 36), “nem sempre um método é adotado rigorosa ou exclusivamente numa investigação. Com frequência, dois ou mais métodos são combinados. Isso porque nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação”.

Enquanto no método histórico, segundo Pradanov, Freitas (2013, p. 36), “o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje.” Já o método observacional, segundo Gil (2008), “pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”. E o método monográfico “tem como princípio que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes”.

Os processos metodológicos adotados para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados estão dispostos no Quadro 1:

Quadro 1 – Etapas da pesquisa

<b>OBJETIVO</b>	<b>ETAPAS DA PESQUISA</b>	<b>PROCEDIMENTOS</b>
OE1. Aprofundar no entendimento dos principais temas e conceitos abordados na pesquisa: turismo, produção do espaço urbano, municípios pouco populosos e distritos.	ETAPA 1 Revisão de literatura	Revisão bibliográfica para a construção da base teórica norteadora da pesquisa.
OE2. Pesquisar e analisar dados secundários relativos à Vila de Conceição de Ibitipoca, como dados demográficos, econômicos e de infraestrutura urbana.	ETAPA 2 Levantamento de dados secundários e visita a campo	Diagnóstico preliminar da Vila, análise de dados existentes (ex.: população, economia, infraestrutura urbana).
OE3. Avaliar as proposições de políticas públicas, planos e propostas relativas as atividades turísticas na área de estudo, considerando sua influência na produção do espaço urbano.	ETAPA 3 Levantamento da legislação urbana, entrevistas e visitas a campo.	Identificação de políticas e planos, além de entrevistas com agentes públicos, moradores e empresários.
OE4. Identificar e analisar a expansão urbana da Vila de Conceição de Ibitipoca após a criação do Parque e o início das atividades turísticas, destacando os conflitos e desafios resultantes dessa dinâmica.	ETAPA 4 Análise de imagens e visitas a campo.	Através de fotografias antigas e do Google Earth, analisar a expansão urbana da Vila.
Sistematizar os dados obtidos e relacioná-los com os efeitos das atividades turísticas no espaço urbano do objeto de estudo.	ETAPA 5 Cruzamento de informações	Consolidação das informações coletadas para interpretar os efeitos do turismo na produção do espaço urbano da Vila.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

O primeiro passo desta pesquisa consistiu na realização de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de mapear as principais obras e discussões existentes sobre os temas e conceitos que estão presentes neste estudo: produção do espaço

urbano, turismo, municípios pouco populosos e distritos. Essa etapa permitiu não apenas a identificação das abordagens predominantes e dos autores de referência na área, mas também proporcionou o aprofundamento dos conceitos fundamentais estudados. A revisão foi conduzida com o intuito de construir uma base teórica sólida, capaz de orientar e embasar as etapas subsequentes da pesquisa e possibilitar uma análise crítica e fundamentada dos dados obtidos.

Para uma análise inicial do objeto de estudo — a Vila de Conceição do Ibitipoca, em Lima Duarte-MG — foram coletados dados secundários, contemplando o perfil populacional de acordo com dados do IBGE (2010 e 2022), o perfil econômico de acordo com as atividades geradoras de emprego e renda dentro da Vila e também no seu entorno rural, o perfil das atividades turísticas locais, uma vez que, para além do turismo de natureza, outras tipologias turísticas podem ser identificadas na Vila como: turismo gastronômico, turismo de aventura, turismo cultural etc.

Paralelamente, realizou-se uma análise do espaço urbano, utilizando imagens históricas e do Google Earth. Este procedimento permitiu a identificação da localização do Parque Estadual de Ibitipoca, de sua Zona de Amortecimento, da Zona Urbana consolidada da Vila e de sua área de expansão. A análise evidenciou padrões de crescimento e apontou áreas mais adensadas, além de indicar regiões que atualmente extrapolam os limites estipulados para a zona de expansão urbana. Esses resultados iniciais contribuíram para uma compreensão preliminar das dinâmicas de ocupação e expansão territorial da Vila, estabelecendo subsídios importantes para as próximas fases da pesquisa.

Com base na análise preliminar da legislação, nas observações realizadas a partir de imagens do Google Earth e nas informações coletadas nas entrevistas, foram conduzidas visitas de campo com o objetivo de documentar e gerar material ilustrativo para a pesquisa. O trabalho em campo foi estruturado em duas etapas distintas:

1. **Condições de acesso à Vila**, registrando os principais pontos de entrada da Vila e o seu estado de conservação;
2. **Infraestrutura urbana**, incluindo aspectos como saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e destinação dos resíduos sólidos), energia e comunicação, equipamentos urbanos e serviços públicos (quais existem e como funcionam), acessibilidade e mobilidade (estado de conservação da

pavimentação das ruas, existência e estado de conservação das calçadas e áreas de estacionamento, condições de tráfego do transporte público dentro da Vila), do desrespeito a legislação urbana vigente, das construções em Áreas de Preservação Permanente e em Zonas de Proteção Ambiental e também do número e localização dos pontos comerciais, bem como da alteração de usos das edificações por meio da comparação com fotografias de períodos anteriores.

As visitas resultaram em fotografias e notas que foram fundamentais para a análise do espaço urbano, complementando os dados secundários e as informações obtidas nas demais fases da pesquisa. As análises geradas estão postas nos capítulos 4 e 5 desta dissertação.

A etapa seguinte consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas apoiadas em um roteiro. Antes de submeter o formulário aos entrevistados, o trâmite de aprovação no Comitê de Ética da Plataforma Brasil foi realizado, garantindo a seriedade do processo. A entrevista aconteceu com maiores de 18 anos composta das seguintes etapas: gravação em áudio das conversas, por meio do uso de equipamentos eletrônicos; transcrição literal e posterior textualização de trechos das entrevistas. Foram entrevistados representantes do setor público, moradores e empresários.

De acordo com os conceitos de Roberto Lobato Corrêa quanto aos agentes do espaço urbano, os entrevistados desta pesquisa podem ser caracterizados como agentes que atuam na produção e transformação do espaço urbano, desempenhando diferentes papéis no contexto socioespacial de Conceição de Ibitipoca. Essa abordagem permite compreender como os representantes do Estado, os moradores e os empresários contribuem para a dinâmica do território, influenciando a organização e o uso do solo, especialmente em um contexto marcado pelo crescimento do turismo.

No que se refere aos órgãos públicos, cada um deles disponibilizou um representante para a entrevista. Os representantes da Secretaria de Turismo, da Secretaria de Obras e do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Lima Duarte exemplificam o papel do Estado como agente estruturador do espaço urbano. Conforme Corrêa (2017, p. 46), o Estado deve exercer funções essenciais, como a definição de marcos regulatórios, a provisão de infraestrutura e a mediação de

conflitos entre diferentes interesses. Por meio dessas ações, o Estado influencia diretamente a organização territorial e o desenvolvimento da Vila, atuando como mediador entre as demandas sociais e econômicas.

Os participantes dos grupos moradores e empresários foram selecionados por meio de uma amostragem do tipo "bola de neve", em que, a partir da identificação de um primeiro entrevistado, os demais foram indicados sucessivamente por participantes anteriores. De acordo com Vinuto (2014, p. 204), a amostragem em bola de neve configura-se como um processo dinâmico de coleta de dados, aproveitando-se das redes sociais dos entrevistados iniciais para fornecer ao pesquisador uma rede crescente de contatos potenciais. Essa estratégia é especialmente útil em contextos em que o acesso aos participantes é limitado ou onde as redes de relações são cruciais para a compreensão do objeto de estudo, permitindo uma abordagem gradual e aprofundada do universo pesquisado.

Os cinco moradores entrevistados, que residem em Ibitipoca há pelo menos cinco anos, representam os agentes sociais individuais que vivenciam e moldam a dinâmica cotidiana do espaço urbano. Segundo Corrêa (2017, p. 44), esses agentes são impactados pelas políticas públicas e pelas ações dos agentes econômicos privados, mas também desempenham um papel ativo ao demandar serviços, infraestrutura e a preservação das características locais. A amostra foi composta por moradores de diferentes faixas etárias, que atuam como autônomos(as) ou possuem vínculo empregatício, abrangendo tanto aqueles que nasceram em Conceição de Ibitipoca quanto os que se mudaram para a vila há mais de cinco anos. Essa diversidade enriquece a análise sobre como os indivíduos interagem com o espaço e respondem às transformações decorrentes do turismo.

Os seis empresários entrevistados, proprietários de empreendimentos nos setores de hotelaria, incorporação imobiliária, alimentação e atividades turísticas, são caracterizados como agentes econômicos privados que desempenham um papel central na produção do espaço urbano. De acordo com Corrêa (2017, p. 44), esses agentes contribuem para a valorização territorial e condicionam o ritmo de urbanização ao realizarem investimentos em infraestrutura, ao promoverem o turismo e ao incentivarem a ocupação de novas áreas. Entre os entrevistados, cinco nasceram em Conceição de Ibitipoca e consolidaram seus negócios dentro da economia do turismo local. Apenas um empresário é oriundo de uma cidade vizinha e mudou-se

para a vila inicialmente para trabalhar na construção civil, até reunir condições para abrir seus negócios próprios.

Na etapa final da pesquisa, realizou-se o cruzamento das informações coletadas ao longo de todo o processo, com o intuito de relacionar os dados obtidos por meio das entrevistas, da análise da legislação e das visitas técnicas aos efeitos da atividade turística sobre o espaço urbano de Conceição do Ibitipoca. Esse procedimento de integração e análise comparativa permitiu observar com maior clareza as dinâmicas territoriais em curso, identificando como o turismo tem influenciado a expansão urbana, os padrões de ocupação e as pressões sobre a infraestrutura e o meio ambiente local.

### **1.5. Estrutura da dissertação**

A dissertação está organizada em seis seções: Introdução, Capítulos II, III, IV, V e Conclusões. Na introdução, os assuntos abordados são: contextualização do objeto de pesquisa, as justificativas, objetivos e metodologia. O referencial teórico é tratado nos capítulos II e III, enquanto os resultados e discussões concentram-se no capítulo V e VI, sendo o sétimo capítulo destinado às conclusões.

O Capítulo II, intitulado **“O turismo e suas faces: trajetória histórica e percepções divergentes”**, contextualiza o tema por meio de uma análise histórica que traça o desenvolvimento das atividades turísticas, desde sua origem entre a burguesia inglesa até o crescimento da demanda pelo turismo de natureza. Além disso, apresenta uma reflexão sobre o contraste entre a perspectiva do turista e a do residente local, explorando o olhar daquele que busca o “extraordinário” em contraponto à vivência cotidiana daquele que habita o destino turístico.

O Capítulo III, **“Produção do espaço urbano e turismo”**, aborda conceitos importantes para a pesquisa como: municípios pouco populosos, cidade, distrito e vila, examinando como o planejamento e a gestão podem promover um turismo sustentável, que respeite e valorize a comunidade local. Além disso, discute a produção do espaço urbano, tratando dos agentes que produzem o espaço urbano e do turismo como indutor das transformações urbanas e da expansão urbana.

O Capítulo IV, intitulado **“Raízes e transformações: contextualização histórica, geográfica, social e econômica de Lima Duarte e Conceição de Ibitipoca”**, apresenta uma caracterização do município de Lima Duarte e da Vila de

Conceição de Ibitipoca. Esse capítulo aborda os aspectos históricos, geográficos, sociais e econômicos, com o objetivo de introduzir de forma mais detalhada o objeto de estudo da pesquisa.

O Capítulo V, cujo título é “**Análises e resultados: os efeitos do turismo na configuração urbana da Vila de Conceição de Ibitipoca - MG**”, constitui-se na análise central proposta pela pesquisa. Por meio de mapas, observações fotográficas, documentos e entrevistas, foi levantado o histórico da atividade turística na Vila de Conceição de Ibitipoca desde a criação do Parque Estadual de Ibitipoca, em 1973. Por fim, o capítulo apresenta a discussão dos dados coletados à luz do referencial teórico adotado.

Por fim, às conclusões que sintetizam as principais reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho. Baseando-se na análise teórica e empírica realizada, busca consolidar as contribuições da pesquisa, relacionar os resultados aos objetivos iniciais e apontar caminhos para futuras investigações. Assim, as conclusões encerram o estudo, reforçando sua relevância no contexto do turismo e da formação do espaço urbano.

## 2. TURISMO E SUAS FACES: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PERCEPÇÕES DIVERGENTES

### 2.1. Introdução

Este capítulo aborda a evolução histórica do turismo, desde os “grand-tours” até a configuração do turismo contemporâneo. Analisa-se o desenvolvimento da atividade turística como um reflexo das transformações sociais, evidenciando como as mudanças no modo de vida impactaram a evolução do turismo em âmbito global. Além disso, apresenta-se uma síntese da história do turismo no Brasil, considerando as transformações sociais e o processo de institucionalização da atividade como componente significativo da economia e política nacional. O capítulo também aprofunda a compreensão sobre o turismo de natureza, segmento central no objeto de estudo, e explora outras tipologias turísticas, com um enfoque na análise das motivações dos turistas ao escolherem seus destinos. Assim, contrapõe-se a busca dos visitantes pelo extraordinário com o cotidiano das comunidades receptoras, contribuindo para uma visão crítica e fundamentada dos aspectos sociais e culturais envolvidos na atividade turística.

### 2.2. A evolução do turismo: dos “grand tours” até o turismo contemporâneo

São duas as origens da palavra “turismo”. Andrade (2000) aponta que a palavra adotada no português tem sua origem no inglês *tour*, no entanto, a língua inglesa recorreu ao francês para formar a sua palavra. No francês, por sua vez, a palavra utilizada é *tourisme*, cuja origem vem do latim, *tornus*, que significa “fazer a volta”, “volta ao redor” ou “ir a algum lugar e retornar”.

Cruz (2006, p. 338) pontua que “como prática social, a atividade do turismo tem o turista como principal protagonista e isso implica reconhecer que, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do estado, o “mundo do turismo” não se restringe às ações hegemônicas de atores hegemônicos”. A Organização Mundial do Turismo, por sua vez, apresenta o seguinte conceito:

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras. (OMT, 1994)

O turismo do século XX tem sua origem nos *grand tours*, que já eram muito estruturados no século XVII e tiveram seu auge no século XVIII. Caracterizados por viagens duradouras (cerca de três anos) e não sazonais direcionadas a pessoas muito ricas, principalmente a jovens rapazes da elite britânica, com o intuito educativo.

Diversos estudiosos sustentam que essa prática teve origem na Inglaterra, país que, embora extremamente próspero, encontrava-se geograficamente isolado. As famílias abastadas inglesas acreditavam que, para que seus filhos fossem devidamente educados, era fundamental que eles conhecessem os principais centros culturais da Europa. Entre esses locais de grande importância cultural, destacavam-se as ruínas de Roma, bem como as arquiteturas e as obras de arte de países como a França, a Alemanha, a Itália e os Países Baixos.

Era comum que as viagens fossem organizadas com base em manuais de orientação, sendo um dos mais importantes o guia turístico lançado em 1749 por Thomas Nugent, intitulado *The Grand Tour*. O tutor dos *Grand Tours*, Samuel Johnson, afirmou: "Um homem que não esteve na Itália está sempre ciente de sua inferioridade por não ter visto o que se espera que um homem veja" (Johnson apud Costa, 2009, p. 25). Os *grand tourists* buscavam uma interação com os autóctones e outros viajantes, com o objetivo de aprender e compartilhar conhecimentos e culturas. Em grande parte, as obras de arte constituíam os principais pontos de visita, e tornou-se comum a elaboração de listas das principais maravilhas do mundo.

A turismóloga Flávia Costa destaca que

O grand tour transformou as viagens em empreendimentos filosóficos e científicos, que permitiam ao viajante fazer comparações e formular, a partir delas, valores mais universais que aqueles engendrados em contato apenas com os costumes de seu local de origem...Urry destaca que existia uma expectativa de toda a sociedade de que as viagens empreendidas exercessem esse papel primordial na educação cognitiva e perceptiva das classes altas...Nas palavras de Nugent, "o grand tour visava manifestadamente enriquecer o espírito pelo saber, corrigir o discernimento, suprimir os preconceitos da educação, polir as maneiras, em uma palavra: formar um gentleman completo". (Costa, 2009, p. 25 e 26)

No final do século XVIII, além da educação cultural, as experiências dos *grand tours* passaram a incluir a "educação carnal". De acordo com Costa (2009, p. 26), essa mudança "contribuiu para um crescimento ainda maior da popularidade da Itália, cujo povo era percebido como naturalmente gregário e 'desinibido', com a presumida disponibilidade das mulheres exercendo grande atração sobre os visitantes". Costa

(2009, p. 27) observa ainda que, embora os "prazeres dos sentidos" e as "experimentações com a alma e com o corpo" tenham se tornado importantes motivações, o objetivo educativo tradicional permaneceu como o principal fator de atração para os viajantes. Esse objetivo também foi fundamental para diferenciar essas viagens das excursões turísticas de massa, que sucederam o *grand tour* no segundo quartel do século XIX.

Barreto (1999, p. 49-50) argumenta que o turismo moderno emergiu em um contexto social complexo, caracterizado por mudanças nos modos de produção e de deslocamento, impulsionadas pelo avanço tecnológico. A Revolução Industrial, ocorrida na Europa, na transição do século XVIII para o XIX, promoveu transformações econômicas, sociais e políticas significativas. Simultaneamente, o aumento da circulação dos ainda presentes *grand tourists* impulsionou o desenvolvimento dos meios de transporte, bem como das estruturas hoteleiras e de recepção. A turismóloga Ângela Martins afirma que

A realidade vivida no final do século XIX e no início do XX, trouxe em seu bojo situações nunca antes vividas pelo conjunto da Humanidade, uma delas foi a oportunidade para o trabalhador de dispor de um tempo livre de atividades laborais e remunerado. O turismo atinge, então, um grande número delas, fruto do desenvolvimento dos transportes, das férias remuneradas e da organização desta atividade. (Martins, 2001, p. 11 e 12).

Nesse contexto, conforme ressalta Costa (2009, p. 27), surgiram novos produtos para atender à ainda elitista indústria do turismo, como as excursões organizadas - hoje conhecidas como pacotes de viagem - com destaque para Thomas Cook, que desempenhou um papel crucial na criação do que é conhecido atualmente como as agências de viagem. As ações de Cook, segundo Costa (2009, p.28), democratizaram as viagens, atendendo não só à elite, mas também desenvolvendo mecanismos para incluir as classes médias.

Viajar transformou-se num lugar-comum para grande parte da elite, e também da classe média, no último quartel do século XIX e início do século XX. Mas como os pacotes de Cook alteraram significativamente a estrutura organizacional das viagens e o perfil do público que as consumia, os destinos continuaram fundamentados em atrativos de origem cultural, porém com o abandono dos objetivos focados no enriquecimento cultural e no aprendizado e sua troca pela diversão descompromissada (Costa, 2009, p. 29).

No entanto, os adeptos do turismo tradicional, baseado nos *grand tours* e na disseminação de cultura, criticavam fervorosamente o estilo excursionista de Cook, pois acreditavam que os participantes das excursões eram observadores apressados, incapazes de experimentar os lugares, seus costumes, tradições e estética, produzindo um turismo cada vez mais superficial, segundo Costa (2009, p. 29). Assim, portanto, no último quartel do século XIX e início do século XX, viajar se tornou um “lugar comum” para as elites e classes médias, mas com as excursões de Cook, o caráter cultural e educativo foi trocado por divertimento a partir de 1950, dando origem ao turismo de massa.

Ainda com base nas excursões criadas cem anos antes por Cook, a década de 1970 revela o “boom” do turismo massificado. A partir daí, os efeitos negativos (econômicos, sociais, culturais e ambientais) das atividades turísticas começaram a ser percebidos nas comunidades receptoras e passou a ser comum ouvir o termo “turismo predador”. Nesse contexto, as atividades ligadas ao turismo de massa pouco acrescentavam aos visitantes, pois não traziam experiências educativas interessantes e os turistas não tinham oportunidades verdadeiras de contato com as pessoas locais e nem com as experiências comuns do lugar visitado. Costa (2009) ressalta que

A estruturação da experiência do turista de massa é totalmente superficial e ilusória: só consegue enxergar o local visitado protegido por uma “bolha ambiental” (materializada pelos hotéis de estilo americano, espalhados em cadeias internacionais, que lhe oferecem a segurança do referencial familiar) e o que se vê são somente os “pseudoconhecimentos”, frutos da banalização e descontextualização das culturas visitadas, que se transmutam de fonte de informação em simples bem de consumo sem autenticidade. Como num círculo vicioso, as populações visitadas são “obrigadas” a produzir espetáculos exóticos para turistas que, conseqüentemente, se afastam cada vez mais desta população. (Costa, 2009, p. 31)

Martins (2001) complementa que

Estes estranhos, estrangeiros, trazem consigo novas ideias e valores sociais alheios a sociedade local que são às vezes chocantes, mas que, pelas exigências econômicas impostas pela Sociedade Global, obrigam aos autóctones ou a ceder a estes novos valores, ou a radicalizar seus valores ou a recriá-los adaptando-os a estas novas situações. Assim, novos usos e valores sociais e espaciais são introduzidos no ambiente que recebe o processo de turistificação. (Martins, 2001, p. 16).

Com relação ao termo turistificação, os autores Barreto e Lanzarini (2023, p.11) cunharam o termo “turistificação dos lugares”, que ocorre quando “agentes de

mercado, apoiados pelo poder público, se apropriam da infraestrutura e dos recursos das localidades para promover um turismo que prioriza o lucro econômico em detrimento da preservação cultural e do bem-estar das comunidades residentes”, desenvolvendo as atividades turísticas alheias aos interesses das comunidades locais.

As características do turismo de massa, portanto, podem ser percebidas até os dias atuais, seja pelos efeitos negativos às comunidades receptoras, seja pelo olhar preconceituoso que se tornou comum para com o sujeito “turista”. Franklin (2024, p. 44) diz que o “turismo de massa manteve visões aristocratas, em que o local receptor dessa burguesia contemporânea serviria apenas para receber esses visitantes, não importando com a qualidade de vida dos moradores nativos ou com o ambiente dessas localidades”.

Nas áreas onde se pratica o turismo de massa, uma característica que prevalece é a forte presença do turista, caracterizando-se como uma visitação desenfreada. Nesses locais, os impactos negativos na maioria das comunidades receptoras são de natureza social, cultural, ambiental e econômica. Martins (2001, p.18) aponta que ao mudar um espaço a fim de adaptá-lo ao turista, “fazendo-se um make-up”, em muitos casos consiste em esquecer a morfologia arquitetônica, o estilo, a composição, o ritmo, as tradições, a cultura do local, culminando na deformação dos valores impregnando no mesmo.

Outra questão que está relacionada com os problemas causados pelo turismo de massa ou ainda pelo turismo implementado sem planejamento é a distribuição de riqueza. Cruz (2009, p. 338) diz que “se, de um lado, o turismo gera riqueza, renda, postos de trabalho, etc., de outro, pode desencadear processos inflacionários, principalmente na escala local, e aprofundar práticas indesejadas como a prostituição infantil e o tráfico de drogas”. Isso porque, muitos dos postos de trabalho gerados são direcionados a quem tem algum tipo de qualificação e grande parte do lucro gerado é direcionado a investidores externos à comunidade receptora.

Distribuição espacial da riqueza não é o mesmo, entretanto, que distribuição estrutural da riqueza. Por isso, muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações se tivessem tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e de renda (Cruz, 2006, p. 339).

Franklin (2024) complementa que

Há a necessidade de importação de produtos do exterior para atender desejos e necessidades dos turistas, que estão ali não para conhecer a cultura local e ter contato com os produtos nacionais, mas para se manter em sua zona de conforto. Isso provoca uma evasão de divisas que os rendimentos em moeda estrangeira dos visitantes nem sempre conseguem compensar. O lucro gerado no local receptor dificilmente se mantém ali, haja vista que normalmente para colocar um território entre os roteiros turísticos é necessário investimentos altos que o investidor pretende recuperar no menor tempo possível, levando consigo todo o capital arrecadado no local (Franklin, 2024, p 47).

Franklin (2024, p. 47) destaca também que, os países em busca de um rápido retorno do investimento no turismo, deixam de fazer investimentos em outras áreas, gerando, portanto, uma dependência da comunidade receptora em relação à atividade turística. O autor salienta ainda que, por se tratar de uma atividade sazonal, “em determinadas épocas o local será bastante visitado, enquanto em outras, haverá ausência quase total, gerando transtornos e efeitos econômicos negativos consideráveis”.

A partir de 1980 um novo modelo de turismo passou a ser observado. Para Costa (2009, p. 31), o modelo turístico massificado começou a apresentar sinais de esgotamento, somando-se a isso, “a crítica ambientalista, inicialmente direcionada à utilização irracional dos recursos naturais, ampliou-se para outros espectros, com foco no turismo de massa”. Martins (2001) complementa

O grande perigo da atividade turística está exatamente na ultrapassagem dos limites ou na negligência de um dos itens daquilo que se conceituou como capacidade de carga, ou seja, quando a curva de vida do turismo chega ao seu auge. O espaço tem seus limites, a população tem um ponto de saturação quanto a suportar a atividade, a infraestrutura urbana e hoteleira também. (Martins, 2001, p. 29)

Na década de 1990, uma retomada das características educativas e culturais dos *grand tours* podem ser observadas, “buscando uma preocupação maior em conhecer os locais e as comunidades visitadas, assumindo um espírito aventureiro e mais aberto a viver novas experiências” (Costa, 2009, p. 33). Essas novas maneiras de viver as atividades turísticas misturam-se às facilidades do turismo de massa, com acessibilidade aos transportes e meios de hospedagem, por exemplo, com os preceitos do turismo sustentável, incluindo experiências educativas baseadas na

experimentação de lugares e acontecimentos, buscando a preservação do patrimônio cultural e natural. Martins (2001) salienta que

Hoje, diante das novas situações provocadas pelo desenvolvimento econômico em escala planetária entramos na chamada Era da Globalização que trouxe, entre outros aspectos importantes, a “liberdade” de ir e vir fazendo turismo. Ao praticarmos o turismo estaremos obrigatoriamente nos afastando do nosso espaço cotidiano. Podemos nos deslocar para novos lugares fora de nossas cidades, mas dentro do Brasil ou visitar lugares exóticos, estranhos a nossa cultura, já que hoje viajamos para outros países com facilidade nunca antes vista. O turismo virou global, porque o Homem virou global dentro do processo histórico...Nosso modo de vida passa assim a ser global, no sentido em que interagimos globalmente com o planeta e podemos ter acesso a praticamente todos os lugares dele. (Martins, 2001, p. 12, 13 e 16).

Com o advento da tecnologia, outra problemática a respeito da influência das atividades turísticas passou a ser apresentada em estudos, trata-se da influência sociocultural, que está mais evidente em virtude das fotografias e postagens nas redes sociais. Franklin (2024, p. 48) considera que “o turismo gera o efeito de demonstração na população local que, ao ver os turistas com produtos que não são locais, acaba gerando o desejo em se ter esses hábitos de consumo, que podem variar de produtos alimentícios, vestuário e tecnologia”. Martins (2001, p 16) complementa apontando que “o contato com o turismo e com o turista provoca alterações nos moradores e em suas localidades, pois povos diferentes num espaço “do outro”, produzem alterações na estrutura social dos mesmos, gerando o que se convencionou chamar de alteridade”.

Cabe pontuar também os fenômenos urbanos que podem ser percebidos nos locais que recebem a atividade turística. Dentre esses fenômenos estão: a gentrificação, a *disneyficação* e a cenarização. “Embora todos estes fenômenos venham de uma causa primária comum, eles possuem processos diferentes e desfechos próximos” (Franklin; Stephan; Reis, 2021, p. 169).

O termo gentrificação foi criado pela socióloga Raquel Glass em 1964, trata-se da expulsão de moradores tradicionais por novos moradores em áreas da cidade.

Uma a uma, diversas áreas ocupadas pela classe trabalhadora em Londres foram gradativamente invadidas pelas classes médias – tanto alta quanto baixa. Uma vez iniciado esse processo de gentrificação em um distrito, ele avança rapidamente até que todos ou a maioria dos ocupantes originais da classe trabalhadora sejam deslocados,

alterando profundamente o caráter social do local. (Glass, 1964, p. 18, traduzido pela autora<sup>2</sup>).

Franklin (2024) associou o termo com o turismo, tratando-o como um catalisador da gentrificação.

O turismo pode ser um grande catalisador da gentrificação, embora não seja o único responsável. Quando se quer trabalhar o turismo em alguma região, o Estado e o setor privado levam infraestrutura para aquele local, fazendo com que o que antes não era visto, passe a ser considerado pela população. No turismo de massa, em que o consumo capitalista é o centro da discussão, empresas tentarão se instalar nos locais, oferecendo diversão e pontos de apoio para esses turistas. Com isso, haverá uma pressão econômica grande para a venda dos imóveis do local, seja para instalação dessas empresas ou até mesmo para demolição e construção, por exemplo, de hotéis, resorts etc. Franklin, 2024, p. 50)

Já a *disneyficação*, termo cunhado por Harvey (1996, p. 199) refere-se ao “reencantamento da natureza”, quando, segundo Franklin (2024, p. 50) a “história é transformada em um produto comercializável”. Franklin (2024, p. 51) aponta ainda que o turismo é um catalisador da *disneyficação* pois “para que algum destino receptor se torne um cenário atraente para visitação, pode-se alterar a história ou fazer uma seleção do que deve ser passado aos turistas”.

A *cenarização*, por sua vez, é o processo no qual a gentrificação e a *disneyficação* chegam a níveis tão elevados que expulsam moradores locais de determinadas áreas ou localidades, que passam a servir somente às atividades turísticas e ao turista. Franklin (2024, p. 51) salienta que “dependendo do público que se quer atingir que ocorre o fenômeno da *cenarização*”. Para Urry (2001)

O que precisa ser enfatizado   que a história da tradição   distorcida devido ao predomínio da ênfase na visualização, no fato de se apresentar ao visitante um conjunto de artefatos, incluindo edificações e, em seguida, tentar visualizar o padrão de vida que se teria estruturado em torno deles (Urry, 2001, p. 153).

Outro ponto de extrema relevância tratando-se do turismo de massa são os problemas ambientais. Franklin (2024, p. 54) diz que “a infraestrutura urbana

---

<sup>2</sup> Do original: *One by one, many of the working class quarters of London have been invaded by the middle classes – upper and lower. Once this process of gentrification starts in a district it goes on rapidly until all or most of the original working class occupiers are displaced and the whole social character of the district is changed.*

(saneamento básico, energia elétrica e dimensionamento das vias) não é adequada para o grande fluxo de turistas sazonais, levando com que as redes não suportem a demanda. Martins (2001) complementa que

O espaço tem seus limites, a população tem um ponto de saturação quanto a suportar a atividade, a infraestrutura urbana e hoteleira também. Logo, se atividade não teve um bom planejamento inicial (maioria dos casos no Brasil), sua continuidade vai implicar em um zelo atento aplicado ao espaço de modo a gerar desenvolvimento local sem excessos, sem a degradação do patrimônio arquitetônico, urbano e natural, mas com um custo relativamente baixo de manutenção dos locais encarregados de receber a visita. (Martins, 2001, p. 29).

Como o presente trabalho trata do turismo de natureza e de áreas urbanas no entorno de Unidades de Conservação em região de montanha, mais uma consideração de Franklin (2024) é muito pertinente, pois o autor fala da erosão do solo e do desmatamento, entre outras questões.

Nas montanhas, há a construção de casas e estradas que podem levar à erosão do solo e a deslizamentos de terra. Nas matas e florestas, o desmatamento para construção de resorts, hotéis, restaurantes, leva a um contato entre seres humanos e a fauna local, podendo diminuir a biodiversidade, levando ao desaparecimento de espécies, ou gerando acidentes como a invasão de animais perigosos em áreas antropizadas. Há também o ruído dos turistas e dos seus entretenimentos, que podem assustar os animais, além do oferecimento de alimentos, que pode descompensar a cadeia alimentar e mudar, inclusive, o comportamento desses seres. Além disso, a flora tende a diminuir, devido a abertura de trilhas, coleta de frutas, plantas, flores, vandalismo e incêndios. (Franklin, 2024, p. 54)

No Brasil, o desenvolvimento da atividade turística envolve nuances diferentes do que aconteceu no restante do Mundo e nos países desenvolvidos. Por essa razão, o processo de estruturação do Turismo no país será tratado na sequência.

### **2.3. A atividade turística no Brasil de dimensões continentais**

Os primeiros países na América Latina a desenvolver o turismo foram Chile, Argentina e Uruguai e os atrativos eram os núcleos de praia e mar, segundo Barreto (2003). Os turistas, majoritariamente vindos da Europa, buscavam por locais onde pudessem estar à beira-mar, mas que as temperaturas fossem baixas como em seus locais de origem. Acerenza (1991) explica que os viajantes europeus, vindos para o

continente Latino-americano, trouxeram o costume de passar o verão em frente ao mar, porém em temperaturas similares às encontradas no continente Europeu.

As atividades turísticas causam transformações no espaço e na vida social da sociedade onde se inserem e, no Brasil, país de dimensões continentais, com tantos biomas e características, esses efeitos transformadores são ainda mais perceptíveis e peculiares. Para Silva (2006) não existe maneira de compreender o turismo no Brasil, sem antes entender a sociedade brasileira.

Pois, de que maneira pensar-se-á o Turismo como uma atividade verdadeiramente importante para toda a sociedade sem antes discutirem as bases necessárias para a sua implementação e desenvolvimento, que inclui acesso a necessidades básicas do indivíduo como: educação, segurança, saúde, moradia, transporte, etc. Isto sem falar numa distribuição de renda mais igualitária, condição que permitiria, por si só, o aumento do fluxo turístico. (Silva, 2006, p. 33)

A criação da Sociedade Brasileira de Turismo em 1923 coloca a década de 1920 como um marco inicial do fenômeno social do turismo no Brasil. Barreto (1999, p. 56) salienta que no Brasil, “o turismo surgiu vinculado ao lazer; nunca teve cunho de aventura ou educativo, como na Europa”. Maranhão (2017), considera a década de 1930 como marco inicial da atividade turística no Brasil com respaldo do Estado, pois nesse período foi criada a “Divisão do Turismo”, considerado o primeiro organismo público do turismo nacional.

Com a criação do Decreto nº 406/1938, observa-se a instituição dos primeiros diplomas legais com a intenção de normatizar ações turísticas no país. Tal decreto versava sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres, mas disciplinava unicamente sobre a entrada de estrangeiros no Brasil, sem levar em conta o turismo doméstico.

Nos anos seguintes, outros instrumentos normativos foram criados como o Decreto-Lei nº 2.440/1940 para tratar das agências de viagens e o Decreto-Lei nº 44.863/1958 que criou a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), que segundo Dias (2008, p. 128), representou o primeiro esforço para a criação de uma Política Nacional de Turismo.

Aqui cabe uma ressalva, em 1946, a Divisão do Turismo foi desconstruída e durante 20 anos o país ficou sem uma instituição para assuntos relacionados ao turismo, no entanto, a COMBRATUR passou a tratar das questões relacionadas às agências de turismo, somente. No ano de 1966, uma estrutura federal foi montada

para tratar das atividades turísticas com destaque para a criação dos seguintes órgãos: Conselho Nacional do Turismo (CNTUR), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Primeiro Plano Nacional do Turismo.

Até a década de 1960, portanto, o que se observa é que o turismo não era tratado como uma área estratégica. Mas a partir deste ponto, segundo Maranhão (2017, p. 245), pode-se notar certa continuidade dos esforços públicos para regulamentar o setor turístico brasileiro.

Nos anos seguintes, a Embratur passou por uma reestruturação, tornando-se uma autarquia e sua denominação passou a ser Instituto Brasileiro de Turismo, atuando na formulação e execução de uma Política Nacional de Turismo (PNT). Somado a isso, uma série de fundos de incentivo econômico ao turismo foram estabelecidos como, por exemplo, o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) por meio do Decreto-Lei 1191/1971.

Solha (2000) aponta que, o desenvolvimento do turismo no país, no período de 1950 a 1969, ocorreu em consequência da conjugação de diversos fatores: melhoria nos equipamentos e no sistema de transportes; ampliação dos sistemas de comunicação; urbanização e crescimento das cidades; crescimento de uma classe média propensa a viajar.

Embora ainda bastante incipiente quando comparado à velocidade dos acontecimentos mundiais, estimulou o início da organização da atividade nos setores público e privado. Barreto (2003) complementa que a partir da década de 1950, grandes contingentes de pessoas passaram a viajar, mas destaca que as “classes altas consumiam um turismo particular e as classes médias, o turismo de massa”, por meio das excursões.

A interiorização do turismo, segundo Silva (2006), começou a ser adotada na Política Nacional de Turismo do governo Fernando Henrique Cardoso. Tratava-se de uma tentativa de levar desenvolvimento para áreas isoladas no interior do país por meio da atividade turística, em detrimento do investimento em destinos de praia. Assim, uma série de propagandas foram divulgadas no Brasil e no exterior apresentando destinos vinculados aos recursos naturais conservados.

Em 2001 a EMBRATUR publicou um documento bilingue, português e inglês, intitulado Polos de Ecoturismo no Brasil, cujo conteúdo demonstra as potencialidades turísticas das regiões brasileiras vinculadas ao turismo de natureza. No documento o estado de conservação dos ambientes, a originalidade e singularidades dos

locais, as belezas, cênicas e paisagísticas convergem para indicação dos produtos turísticos existentes e suas potencialidades, ou seja, havia uma indicação clara das possibilidades de criação de novas áreas, produtos e tipologias turísticas (Silva, 2006, p. 37).

No curto espaço de tempo que a atividade turística ligada a natureza se estabelece no país, o que se nota, de acordo com Silva (2006, p. 34), é que “áreas inóspitas e precárias, muitas vezes consideradas subdesenvolvidas, já que dispunham de requisitos mínimos, foram transformadas em localidades turísticas e têm sido vendidas como paraísos perdidos, àqueles que podem pagar”. Silva pontua ainda que

Numa lógica inversa, para não dizer, muitas vezes, insensata e perversa, inclusive incentivado pelo poder público, o Turismo tem se desenvolvido em lugarejos sem estrutura, sem profissionais e profissionalismo, gerando uma contradição entre desenvolvimento e exploração (Silva, 2006, p. 34).

No entanto, a atividade cresce no país. De acordo com o site da Embratur (2024), a expectativa é que o Brasil supere o recorde registrado em 2023, de US\$7 bilhões em receitas, com a entrada de turistas estrangeiros até o final do ano. O Observatório do Turismo de Minas Gerais (2024) indica que, apesar da significativa queda no fluxo turístico e nas receitas durante a pandemia de COVID-19, o setor demonstrou rápida recuperação em 2022 e continuou a liderar acima da média nacional durante todo o ano de 2023 e se mantém crescente em 2024. O Observatório destaca ainda que os parques estaduais mineiros tiveram um aumento de 12,8% nas visitas em 2024 em relação a 2023.

Além disso, o estado mineiro lançou o Plano Diretor do Turismo Verde, com ações a serem executadas entre 2024 e 2031. Dado que o estado abriga 356 reservas e 247 mil hectares de áreas naturais protegidas nos biomas da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, o plano tem o intuito de proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural para que todos os cidadãos e as gerações futuras possam desfrutar das maravilhas que o estado possui.

O turismo no Brasil, portanto, apresenta-se como um fenômeno dinâmico que impulsiona o desenvolvimento e a transformação de territórios e sociedades, mas também exige um planejamento minucioso e uma integração estrutural de aspectos socioeconômicos fundamentais. O setor evoluiu desde a criação dos primeiros órgãos reguladores e políticas públicas voltadas à atividade, ganhando destaque como

ferramenta de valorização das riquezas naturais e culturais do país, além de sua capacidade de promover inclusão social e desenvolvimento regional. Contudo, observa-se que os desafios relacionados à sustentabilidade, à capacitação profissional e ao planejamento urbano persistem, principalmente em regiões onde a infraestrutura é limitada. A seguir, exploraremos os diversos segmentos e tipologias do turismo, com destaque para o turismo de natureza, discutindo suas especificidades.

#### **2.4. Turismo de natureza, do que se trata?**

Para a compreensão da temática tratada nesta pesquisa é necessário abordar algumas questões relativas a segmento de mercado, tipologias turísticas e produtos turísticos. Esse panorama conceitual é relevante para fundamentar a análise das dinâmicas turísticas no contexto da Vila de Conceição de Ibitipoca, objeto de estudo desta pesquisa. Ainda que as relações explícitas entre os conceitos apresentados e o caso analisado sejam desenvolvidas ao final do trabalho, é necessário compreender previamente as bases teóricas que sustentam essa discussão.

Silva (2006) chama atenção para

*Termos como ecoturismo, turismo brando, turismo de menor impacto, turismo ecológico, turismo ambiental, turismo de aventura, turismo sustentável, turismo alternativo e outros são utilizados, em muitos casos, como sinônimos, o que se constitui um equívoco. Apropriados pelo mercado turístico como instrumentos de marketing e pelas políticas públicas na forma de discursos desenvolvimentistas, esses termos, por repetição e senso comum, têm criado uma imagem distorcida da capacidade do Turismo de causar impactos negativos em seu ciclo de desenvolvimento, impossibilitando a contestação e o avanço de uma crítica mais efetiva. (Silva, 2006, p. 78)*

Trata-se de segmento de mercado um conjunto de consumidores com características semelhantes que, portanto, geram uma demanda específica e por essa razão, influenciam no surgimento de atividades e produtos que saciem seus anseios e desejos. Silva (2006, p. 78) salienta que a segmentação de mercado turístico deve ser encarada sob a perspectiva das características da demanda e da oferta, seja ela original ou agregada. Ou seja, diz respeito ao perfil do turista e os produtos consumidos e vendidos durante as relações entre estes e os prestadores de serviços nos locais turísticos.

Para Silva (2006, p. 80) a segmentação turística está condicionada aos serviços turísticos, às atrações, aos acessos e facilidades disponibilizadas aos turistas, enquanto a tipologia turística diz respeito aos tipos de turismo que se desenvolvem a partir de um segmento. Como exemplo de segmentação turística, o autor apresenta o *turismo de negócios*, o *turismo da melhor idade* e o *turismo de natureza*. E dentro dessas segmentações, podem ser encontradas outras tipologias turísticas como o *turismo rural*, o *turismo cultural*, o *turismo de saúde*, o *turismo de aventura*, o *turismo de contemplação*, o *turismo científico* e outros.

Portanto, a diferença entre segmento turístico e tipologia turística reside na capacidade do primeiro de agregar, a partir de condicionantes pré-estabelecidas, atividades que caracterizam uma ou mais tipologias, as quais, por sua vez, são materializadas a partir da formatação de produtos específicos e direcionados ao perfil do turista (Silva, 2006, p. 81).

Quanto aos produtos turísticos, estão ligados diretamente à tipologia turística e correspondem àquilo que é negociado pelo mercado e adquirido pelo turista durante a realização das atividades que as compõem. Segundo Silva (2006, p. 81) os produtos são produzidos e formatados com base no perfil do turista, que geralmente, procura uma determinada tipologia. Em última instância, os produtos correspondem aos elementos utilizados pelo mercado para saciar os desejos dos turistas.

Soldateli (2005, p. 520) vê o turismo de natureza como aquele que, “de maneira genérica, contempla todos os segmentos e atividades turísticas que, de uma forma ou outra, apresentam como fator de interesse ou espaço de uso o ambiente natural”. Galvão (2004, p. 18), por sua vez, o classifica como “qualquer turismo feito em meio a um espaço natural, seja em uma praia ou campo, não importando se esse turismo é baseado na conservação e mínimo impacto, ou se é um turismo de massa convencional baseado unicamente em interesses comerciais”.

Para esta pesquisa, então, adota-se o conceito proposto por Silva (2006), no qual turismo de natureza

Corresponde a um *segmento de mercado* que supervaloriza contato e a inter-relação com a *natureza*, em contraponto com o urbano, por meio da percepção e realização de experiências pouco convencionais em áreas urbanas. Independentemente da intensidade do fluxo turístico, causa impacto ambiental durante sua prática, o que muitas vezes compromete, ao longo do tempo, a qualidade do produto turístico oferecido (SILVA, Charlei, 2006, pág. 87).

No contexto desta pesquisa, o turismo de natureza é o segmento identificado na Vila de Conceição de Ibitipoca e a partir dele, outras tipologias turísticas puderam se estabelecer como, por exemplo, o turismo de aventura, o turismo cultural, o turismo de contemplação etc. Ou seja, essas tipologias se formalizaram no espaço estudado para possibilitar a oferta de novos produtos turísticos que, ao longo do tempo, passaram a ser disponibilizados para os turistas.

Assim, a compreensão das relações entre segmentação de mercado, tipologias e produtos turísticos é fundamental para analisar como o turismo de natureza se consolida enquanto segmento predominante em locais como a Vila de Conceição de Ibitipoca. A partir dessa base, emergem diferentes tipologias que se articulam e moldam as dinâmicas espaciais, sociais e econômicas do território, configurando uma oferta turística diversificada e em constante transformação. No entanto, além das questões ligadas ao mercado e à oferta de produtos, é essencial considerar os distintos olhares sobre essas áreas turísticas, especialmente aqueles do morador e do turista, cujas percepções e interações com o espaço muitas vezes contrastam e influenciam diretamente o desenvolvimento local.

## **2.5. Contraponto: o olhar do turista e o olhar do cotidiano**

*“Todo ponto de vista é a vista de um ponto” (Boff, Leonardo)*

A construção de narrativas sobre qualquer assunto é permeada por múltiplas perspectivas e pontos de vista, que podem ora convergir, ora divergir. Essa diversidade é natural, pois cada indivíduo parte de um referencial próprio para se expressar, influenciado por seu olhar sobre o outro, sobre um tema, um espaço, ou ainda, sobre suas experiências em uma cidade. Nesse sentido, Paula (2024, p. 58) salienta que a forma como o espaço urbano é percebido está diretamente relacionada à maneira como ele é vivido, atravessado e apropriado, ainda que de forma temporária.

Quando se trata de espaços urbanos, essas vivências individuais constroem narrativas que, embora subjetivas, podem convergir em consensos quando agregadas a um volume significativo de experiências compartilhadas. Esse fenômeno resulta na formação de um padrão interpretativo, que Paula (2024) descreve como uma narrativa

congruente, ou seja, um relato coletivo sobre a cidade, moldado pelas percepções de seus usuários temporários e permanentes.

Em se tratando dos espaços urbanos, a construção da narrativa se dá mediante um espaço habitado, percorrido, apropriado, mesmo que de forma temporária. As características que emergem descrevem uma cidade entendida sob um viés da subjetividade, mas que em conjunto, a depender do volume de informações, resulta num consenso, quase um padrão de interpretação e compartilhamento, ou seja, numa narrativa em congruência. (Paula, 2024, p. 58)

No contexto do turismo, essas narrativas assumem um papel central. Cruz (2009, p. 338) afirma que o turismo, enquanto prática social, coloca o turista como protagonista, reforçando sua capacidade de transformar a experiência individual em um discurso compartilhado. Gastal (2005, p. 12) define o turista como aquele que abandona temporariamente suas rotinas espaciais e temporais em busca de novos lugares, experiências e perspectivas. Nessa busca, Urry (2001, p. 28) observa que a atratividade de um destino está diretamente relacionada à sua capacidade de se apresentar como distinto e distante do cotidiano do visitante. Segundo Urry

[...] os objetos potenciais do olhar do turista precisam ser diferentes de algum modo. Precisam situar-se fora daquilo que é ordinário. As pessoas precisam vivenciar prazeres particularmente distintos, que envolvam diferentes sentidos, ou que se situem em uma escala diferente daquela com que se deparam em sua vida cotidiana. (Urry, 2001, p. 28).

Essa necessidade de ruptura com o ordinário é um elemento central na escolha dos destinos turísticos e na construção de sua imagem no imaginário coletivo. As cidades ou vilas turísticas, nesse sentido, tornam-se cenários dinâmicos para a construção de narrativas. O turista, na contemporaneidade, ao compartilhar suas percepções e experiências, especialmente em plataformas digitais, colabora para a formação de um discurso que molda a identidade daquele espaço urbano. Barreira (2012, p. 107) argumenta que essas narrativas turísticas muitas vezes reiteram percepções previamente difundidas, reforçando a importância de pontos turísticos ou aspectos históricos já consagrados. Essa dinâmica cria uma rede discursiva que estimula novos visitantes e consolida a imagem do local. Paula (2024) salienta que

Dessa maneira, é como se o turista “criasse” uma imagem inicial da cidade e sua ida in loco irá confirmar ou refutar tal concepção. Mas, além disso, a imagem pré-concebida tende a influenciar a forma como o turista irá percorrer e se apropriar, mesmo que de forma temporária,

daquele espaço, fazendo com que, por vezes, o seu olhar tenha um viés particular (Paula, 2024, p. 63).

A influência do turismo nas cidades vai além do compartilhamento de experiências. Paula (2024, p. 56) destaca que, na era das mídias sociais, a divulgação de imagens idealizadas pelos turistas contribui para a construção de um imaginário que, frequentemente, desconsidera as complexidades da realidade local. Espaços turísticos são reestruturados para atender às expectativas de um público que busca experiências agradáveis e visuais atrativos, muitas vezes mascarando as desigualdades urbanas e sociais presentes no cotidiano dos moradores. Conforme Paula (2024, p. 63), essa transformação cria “cenários distantes da realidade da população local”, reforçando uma dicotomia entre o espaço do turista e o espaço do morador.

Isso explica, em certa medida, a reestruturação de diversos espaços turísticos, de modo a criar verdadeiros cenários, distantes da realidade da população local e de seus espaços mais periféricos. O espaço a receber os turistas não pode “decepcionar” àquele olhar já enviesado pelas imagens compartilhadas, viabilizando assim a busca por artifícios que façam com que a realidade se esconda por detrás dos caminhos e roteiros pré-estabelecidos (Paula, 2024, p. 63).

Do outro lado dessa relação estão os residentes, cuja experiência cotidiana é frequentemente invisibilizada pelas narrativas turísticas. Então, embora os turistas enxerguem o extraordinário, os moradores vivenciam o ordinário: a rotina do trabalho, a educação dos filhos, o acesso aos serviços públicos e a luta pelo custo de vida em um ambiente urbano que, muitas vezes, não oferece infraestrutura suficiente. Ainda assim, o turismo é uma atividade econômica importante, geradora de emprego e renda, e sua relação com o espaço urbano deve buscar o equilíbrio entre o extraordinário e o cotidiano. Martins (2001, p. 11) alerta que, embora o turismo possa promover o desenvolvimento local, sua falta de controle pode acarretar a destruição de valores essenciais para as comunidades e suas identidades culturais.

Portanto, ao analisar o impacto do turismo nos espaços urbanos, é fundamental considerar a coexistência de diferentes olhares sobre o mesmo território. Se, por um lado, o turista busca a diferença e o encantamento, por outro, o morador precisa de qualidade de vida, infraestrutura e reconhecimento de sua vivência cotidiana. A construção de narrativas urbanas deve, assim, equilibrar essas

demandas, buscando um planejamento inclusivo que respeite tanto o olhar do visitante quanto as necessidades da população local.

### **3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E TURISMO**

#### **3.1. Introdução**

Este capítulo aborda o tema produção do espaço urbano, fundamental para a compreensão da problemática e discussão central desta pesquisa. O entendimento das dinâmicas que moldam as cidades é crucial, pois o espaço urbano influencia diretamente na qualidade de vida de seus habitantes e nas interações sociais. Além disso, toda pesquisa que trata da realidade de municípios pouco populosos envolve uma análise detalhada das particularidades que os distinguem, especialmente quando se estuda suas relações com seus distritos e vilas. Diversos autores, direta ou indiretamente, discutem os conceitos de municípios pouco populosos, pequenas cidades e distritos, explorando as diferenças estruturais e socioeconômicas que influenciam seu desenvolvimento. A definição desses termos e suas inter-relações no contexto brasileiro são essenciais para compreender as dinâmicas de gestão e autonomia que caracterizam esses territórios. Este capítulo, portanto, tem como objetivo aprofundar o debate sobre os conceitos envolvidos e examinar o papel da gestão territorial em municípios pouco populosos, com ênfase na governança de distritos com potencial turístico.

#### **3.2. Município, cidade e distrito: conceitos**

Antes de discutir sobre a produção do espaço urbano nas vilas turísticas, primeiramente deve-se conceituar os termos município, distrito, cidade e vila. Além disso, dada a peculiaridade do objeto de estudo, faz-se necessário compreender ainda o que são municípios pouco populosos no contexto brasileiro. Os conceitos referentes a tais termos são, por vezes, diferentes no âmbito da academia e mais ainda no imaginário popular.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta as seguintes definições (Quadro 2)

Quadro 2 - Termos segundo o IBGE

<b>Termo</b>	<b>Significado segundo o IBGE</b>
<b>Município</b>	Unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Os municípios são regidos por leis orgânicas, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal do Brasil, e na constituição do estado onde se situam, e podem criar, organizar e suprimir distritos.
<b>Cidade</b>	Cidade é a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal. É constituída pela área urbana do distrito sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal.
<b>Distrito</b>	São unidades administrativas dos municípios, cuja criação, desmembramento ou fusão se faz por lei municipal, observada a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual.
<b>Vila</b>	Vila é a sede do distrito e é delimitada por perímetro urbano definido, por lei municipal, como a área urbana.
<b>Aglomerados rurais</b>	São localidades situadas em área legalmente definida como rural, caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação.

Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2024)

Além das definições estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), faz-se necessário discutir algumas conceituações presentes na literatura acadêmica. O Brasil conta com um total de 5.570 municípios e, de acordo com dados do IBGE (2022), 3.905 deles possuem menos de 20.000 habitantes. Neste trabalho, esses municípios serão classificados como municípios pouco populosos. Assim, observa-se que aproximadamente 70% dos municípios brasileiros enquadram-se nessa categoria, o que levanta a seguinte questão: Quais são os critérios, interesses e mudanças institucionais que influenciam o processo de criação de municípios no Brasil?

No Brasil, as cidades são sedes de municípios, o que implica que municípios pouco populosos, em geral, possuem sedes municipais com a mesma característica.

Em alguns casos, o número de habitantes na cidade pode até ser inferior ao total da população rural, o que evidencia a relevância de analisar as dinâmicas demográficas e administrativas dessas localidades. Esse cenário reflete um processo histórico em que a criação de milhares de municípios no país foi viabilizada por legislações altamente permissivas. Dessa forma, torna-se essencial compreender como os dispositivos legais, os interesses políticos e as transformações institucionais contribuíram para a formação do território nacional e para a proliferação de municípios de baixa densidade populacional.

A Constituição Federal de 1946 garantia aos estados autonomia e competência para organizar seus territórios. Assim, o movimento expansionista de 1950 e 1970, segundo Bezerra (2016), foi baseado em um forte interesse político nas emancipações municipais, uma vez que, essa atitude era vista com prestígio pela população. Melo (1971) aponta que questões tributárias também pesaram na decisão pela criação de novos municípios.

Uma causa da onda emancipacionista que se verifica no Brasil a partir da década de 1940 está no sistema de tributos partilhados, o qual favorece sobretudo os municípios mais pobres, através do FPM. Quando foi introduzido pela Constituição de 1946, as cotas eram iguais para todos os Municípios. Assim, os Governos Estaduais estimulavam a criação de novos Municípios para atrair mais recursos do Governo Federal para o Estado (Mello, 1971, p. 10).

Ferrari (2016) complementa que além dos fatores apontados, o crescimento populacional também é uma característica que deve ser levada em conta

Portanto, embora ainda se possa falar num “ciclo de emancipação” no período de 1950-1970 (ou, provavelmente, 1950-1964), ele é em parte explicado pela acentuada expansão populacional no mesmo período. Esse dado será importante na comparação com o ciclo seguinte, iniciado no final da década de 1980. (Ferrari, 2016, p. 58)

Durante o regime militar, por meio da lei complementar nº 1/1967, rigorosos termos foram impostos a criação de municípios. Tal lei apresenta uma série de dispositivos para frear a criação de novas municipalidades, sendo o principal deles, a exigência de uma população mínima de 10.000 habitantes.

No entanto, a partir da década de 1980 foram criados 289 municípios. Como explicar o descumprimento das restrições, até então, impostas? Tomio (2002) aponta que

Na segunda metade da década de 1980, devido ao que parece ter sido uma crise de legitimidade das instituições geradas no governo militar, muitos municípios foram criados desrespeitando a legislação vigente. A eficácia jurídica da Lei Complementar Federal (LC) 01/67 só ficou caracterizada quando a emancipação de algum destes municípios foi objeto de disputa judicial. Nos casos em que o processo tramitou sem recurso judicial, os municípios foram criados (TOMIO, 2002, p. 65).

A Constituição de 1988, por sua vez, definiu o poder dos municípios como entes federativos e salientou que a criação de novos municípios ocorreria por meio de leis estaduais.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas. (BRASIL, 1988).

A CF de 1988 determinou ainda que era competência de cada estado definir os requisitos mínimos que implicariam na criação de novas municipalidades. Ferrari (2016, p. 63) salienta que, com exceção de Pernambuco, os demais estados foram mais flexíveis quanto aos critérios. Minas Gerais, por exemplo, estabeleceu 3.000 como o número mínimo de habitantes, bem abaixo dos 10.000 estipulado pela emenda constitucional anteriormente mencionada.

As emancipações a partir de 1988 também são justificadas por interesses políticos e pela busca de recursos. Bremaeker (1993, p. 9) complementa que - a partir de uma pesquisa realizada com prefeitos de municípios emancipados - uma outra justificativa está relacionada ao descaso do município sede para com o distrito, que diante disso, buscava sua emancipação.

Em 1996, a emenda constitucional nº 15 trouxe novidades para o cenário da criação de municípios no Brasil, remetendo novamente ao governo federal a autonomia quanto a criação e as alterações territoriais. Endlich (2009, p. 6) diz que este documento obrigava a realização de estudos da viabilidade municipal para a implementação de novos municípios. As propostas de regulamentação desta questão tramitaram por mais de dez anos nas instâncias legislativas brasileiras, sendo finalmente aprovada no ano de 2008.

A proposta da qual a autora faz referência trata-se do Parecer 1052, finalmente aprovado em 15 de outubro de 2009. No referido parecer, o relator, senador Tasso Jereissati, afirma aproveitar o melhor de outras propostas anteriores sobre o

assunto, a saber: Projeto de Lei do Senado 98/2002 (Senador Mozarildo Cavalcanti); PLS 503/2003 (Senador Sibá Machado); PLS 60/2008 (Senador Flexa Ribeiro); PLS 96/2008 (Senador Sibá Machado).

De acordo com o parecer então, para que um distrito possa solicitar a emancipação como município, ele deve atender aos critérios:

I – População igual ou superior a 5 mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste; 7 mil na Região Nordeste e 10 mil nas Regiões Sul e Sudeste.

II – Eleitorado igual ou superior a 50% de sua população.

III – Existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de Município.

IV – Número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo Município, superior à média de imóveis de 10% dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população.

V – Arrecadação estimada superior a 10% dos Municípios do Estado considerados em ordem decrescente os de menor população.

VI – Área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações.

VII – Continuidade territorial.

Endlich (2009) complementa que mediante o atendimento destes requisitos, deverão ser desenvolvidos estudos de viabilidade municipal, compreendendo a viabilidade econômico-financeira, político administrativa, além da socioambiental urbana. A autora apresenta ainda uma problemática com relação ao modo como as cidades surgem no Brasil.

Portanto, ainda que profundamente relacionados, não há uma relação automática entre o estabelecimento de um município e a existência de uma cidade. Por mais que existam 'cidades' decorrentes do peso da oficialidade, isso não dispensa o esforço acadêmico de pensar e repensar a clássica questão acerca do que é concretamente uma cidade e quais seriam na atualidade os atributos mínimos para que uma localidade seja assim considerada. De qualquer forma, a instituição municipal sempre traz consigo uma infraestrutura básica com serviços e equipamentos públicos que compõem elementos significativos nos papéis das pequenas localidades e seu entorno. (Endlich, 2009, p 4)

Logo, o processo de criação de municípios no Brasil revela uma dinâmica complexa, marcada majoritariamente por interesses políticos que influenciaram a organização do território nacional. A evolução histórica das emancipações mostra uma

adaptação constante às mudanças institucionais, com períodos de flexibilização e rigor regulatório que refletem a oscilação de interesses locais e estaduais, bem como as pressões da sociedade civil em busca de melhorias socioeconômicas. No entanto, a criação de um município não implica automaticamente a existência de uma cidade consolidada em termos de infraestrutura e organização espacial. Dessa forma, é essencial discutir, nesta pesquisa, as especificidades dos municípios pouco populosos, analisando suas funções e desafios particulares no contexto político, econômico e territorial brasileiro.

Ao abordar temas relacionados a municípios pouco populosos, pequenas cidades, distritos e vilas, emergem inúmeras dificuldades que merecem atenção. Entre os principais desafios estão a escassez de dados estatísticos oficiais específicos – que, quando disponíveis, frequentemente contemplam apenas o município como um todo, sem distinções claras entre a sede municipal, os distritos e suas vilas –, a limitada produção acadêmica focada nesse segmento do urbano (ainda que alguns autores já tenham contribuído com importantes reflexões sobre o tema) e as divergências conceituais e características distintas que envolvem os termos “município” e “cidade”.

Observa-se uma frequente confusão no uso dos vocábulos “cidade” e “município”, que muitas vezes são tratados como sinônimos. Como apontam Assis e Araújo (2009), não é incomum que pesquisadores utilizem a expressão “cidades pequenas” para referir-se a “municípios pequenos” sem esclarecer se estão se referindo à população total do município (urbana e rural), à população urbana (incluindo os residentes na sede municipal e em vilas), ou exclusivamente à população da sede municipal, ou ainda a dimensão territorial do mesmo. Essa falta de precisão reforça a necessidade de um maior rigor conceitual e de uma análise detalhada das dinâmicas populacionais.

De maneira geral, os pequenos municípios destacam-se por suas relações intrínsecas entre o urbano e o rural, refletindo o papel do campo como produtor de alimentos, enquanto a cidade concentra instituições e atua como ponto de encontro social. Nessas localidades, a proximidade entre o ambiente rural e urbano é evidente, com muitos moradores urbanos mantendo sua subsistência por meio de atividades agrícolas, o que gera uma dinâmica pendular cotidiana, conforme Franklin (2019, p. 86).

Contudo, Carneiro e Stephan (2021) apontam que esses municípios enfrentam desafios significativos, como a escassez de recursos financeiros e técnicos, isolamento e dificuldade de acesso a serviços básicos, agravados por administrações frequentemente voltadas para interesses pessoais. Essas limitações impactam o planejamento e a implementação de políticas públicas, restringindo o desenvolvimento local e, segundo Focca (2024, p. 9), algumas dessas carências estão ligadas, dentre outros fatores, à qualidade da administração, esta geralmente baseada em interesses pessoais.

Com base na pesquisa bibliográfica feita e também na leitura de artigos internacionais, para este estudo, entende-se por município pouco populoso aquela unidade administrativa de pequena escala populacional, caracterizada pela baixa densidade demográfica e limitada capacidade econômica e institucional. Esses municípios apresentam populações geralmente inferiores a 20.000 habitantes e estão inseridos em contextos rurais, marcados pela interdependência entre o espaço urbano e rural, com economias frequentemente baseadas na agricultura de subsistência ou em pequena escala, baixa diversificação produtiva e escassa competitividade no mercado global. Além disso, enfrentam desafios estruturais como: economia incapaz de atrair investidores externos, infraestrutura urbana e institucional limitada, baixa densidade populacional, dificultando parcerias e inovação, êxodo populacional e desqualificação local devido à escassez de empregos, pequenos mercados locais com reduzida oferta e dificuldade de valorização dos produtos endógenos.

Retomando agora as definições de município, cidade, distrito e vila, Pinto (2003), pontua que

O município é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município e, que corresponde à zona urbana municipal e, também, pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente o nome de vila. (Pinto, 2003, p. 29).

Segundo Coura et al. (2022, p. 437), na legislação referente, não é encontrada uma obrigatoriedade do município na criação dos distritos. Essa condição é sempre tratada como uma possibilidade, tendo como objetivo declarado apenas atender a descentralização administrativa. A lei complementar nº 37/1995 do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de

municípios e dá outras providências, traz em seu capítulo VI as seguintes determinações.

Art. 32 - O município poderá dividir-se em distritos, e, estes, em subdistritos, para efeito de descentralização administrativa.

Art. 33 - O distrito-sede terá o nome do município e a categoria de cidade, ao passo que os demais distritos, a categoria de vila.

Parágrafo único - Os distritos terão o nome do povoado que lhes deu origem, respeitada a denominação vigente na data desta Lei, e serão designados por número ordinal, conforme a ordem de sua criação.

Art. 34 - Competem ao município, por meio de Lei municipal, a criação, a organização, a redelimitação e a supressão de distrito, observada a sua Lei Orgânica e o § 2º do artigo 8º desta Lei.

§ 1º - A criação e a redelimitação de distritos devem observar os seguintes requisitos:

I - Eleitorado não inferior a 200 (duzentos) eleitores;

II - Existência de povoado com, pelo menos, 50 (cinquenta) moradias e escola pública;

III - demarcação dos limites, obedecido, no que couber, o disposto no artigo 9º desta Lei.

§ 2º - A lei municipal que criar, organizar, redelimitar ou suprimir distrito será publicada no órgão oficial do Estado. (MINAS GERAIS, 1995).

Os distritos, segundo Monastiky et al. (2009, p.8), devem ser entendidos como híbridos rurais-urbanos, porque são dotados de modo de vida e de demanda por serviços públicos que transitam nesses dois meios geográficos e Coura et al. (2022, p. 438) complementa que o distrito é, portanto, um pedaço do município constituído por uma parcela de área rural e por algumas aglomerações, com ou sem perímetro urbano. Pinto (2003) discorre ainda sobre as características e o modo de vida nos distritos, apontando que

[...] o modo de vida é tipicamente urbano, pois, mesmo possuindo uma ligação forte com o meio rural, que se expressa na prática de atividades do setor primário (agricultura e pecuária), as pessoas que ali residem utilizam telefones celulares, vestem-se de acordo com os padrões urbanos, assistem a programas de televisão que expressam o modo de viver urbano. As suas reivindicações também são caracteristicamente urbanas: calçamento de ruas, rede de esgotos, iluminação pública, postos de saúde, escolas, dentre outras. (PINTO, 2003, p. 60).

Assim, a especificidade dos distritos brasileiros, com sua composição híbrida de áreas urbanas e rurais, revela-se especialmente relevante no contexto de municípios com baixa densidade demográfica que adotam o turismo como estratégia de desenvolvimento local. Muitos distritos apresentam forte potencial turístico devido

a seus atrativos naturais, culturais ou históricos, o que intensifica as demandas por infraestrutura e serviços urbanos para atender visitantes e dinamizar a economia local.

### **3.3 Produção do espaço urbano**

A produção do espaço urbano é um processo complexo e dinâmico que reflete as relações sociais, econômicas e históricas de uma sociedade. Roberto Lobato Corrêa (2017, p. 43) argumenta que essa produção não é fruto de uma "mão invisível do mercado", tampouco de um Estado hegeliano ou de um capital abstrato dissociado das relações sociais. Pelo contrário, trata-se de um resultado da ação de agentes sociais concretos, históricos e dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias. Esses agentes são, simultaneamente, portadores de contradições e geradores de conflitos, tanto entre si quanto com outros segmentos da sociedade.

Esses agentes sociais, segundo Corrêa, materializam os processos sociais em forma de um ambiente construído que inclui tanto a rede urbana, quanto o espaço intraurbano. Os processos sociais e os agentes sociais são inseparáveis, constituindo elementos fundamentais para a compreensão do movimento da sociedade. A tipologia proposta por Corrêa (1989, p.12) identifica os principais agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Esses agentes, ao agirem, transformam o espaço em materialidades como campos cultivados, estradas, represas, centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris. Além disso, impregnam o espaço de significados diversos associados a aspectos como estética, status, etnicidade e sacralidade.

E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento. (Corrêa, 2017, p. 44).

Ao considerar a cidade/vila como um produto da interação entre diferentes agentes, é possível compreender como o espaço urbano reflete interesses, disputas e estratégias de grupos que atuam sobre ele.

Segundo Corrêa (1989, p.13), "os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de duas atividades,

grandes consumidores de espaço”. Afinal, necessitam de terrenos amplos e baratos para a locação de suas atividades empresariais. O autor propõe ainda que os proprietários de terras “atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades” e por essa razão, “estão particularmente interessados na conversão de terras rurais em terras urbanas”. Em outras palavras, o autor afirma que os proprietários de terras são interessados na expansão urbana do espaço da cidade/vila, na medida que a terra urbana é mais valorizada que a rural, estabelecendo, portanto, pressões junto ao Estado no que se refere a definição de leis de uso do solo e do zoneamento urbano.

Os promotores imobiliários, por sua vez, nas palavras de Corrêa (1989, p.19 e 20), são entendidos como “um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro”. Nesse contexto, os profissionais que se enquadram nessa definição são os incorporadores, investidores, economistas, arquitetos, construtores e corretores, por exemplo.

Já o papel do Estado capitalista na produção do espaço é múltiplo e decorre de sua função como arena de enfrentamento de diferentes interesses e conflitos. Sua atuação varia conforme o contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial. Entre as principais formas de intervenção estatal destacam-se: o estabelecimento de marcos jurídicos para regulação do uso e produção do espaço; a taxa da propriedade fundiária, das edificações e do uso da terra, com impactos na diferenciação socioespacial; e a produção de infraestrutura urbana, como sistemas de tráfego, energia, saneamento e obras de drenagem. Ademais, o Estado pode atuar como controlador do mercado fundiário, promotor imobiliário e produtor industrial, influenciando diretamente a divisão econômica e social do espaço urbano.

Por fim, os grupos sociais excluídos são definidos por Corrêa (1989, p.29) a partir do entendimento que “na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente”. O autor destaca que a habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, ou seja, não possui renda para alugar um imóvel decente, nem muito menos comprá-lo. Além deste sintoma de exclusão, Corrêa (1989, p.29) cita ainda: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego, e mesmo o emprego mal remunerado.

Carlos (2017, p. 62) acrescenta que a compreensão da produção do espaço exige considerar as relações sociais em sua dimensão espacial, reconhecendo a espacialidade como parte constitutiva da sociedade. A produção do espaço é, simultaneamente, condição e meio para a realização das atividades humanas, sendo inseparável da própria reprodução social. Nesse sentido, o espaço é compreendido como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, em um movimento que reflete a história das relações entre homem e natureza. Essa produção do espaço é um processo histórico de longa duração, iniciado quando o ser humano deixou de ser coletor e caçador e passou a transformar a natureza através do trabalho.

Desse modo, o ato de produzir da sociedade, no sentido de permitir sua reprodução como espécie, como ato de produção da vida em todas as suas dimensões, seria apresentado como ato de produção do espaço, deste que, ao mesmo tempo, é condição e meio de realização das atividades humanas em sua totalidade. (Carlos, 2017, p. 62).

Por fim, Sposito (2017, p. 130) destaca a importância de considerar a dinâmica socioespacial em diferentes escalas e lugares do globo, evidenciando como a sociedade produz espaços determinados ao longo do tempo. Essa produção está impregnada de significados e valores sociais, revelando a inseparabilidade entre processos sociais e espaciais na compreensão da dinâmica urbana.

Portanto, a produção do espaço urbano é um reflexo das interações entre agentes sociais, processos históricos e dinâmicas econômicas que moldam materialidades e simbolismos no território. Esse processo, intrinsecamente ligado às relações sociais e à reprodução da sociedade, demanda uma abordagem planejada para que os espaços produzidos atendam às necessidades coletivas e promovam o desenvolvimento sustentável.

Contudo, a transição da produção espontânea para um planejamento urbano eficaz revela desafios substanciais. O Plano Diretor, principal instrumento legal para a ordenação territorial, muitas vezes não alcança a concretização de suas metas, sendo reduzido a um documento de caráter simbólico ou meramente técnico, dissociado das realidades locais e das demandas da população. Isso evidencia a desconexão entre o ideal de planejamento urbano, como ferramenta de organização e transformação do espaço, e a realidade da execução prática, marcada por falta de participação popular, limitações estruturais e descompasso entre diagnóstico e ação.

### **3.4 Da Plano Diretor à produção do espaço urbano: estamos construindo o espaço urbano ou planejando um espaço urbano que nunca é construído?**

Villaça (1999, p. 187) afirma que o pensamento urbanístico produzido pelos socialistas utópicos (Owen ou Fourier) e pelos tecnocratas (Ebenezer Howard, Le Corbusier, Agache) ou pela Carta de Atenas, nutriram a ideologia baseada na crença de que na ciência e na técnica estavam as soluções para os “problemas urbanos”, por meio do Plano Diretor. No Brasil, a ideia de Plano Diretor se difunde a partir de 1940, no entanto, dos anos 1960 em diante, recebeu outras nomenclaturas e com a Constituição Federal de 1988, foi retomado.

Cabe abordar historicamente as já mencionadas mudanças na nomenclatura. Em primeiro lugar caem em desuso a expressão *planos de melhoramentos e embelezamento* e entra em cena a expressão *urbanismo*. Depois esta cai em desuso, sendo substituída por *planejamento urbano e plano diretor*. Depois por *plano urbanístico*, depois por *plano local integrado* e finalmente volta-se ao *plano diretor*. (Villaça, 1999, p. 191).

O que se pretendia era que o plano diretor fosse um momento dentro do planejamento urbano, ou seja, seria um processo multidisciplinar, envolvendo pesquisas prévias, por meio das quais os “problemas urbanos” seriam revelados. Tal diagnóstico técnico se desdobraria em soluções a fim de garantir melhorias nos aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos para as cidades. Por fim, uma equipe ficaria encarregada de executar e coordenar as ações propostas no plano diretor para ordenar o crescimento e desenvolvimento dos municípios.

No entanto, o planejamento urbano passou a ser visto como uma atividade meramente intelectual. Villaça (1999, p. 222) ressalta que “os planejadores passaram a ser encarados como profissionais encarregados de pensar - apenas pensar - sobre a cidade e são de tal maneira afastados da administração e dos problemas reais, que frequentemente são rotulados de poetas”. Na prática, o plano diretor (principal instrumento da política urbana) não conseguiu atingir os objetivos a que se propôs. Tornou-se ideologia e é feito para atender a uma obrigação legal, sendo engavetado na sequência. Ideologia porque não traz reflexos na prática e na elaboração de políticas públicas, mas costuma ser apenas um discurso, que não consegue responder aos problemas urbanos.

“O plano como produto intelectual”. Essa autonomização dos planos, seu deslocamento da realidade, se insere na produção de um enorme arsenal de ideias sobre a cidade e sobre o planejamento urbano que se alimentam de si próprias, pois não têm nenhuma vinculação com a realidade. É o planejamento urbano enquanto ideologia que dominará - e ainda domina - o planejamento urbano no Brasil. (Villaça, 1999, p. 227)

Maricato (2013) complementa:

Os abundantes exemplos de planos urbanos que ficaram no papel e os não menos abundantes exemplos de leis que não são seguidas exigem uma nova atitude em relação ao planejamento urbano. Planos Diretores não escaparam, de modo geral, de um destino tradicional: boas intenções descoladas de implementação...Um rápido diagnóstico, que seja, sobre as cidades brasileiras revela um conjunto de PDs aplicados a uma parte, apenas, da cidade e um conjunto de obras que, aparentemente, não obedecem a plano nenhum. (Maricato, 2013, p. 116).

Outro fator de destaque na política urbana, diz respeito à participação popular. Villaça (1999, p. 231) aponta que a participação popular se deu a partir da década de 1970, quando a população urbana tomou consciência de sua importância convencida pelos movimentos populares. Iniciativas de participação que foram enfraquecidas pelo Governo Militar. Na década de 1980, com o declínio da ditadura militar e com a elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF), a participação da população foi retomada, principalmente, por meio do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Das reivindicações do movimento saíram os artigos 182 e 183 da CF, que tratam da política urbana, regulamentados pelo Estatuto da Cidade.

Segundo a CF, o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes e o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, salienta sua obrigatoriedade para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico. Além disso, o Estatuto da Cidade apresenta outras diretrizes para o Plano Diretor como: englobar o município como um todo, a lei que o institui deve ser revista a cada 10 anos e durante seu processo de elaboração, os Poderes Legislativo e Executivo devem: promover audiências públicas e debates com participação popular; publicizar os documentos produzidos e dar acesso, a qualquer interessado, aos documentos e informações produzidas.

Ainda no que diz respeito ao Plano Diretor, o Conselho das Cidades, por meio da Resolução nº 25/2005, no artigo 3º, define que o processo de elaboração, implementação e execução do Plano Diretor deve ser participativo, com efetiva

participação do poder público e da sociedade civil. O Artigo 40 trata da participação popular no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação. Apesar disso, a participação popular não é o foco principal da elaboração de muitos Planos Diretores, que, muitas vezes, são documentos retóricos que não atendem aos anseios da população, muito menos atingem todos os pontos do município. Para Souza:

A participação popular, que deveria ser vista como o fator-chave para o impulsionamento de uma democratização do planejamento e da gestão, foi secundarizada, como se nota ao comparar a pouquíssima atenção dispensada aos conselhos de desenvolvimento urbano em comparação com instrumentos como o “solo criado”, tanto nas discussões acadêmicas quanto nos planos diretores progressistas (Souza, 2016, p. 161).

Assim, o que se observa é a dificuldade de tornar os Planos Diretores realmente participativos e, além disso, de torná-lo de fato aplicável. O que se observa é uma formação do espaço urbano que acontece de maneira natural e sem planejamento, com cidades que crescem sem seguir a orientação alguma. Villaça (1999) salienta que

De enormes volumes com centenas de páginas, recheados de mapas, pesquisas e estatísticas elaborados por equipes multidisciplinares e abordando enorme leque de problemas, transformam-se em meros projetos de lei, às vezes contendo apenas declarações de princípios, políticas ou diretrizes gerais, as vezes até sem mapas, ou com poucos mapas. Um simples projeto de lei publicado no *Diário Oficial*. (Villaça, 1999, p. 191).

O que fica evidente é que, na prática, as cidades são construídas sem um planejamento efetivo, exibem resultados associados ao crescimento desordenado que prejudica sua população e o meio ambiente. O ideal de um planejamento urbano que atenda às necessidades da população e promova um desenvolvimento integrado se perde diante da realidade de Planos Diretores que, muitas vezes, se limitam a cumprir uma formalidade legal, sem conexão com as demandas reais das cidades. Essa desconexão revela um ciclo vicioso em que as propostas urbanísticas se tornam meros documentos retóricos, afastados da implementação concreta e da participação ativa da população. Portanto, a pergunta que se impõe é: até que ponto as cidades estão sendo realmente planejadas? É fundamental repensar essa dinâmica, buscando um modelo de planejamento que não apenas respeite as diretrizes legais, mas que

também traduza a voz da comunidade em ações efetivas, evitando assim a continuidade desse padrão de crescimento desregulado.

### **3.5. O espaço urbano e a atividade turística**

Cruz (2006) aponta que o turismo é um grande transformador do espaço urbano, isso porque, para atender as demandas do turista, as comunidades receptoras transformam seu lugar, criando novas estruturas que vão recepcionar aqueles que vêm em busca de lazer e descanso.

Paiva (1995, p. 68) diz que “existe uma interdependência entre turismo e espaço urbano, tanto em virtude dos efeitos dos fluxos de pessoas sobre o espaço urbano como em virtude de o turismo requerer equipamentos de consumo coletivo e lazer turístico que passam a transformar o espaço”. Portanto, para a manutenção das atividades turísticas, o espaço urbano da comunidade receptora vai se adaptando para as novas demandas, que impactam diretamente o aspecto físico do que já existe e exige, em muitos casos, a ampliação para outras áreas por meio das “expansões urbanas”, por exemplo.

A fim de implementar atividades turísticas em diversas regiões do Brasil com a promessa de geração de emprego e renda, a exploração de patrimônios naturais tem acontecido em muitos locais e rapidamente. Obras de diversos autores que tratam dessa temática apresentam análises sobre o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, e mesmo que seja uma parcela pequena, é possível encontrar nesses trabalhos, exemplos de comunidades receptoras que padecem com problemas urbanos causados pela implementação do turismo sem planejamento.

Nas esferas econômica, sociocultural e ambiental, segundo Palmeira (2007, p. 30), a atividade turística tem sido associada a impactos tanto positivos quanto negativos para as comunidades receptoras. Lima (2007) observa o turismo como motor da “inclusão marginal” em Paraty (RJ), pontuando que a atividade possibilita a geração de emprego e o aumento de renda, ao mesmo tempo que convive com a desigualdade social e de serviços públicos. Aquino (2011) trata dos impactos na infraestrutura urbana e no mercado imobiliário de Ilhabela (SP). Machado (2016) fala do desenvolvimento do turismo em Barra de São Miguel (AL), onde uma colônia de pescadores se transformou em zona de expansão de loteamentos e condomínios

fechados inteiramente pensados como “paraísos à beira mar” para turistas, próximo de Maceió, capital do estado.

Em Minas Gerais, Paula (2024) buscou compreender o processo de uso e ocupação da cidade de Tiradentes a partir das narrativas projetadas pelo morador e pelo turista, verificando também a maneira pela qual estas narrativas refletem na atuação do gestor e do planejador urbano. Franklin (2024) analisou o planejamento e a gestão do turismo cultural no Circuito do Pico da Bandeira, com foco nos municípios do Caparaó Mineiro, no período de 2006 e 2022, observando que apesar de existirem instrumentos de gestão suficientes, há ineficiência na prática da gestão do turismo cultural nos municípios estudados.

A atividade turística, conforme destacado por diversos estudos, provoca alterações e ampliações do espaço urbano das comunidades receptoras. Isso acontece em virtude das exigências da própria atividade em si. Com o aumento da visitação e, conseqüentemente, dos serviços, novas estruturas são necessárias e algumas delas impactam diretamente a formação urbana. A Fundação João Pinheiro pontua que

O turismo, por si só, não se sustenta a não ser que envolva aspectos relacionados à infraestrutura, especialmente questões relativas ao saneamento, hospedagem, alimentação, opções de lazer, vias de acesso, serviços e produtos oferecidos no local e meios de transporte para deslocamento, além da divulgação do local em meios de comunicação apropriados. (Fundação João Pinheiro, 2000, p. 86)

A manutenção da qualidade do turismo, portanto, está ligada à existência de uma infraestrutura desde o acesso, até o local de estadia em si. É justamente a busca para atender a esses requisitos que fazem o espaço urbano ir se transformando rapidamente, sem planejamento adequado, ferindo princípios sociais e ambientais. Além disso, o rápido crescimento da demanda turística impulsiona significativamente o mercado imobiliário, um agente que para atender as demandas por novas construções, pressiona o poder público por mais espaço urbano. Corrêa destaca que

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (Corrêa, 2004, p.12)

O turismo revela-se como um importante agente de transformação no espaço urbano, ao exigir a adaptação das comunidades receptoras para atender às demandas dos visitantes. A partir das análises apresentadas, observa-se que a atividade turística influencia não apenas o aspecto físico das cidades, mas também provoca impactos socioculturais, econômicos e ambientais, muitas vezes sem o devido planejamento. Esse processo de adaptação envolve a construção de novas infraestruturas e o aumento da demanda por serviços, que podem desencadear um ciclo de expansão urbana, pressionado pelo mercado imobiliário, sobrecarregando os serviços públicos. A falta de um planejamento integrado e sustentável torna-se evidente ao longo desse processo, resultando em uma ocupação desordenada e em desigualdades que afetam negativamente as comunidades locais, o que reforça a importância de políticas públicas que promovam uma gestão turística eficiente e capaz de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação dos valores ambientais e sociais das áreas receptoras.

## **4. RAÍZES E TRANSFORMAÇÕES: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, SOCIAL E ECONÔMICA DE LIMA DUARTE E CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA**

### **4.1 Introdução**

Este capítulo aborda a contextualização histórica do estudo de caso, a Vila de Conceição de Ibitipoca, e, por extensão, do município de Lima Duarte - MG. A análise tem início nos primeiros registros da localidade, datados de 1692, quando bandeirantes exploravam a região no contexto da escravização de indígenas e da descoberta do ouro. A partir desse marco, discute-se o declínio da mineração e o subsequente processo de inserção de práticas agrícolas, até a chegada da atividade turística, que reconfigurou o perfil da Vila. Além do panorama histórico, são apresentados aspectos geográficos, socioeconômicos e culturais que caracterizam o objeto de estudo, incluindo a localização e relevância da Vila nos âmbitos regional, estadual e nacional, em especial pelo seu destaque como destino turístico.

### **4.2 Conceição de Ibitipoca e Lima Duarte: a história da Vila que precede a de seu Município**

A história do Município de Lima Duarte e da Vila de Conceição de Ibitipoca se misturam. Por essa razão, a contextualização histórica foi feita com base nos documentos que narram a história e a trajetória político-administrativa de Lima Duarte.

Os primeiros habitantes da região foram os povos indígenas, tendo registros dos Aracis, Cachines, Pitas e Coroados Puris. Já a ocupação dos povos de origem europeia foi iniciada pelos chamados sertanistas e bandeirantes. No início, as incursões tinham o objetivo de aprisionar e escravizar os índios, mas com a descoberta de ouro na região, o foco passou a ser a mineração.

Os primeiros registros sobre Conceição de Ibitipoca datam de 1692, na expedição do bandeirante Padre João Faria Fialho que foi, inclusive, um dos responsáveis pela descoberta de Ouro Preto - MG. Nas descrições dos roteiros do padre pela região aparecem registros sobre a existência do ouro de aluvião<sup>3</sup>, que foi

---

<sup>3</sup> O ouro de aluvião é o aquele extraído de rios, córregos e ribeirões.

o motivo pelo qual dezenas de novos moradores se estabeleceram na Vila. O geógrafo Bruno Bedim (2008, p. 142) aponta que “em 1715 dezenas dos principais moradores da região de Ibitipoca já pagavam onerosos tributos à Fazenda Real pela posse de extensas glebas, datas minerais e 73 escravos, tornando o distrito um dos importantes centros de colonização da Capitania”.

A região, compreendida por Conceição de Ibitipoca e parte de seus arredores, tornou-se conhecida, no início do século XVIII, como área de contrabando de ouro, o que implicou no impedimento, por parte da Coroa Portuguesa, da construção de novas estradas. Ao tomar conhecimento a respeito de ações clandestinas naquela área, com relação ao transporte ilegal do ouro, Dom Rodrigo José de Menezes, então governador de Minas Gerais, deixou a capital Vila Rica e foi até Dores do Rio do Peixe - que na época se tratava de uma pequena vila, que posteriormente veio a se tornar sede do município de Lima Duarte. A vinda do governador tinha como o objetivo a concessão de sesmarias com a finalidade de fomentar a atividade mineradora e ordenar os conflitos e o contrabando.

[...] mediante as evidências do contrabando praticado pelos caminhos da Serra, proibições sucessivas da Coroa impediram a abertura de novos itinerários que tangenciassem Ibitipoca, bem como ordenavam a obstrução das estradas vigentes. Este é um dos fatores a indicar o relativo semi-isolamento geográfico e cultural ao qual a população de Conceição de Ibitipoca conviveu durante muitos anos (Bedim, 2008, p. 145).

No entanto, a atividade mineradora teve curta duração. Quatro décadas após o seu início, a população já se dedicava a outras tarefas relacionadas ao meio rural. Conceição de Ibitipoca, portanto, foi aos poucos “perdendo a sua importância”, tanto pela ausência do ouro, quanto pela sua posição geográfica, no alto de uma serra de difícil acesso.

Ocorre que, em meados do século XVIII, a escassez e as dificuldades encontradas na mineração resultaram numa equação econômica desfavorável aos mineradores, em que o lucro obtido com o ouro descompensava o custo de sua extração. Diante de tais circunstâncias, a maioria do contingente minerador de Ibitipoca possivelmente se deslocou para outras regiões (Bedim, 2008, p. 142).

Assim, no contexto sobre o qual Conceição de Ibitipoca se encontrava, segundo Bedim (2008, p. 145), “a população dedicou-se a outras atividades

econômicas como a pecuária e a lavoura – milho, raízes, feijão, café e cana-de-açúcar – originando engenhos que perduraram até fins do século XIX”.

No final do século XVII, a ermida dedicada à Nossa Senhora da Conceição foi erguida na Vila e, no início do século XVIII, sua construção foi demolida e em seu lugar foi construído o templo atual, cuja sagração data de 1768 e foi custeada por fazendeiros da região (Figura 2). Nas primeiras décadas do século XIX, Conceição de Ibitipoca ainda se valia de algum prestígio advindo do período do ouro e, por essa razão, foi elevada à categoria de freguesia em 1818, ocasião na qual foi desmembrada de Barbacena.

Figura 2 - Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Conceição de Ibitipoca - MG



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024)

Em um contexto no qual Conceição de Ibitipoca perdia sua importância e acessibilidade, Dolores do Rio do Peixe, que pertencia à Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João Del Rei, ganhou importância. Em 1791, foi integrada à Barbacena e, em 1839, foi elevada à categoria de Distrito de Paz. Vinte anos depois, em 1859, lhe foi conferido o título de Freguesia. Já em 1881, a vila Rio do Peixe passou a ser cidade com o nome de Lima Duarte e as freguesias de Conceição de Ibitipoca (que permanece como distrito limaduartino) e Santo Antônio da Olaria (que foi emancipada em 1963 com o nome de Olaria apenas) foram a ela anexadas, passando a ser distritos da recém-emancipada Lima Duarte.

Retomando à Conceição de Ibitipoca, a história da Vila aproxima-se do histórico observado em outras regiões de Minas Gerais e de todo o Brasil: a ocupação inicial por povos indígenas; a chegada dos bandeirantes e a dominação dos nativos; a descoberta do ouro; a queda da mineração; a substituição por novas atividades econômicas na agricultura e a pecuária, e a visita de naturalistas estrangeiros. Quanto aos naturalistas, alguns relatos são do cientista francês Saint Hilaire, que em 1822, descreveu a Vila de Conceição de Ibitipoca como “uma vila situada numa colina composta por pequena igreja e meia dúzia de casas, muitas delas já abandonadas”.

Segundo Bedim (2008, p. 156), em 1888, Conceição de Ibitipoca era povoada, por quatro categorias sociais ligadas ao campo: os colonos (agregados), os fazendeiros (senhor-patrão), os camaradas (diaristas) e os camponeses-sitiantes.

Nas primeiras décadas do século XX, a agricultura de subsistência da Serra de Ibitipoca possuía auto-suficiência relativa, uma vez que havia a figura do “alto fazendeiro” e os poderes por ele concentrados, já que este era detentor de alguma representatividade política e de status social local. Enquanto que os pequenos proprietários de terra (sitiantes) se utilizavam da agricultura de subsistência (economia de excedentes), os poucos fazendeiros da região alçavam uma produção em escala relativamente maior, a qual implicava no emprego da mão-de-obra local intermediada pelas “relações de camaradagem” entre o “senhor patrão” e os “colonos/agregados” e “camaradas”. Essas relações de produção incluíam a troca de trabalho por terra agricultável, alimentos, favores e/ou proteção – embora alguns camponeses eventualmente recebessem ocasionalmente uma contrapartida monetária pelo dia de serviço: o “jornal”. (Bedim, 2008, p. 156)

Os colonos/agregados eram aqueles que moravam na propriedade de um fazendeiro, prestando serviços ao dono da terra, em troca de moradia para si e para sua família. Trabalhavam para o dono da terra e no tempo restante, trabalhavam em pequenas porções de terra cedidas por aquele. O contingente de produtos era dividido com o fazendeiro.

Bedim (2008, p. 158), apresenta a definição de camaradas e de como trabalhavam, quando diz que “nos interstícios das lavouras de subsistência praticadas nas terras altas de Ibitipoca, os camponeses ocasionalmente desciam para as propriedades situadas nas terras baixas localizadas no sopé da Serra para lá trabalharem como diaristas. Esse tipo de trabalhador era conhecido como camarada.” Os sitiantes, por sua vez, eram pessoas pobres, mas que, ainda assim, possuíam pequena propriedade de terra na qual estabeleciam a agricultura de subsistência.

A economia na Serra passou a girar em torno da pecuária leiteira e de corte, atividades lideradas pelos homens. As mulheres trabalhavam nos serviços domésticos, na colheita da macela, na confecção de colchas e de tecidos a partir da lã de carneiros, criados na região próxima, em teares. Os excedentes produzidos eram levados e vendidos nas cidades e vilas da região. Segundo Bedim (2008)

Havia ainda a comercialização em pequena escala de carnes bovina e suína, que seguiam para o Rio de Janeiro nas tropas para só então serem comercializadas no destino. Os garrotes e capados eram assim conduzidos ora no carro de boi, ora nas tropas que seguiam antigas rotas de tropismo rumo ao Rio de Janeiro, com destino específico a um lugar denominado Porto da Estrela, bem próximo à capital fluminense (Bedim, 2008, p. 168).

Até a década de 1960, essa pequena produção foi escoada, mas à medida que os meios de transporte mudaram por conta das linhas férreas, das novas rodovias asfaltadas ligando Lima Duarte, Juiz de Fora e Rio de Janeiro, a relação de entrega de produtos perdeu força. Mais uma vez, Conceição de Ibitipoca voltou ao esquecimento e ao isolamento, que só foi rompido na década de 1970, com a criação do então Parque Florestal do Ibitipoca.

As primeiras iniciativas de criação do Parque remontam de 1950, segundo Bedim (2008, p. 209), “uma comissão de políticos de Lima Duarte foi ao Palácio da Liberdade expor os problemas relacionados às terras devolutas de Ibitipoca, tendo em vista o seu uso por ‘pequenos fazendeiros da região’”. Em Belo Horizonte, a comitiva conversou com o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (JK), que avisou sobre a impossibilidade da criação de um parque naquele momento. Ainda na referida reunião, a comitiva de Lima Duarte sugeriu que o governador nomeasse um guardião para as terras, o que foi feito em 1952. Assim, de 1952 a 1956, Jeferson Chaves ocupou o cargo de tutor das terras devolutas de Ibitipoca.

O governador subsequente a JK, José Francisco de Bias Fortes, não manteve o tutor em seu mandato, mas a possibilidade de criação do Parque voltou a ser considerada em 1962, a partir da criação do Instituto Estadual de Florestas (IEF), que passou a ser o órgão gestor dos parques de domínio estadual em Minas Gerais.

Já em 1964, o então governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto (1961- 66), casado com uma mulher natural de Lima Duarte – Berenice Catão de Magalhães Pinto, dedicou-se a criação do Parque. Enviou uma equipe de 18 pesquisadores à Conceição de Ibitipoca para fazer um relatório sobre os possíveis

usos para as terras devolutas, se seriam usadas para a agricultura, a pecuária ou o turismo. Segundo Bedim (2008, p. 215), a comissão recomendou a criação de um Parque em Ibitipoca, e ainda, sugeriu a subsequente venda de uma parcela das terras devolutas da Serra, com a finalidade de levantar recursos econômicos para a construção de infraestrutura turística no futuro “Parque Florestal”.

Ainda em 1964, baseando-se no relatório mencionado, José de Magalhães Pinto nomeou Jacinto Lage como tutor da área considerada devoluta. Em 1965, foi lavrada a Escritura Pública de incorporação das terras devolutas de Ibitipoca enquanto bem imóvel do patrimônio do IEF. A essa altura, a Vila de Conceição de Ibitipoca era pequena, com poucas casas ao redor da Matriz, ruas sem definição precisa e de terra batida (Figura 3).

Figura 3 - Conceição de Ibitipoca em 1968



Fonte: Site da Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca (AMAI) – Fotografia de Maria do Carmo Gavioli (1968)

Oito anos após a escrituração das terras, em 4 de julho de 1973 foi instituído o Parque Florestal de Ibitipoca, através do decreto-lei nº 6126 de 04 de julho de 1973, assinado pelo governador Rondon Pacheco (Figura 4).

Figura 4 - Entrada do Parque Estadual de Ibitipoca - 1991



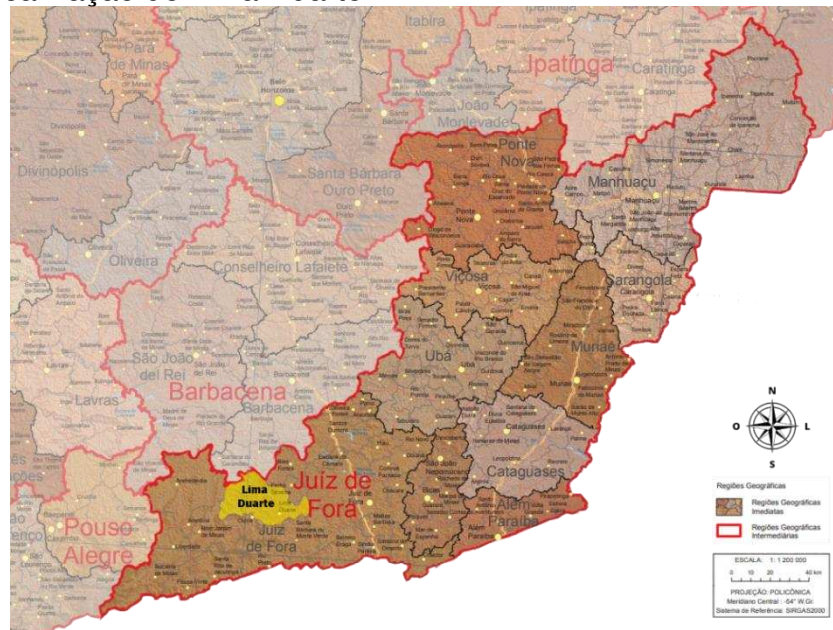
Fonte: Site da Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca (AMAI) - (1991)

Lourival Brasil Filho, na época deputado estadual, foi o grande mobilizador para a criação do Parque e em depoimentos na tribuna da Assembleia Legislativa, apresentava grande entusiasmo com as possibilidades turísticas para a região após a criação do atrativo. A partir de então, muitos moradores deixaram seus afazeres no campo e começaram a se dedicar à construção civil, movimentada pelo turismo, às atividades turísticas e à venda de terras.

#### **4.3 Localização geográfica: o município, a cidade, o distrito e a Vila**

Lima Duarte fica localizada na Região Geográfica Imediata e Intermediária de Juiz de Fora em Minas Gerais, conhecida como Zona da Mata (Figura 5). Localiza-se a aproximadamente 292 km de Belo Horizonte, a 417 km de São Paulo e a cerca de 238 km do Rio de Janeiro. A cidade fica às margens da rodovia Vital Brazil (BR - 267), que liga Juiz de Fora a Caxambu, no Sul de Minas.

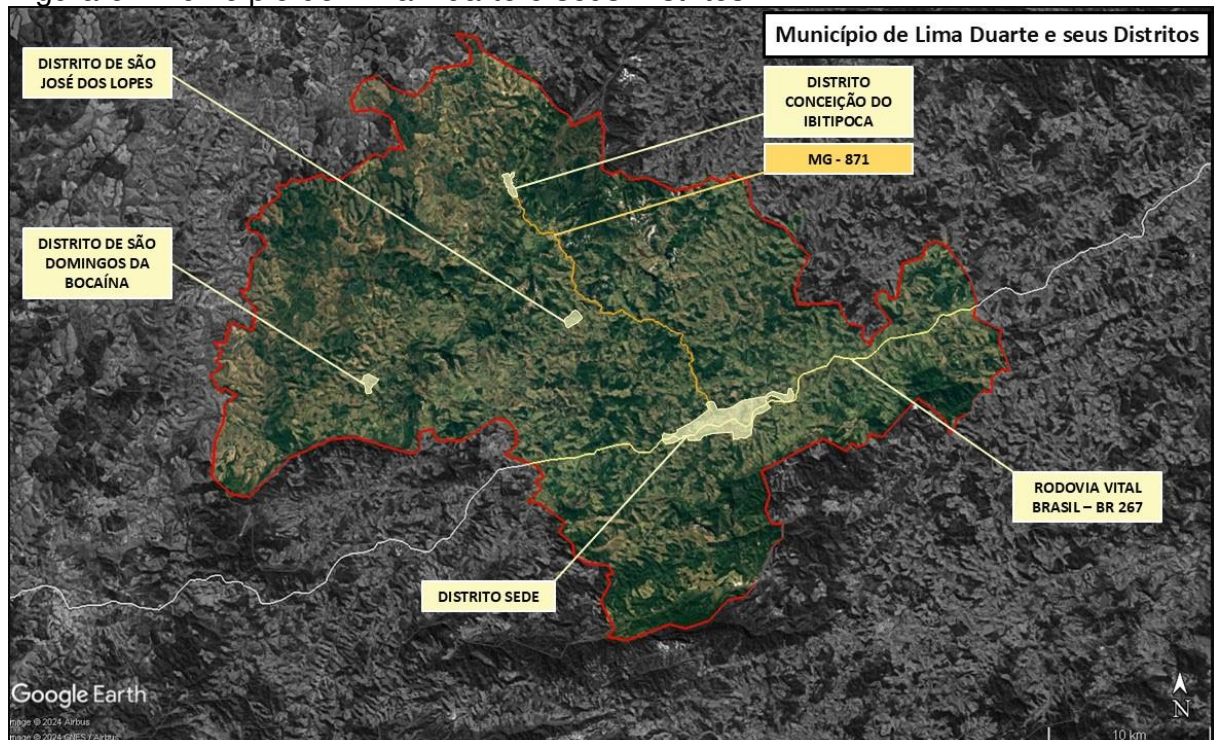
Figura 5 - Localização de Lima Duarte



Fonte: IBGE, adaptado pela autora (2024).

Com relação aos seus distritos, o município é dividido em distrito sede, distrito de São Domingos da Bocaina, distrito de São José dos Lopes e o distrito de Conceição de Ibitipoca, cuja sede é a Vila, de mesmo nome, objeto de estudo deste trabalho. Conceição de Ibitipoca fica a 26 km da sede do município - Lima Duarte, conectada pela MG-871 (Figura 6).

Figura 6 - Município de Lima Duarte e seus Distritos



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora (2024).

#### **4.4 População e economia: o município e a Vila**

Segundo o IBGE (2022), a população de Lima Duarte é estimada em 17.221 pessoas, com uma densidade demográfica de 20,29 hab./km<sup>2</sup>. O salário médio em 2021 era de 1,5 salários-mínimos e 19,21% da população era considerada ocupada, cerca de 3.308 pessoas. De acordo com o observatório Data MPE Brasil (2022), os setores econômicos que mais reuniram trabalhadores foram: administração pública, defesa e seguridade social, comércio varejista, agricultura, pecuária e serviços relacionados.

Com relação a Conceição de Ibitipoca, o censo IBGE (2010) estimou a população em 1.304 habitantes. Já os setores econômicos, na área rural do distrito, a agricultura, a pecuária e os serviços relacionados estão presentes. Na Vila, sede do distrito em questão, existe o predomínio dos serviços conectados as atividades turísticas, uma vez que o segmento turismo de natureza envolve outras tipologias como: o turismo gastronômico, o turismo de aventura, o turismo de eventos, e o turismo cultural. O setor da construção civil também é muito forte, uma vez que a construção de novos loteamentos e casas é constante.

#### **4.5 Acessos e conectividade à Vila**

O município de Lima Duarte é acessado principalmente pela BR-267, uma rodovia transversal totalmente asfaltada que atravessa os estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul (Figura 7). Trata-se de uma rodovia com acostamento, no trecho que liga a BR-040 ao Sul de Minas, que possui infraestrutura de serviço e apoio ao usuário.

Figura 7 - Rodovia Vital Brasil (BR – 267)



Fonte: arquivo da autora (2024).

A partir do município de Lima Duarte, o principal acesso à Vila de Conceição de Ibitipoca é realizado pela rodovia MG-871, que apresenta pavimentação em blocos intertravados ao longo de um trecho de 13 km, seguido por 7 km de estrada não pavimentada (Figura 8). No período de elaboração desta dissertação, parte dessa estrada encontra-se em processo de pavimentação. Historicamente, a via tem sido impactada por problemas recorrentes, como enchentes e deslizamentos de encostas, o que compromete tanto a segurança quanto a trafegabilidade. A pavimentação surge, nesse contexto, como uma estratégia para melhorar as condições de vida da população residente na Vila e para facilitar o acesso dos visitantes.

Além da MG-871, é possível acessar a Vila pelo município vizinho de Olaria, por meio de uma estrada de terra com extensão de 29 km, onde alguns trechos de maior declividade foram pavimentados com blocos intertravados. Apesar de estas serem as principais rotas de acesso à Vila, outras alternativas também existem, embora sejam menos utilizadas.

Figura 8 - Rodovia MG 871, que está em processo de calçamento



Fonte: arquivo da autora (2024).

As ruas da Vila de Conceição de Ibitipoca apresentam características físicas que restringem o trânsito de veículos, com faixas de rolamento estreitas, variando entre 4 e 5 metros de largura. Na área delimitada como centro histórico, o pavimento é constituído por pedras. Nas demais vias, predominam pavimentos de piso intertravado, pedras fincadas e bloquetes, embora ainda existam ruas com superfície de terra batida.

Durante as visitas de campo realizadas, identificaram-se ruas no centro da Vila que apresentam intenso fluxo de veículos, mas com condições de conservação deficitárias, evidenciadas pela presença de pedras soltas, buracos e irregularidades na superfície. Tais condições comprometem a mobilidade tanto de veículos quanto de pedestres, sobretudo porque diversas ruas carecem de calçadas em determinados trechos, intensificando as limitações do espaço viário (Figura 9).

Figura 9 - Rua Olga Silva Oliveira, acesso à estrada-parque



Fonte: arquivo da autora (2024).

O Parque Estadual de Ibitipoca, por sua vez, possui uma única portaria de acesso, tendo a Vila de Conceição de Ibitipoca como principal via de entrada. A estrada-parque, que liga a Vila ao Parque, é pavimentada integralmente com blocos intertravados, contando também com trechos de pedra fincada.

#### 4.6 Saneamento básico na Vila

O saneamento básico abrange os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais urbanas e destinação de resíduos sólidos. A descrição desses serviços no contexto da área de estudo é fundamental,

considerando as demandas locais, tanto dos residentes quanto da população flutuante.

Em Conceição de Ibitipoca, a gestão do abastecimento de água é realizada pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DEMAE), que informa que todas as residências da Vila possuem hidrômetros instalados. O sistema de abastecimento é composto por dois mananciais subterrâneos: o Poço C01, com vazão de 20,00 m<sup>3</sup>/hora, e o Poço E02, com vazão de 3,60 m<sup>3</sup>/hora, totalizando 23,60 m<sup>3</sup>/hora. Os macromedidores instalados indicam uma extração média de 15.967,50 litros/hora, equivalente a 4,53 litros por segundo, considerando 16 horas diárias de operação das bombas de sucção.

No que diz respeito ao tratamento de esgoto, dados do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2013) revelam que apenas 2% dos domicílios do município dispõem de soluções individuais de tratamento por fossas sépticas. Tanto na sede municipal quanto na Vila de Conceição de Ibitipoca, o esgoto é descarregado *in natura* nos cursos d'água próximos aos locais geradores. O PMSB (2013) destaca que os pontos de descarte apresentam condições insalubres, com emissão de odores desagradáveis e proliferação de insetos e roedores. Durante as visitas de campo e entrevistas realizadas, moradores e empreendedores locais manifestaram preocupação com a problemática do esgoto, recordando um passado em que era possível nadar nos rios da região, cenário hoje inviável devido à poluição e aos odores perceptíveis a metros de distância.

Especificamente sobre a coleta de esgoto na Vila, o diagnóstico do Plano Diretor de Conceição de Ibitipoca, elaborado pela Fundação João Pinheiro em 2000, identificou as ruas atendidas pelo sistema de coleta e aquelas cujas residências despejam esgoto diretamente nos cursos d'água (Figura 10). É importante destacar que, mesmo nos casos em que há coleta, o esgoto não é submetido a tratamento, sendo igualmente descartado *in natura* nos corpos hídricos locais.

Figura 10 - Ruas com coleta de esgoto em Conceição de Ibitipoca



Fonte: Lei Municipal nº 1.155/2001, Plano de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca, Fundação João Pinheiro, 2000, com alterações da autora (2024)

A limpeza pública tem como objetivo principal proporcionar uma destinação adequada aos resíduos sólidos gerados no município. Com a promulgação da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), os municípios passaram a contar com diretrizes normativas para subsidiar a implementação de um gerenciamento integrado no âmbito dos Planos Municipais de Saneamento.

Em Lima Duarte, a gestão dos resíduos sólidos urbanos é de responsabilidade da prefeitura municipal, com exceção dos resíduos oriundos de serviços de saúde, cuja administração é realizada pela Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra (ACISPES), por meio de um convênio. Conforme informações do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a coleta de resíduos sólidos abrange 100% da população das áreas urbanas e rurais, incluindo, portanto, os moradores da Vila de Conceição de Ibitipoca. Os resíduos coletados são encaminhados à Usina de Triagem e Compostagem (UTC), onde, segundo a prefeitura, todo o material é submetido a triagem e pesagem, contemplando resíduos orgânicos, recicláveis e rejeitos. Os rejeitos resultantes do processo são direcionados a um aterro sanitário localizado na mesma área da usina.

No que se refere à drenagem urbana, esta é composta por um conjunto de obras destinadas à coleta, transporte e destinação final das águas pluviais, cuja presença em excesso é indesejável. De acordo com o PMSB, não há, na estrutura

administrativa da Prefeitura, um setor específico responsável pela gestão dos serviços de drenagem urbana, tampouco um percentual do orçamento municipal alocado para o manejo das águas pluviais.

O PMSB indica que a infraestrutura de drenagem urbana na sede do município é insuficiente. Em Conceição de Ibitipoca, as condições das estruturas são igualmente precárias e insuficientes. A Figura 11 apresenta os pontos de coleta de águas pluviais identificados nas ruas centrais da Vila.

Figura 11 - Pontos de coleta de águas pluviais em Conceição de Ibitipoca



Fonte: Google Earth com alterações da autora (2024)

Algumas ruas não dispõem de pontos de drenagem, e, durante as visitas de campo, foram identificados problemas como pontos de coleta mal posicionados, entupidos ou mal instalados. Essas falhas contribuem para o desgaste de ruas e calçadas, especialmente durante o período de chuvas intensas.

#### 4.7 Energia e comunicação

A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica em Conceição de Ibitipoca é a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). A ocorrência de interrupções no abastecimento elétrico na Vila é frequentemente relatada por moradores e turistas, especialmente em períodos de alta demanda, como feriados e férias, sendo noticiada em veículos de comunicação regional e jornais

locais. Em relação às telecomunicações, Conceição de Ibitipoca conta com um sistema privado de telefonia, além de serviços de transmissão de televisão via satélite e acesso à internet, mas também a relatos quanto a precariedade dos serviços.

#### **4.8 Equipamentos urbanos e serviços públicos**

No que tange aos equipamentos urbanos e serviços públicos, a Vila de Conceição de Ibitipoca conta com uma escola, um posto de saúde, um cemitério e uma delegacia. A escola funciona de segunda a sexta-feira; contudo, conforme relatos obtidos em entrevistas com os moradores, durante períodos de chuvas intensas, as aulas frequentemente são interrompidas ou canceladas. Essa interrupção ocorre devido às condições adversas das estradas de acesso, que impedem a chegada dos professores à Vila.

O posto de saúde mantém funcionamento diário, porém o atendimento médico está restrito a dias específicos da semana, conforme escala de plantão estabelecida previamente. No caso da delegacia, embora exista um edifício destinado à corporação, os policiais não permanecem em regime de plantão contínuo no local. Segundo depoimentos de moradores e empresários colhidos durante as visitas de campo, a atuação policial é limitada a rondas ocasionais. Em situações emergenciais, os agentes deslocam-se da sede do município até a Vila para atender às ocorrências.

#### **4.9 Parque Estadual de Ibitipoca**

As Unidades de Conservação (UC) são consideradas instrumentos fundamentais para a conservação da diversidade biológica e a proteção de habitats ameaçados. Criadas pelo poder público, essas áreas asseguram o desenvolvimento sustentável por meio da proteção da biodiversidade e de recursos naturais relevantes.

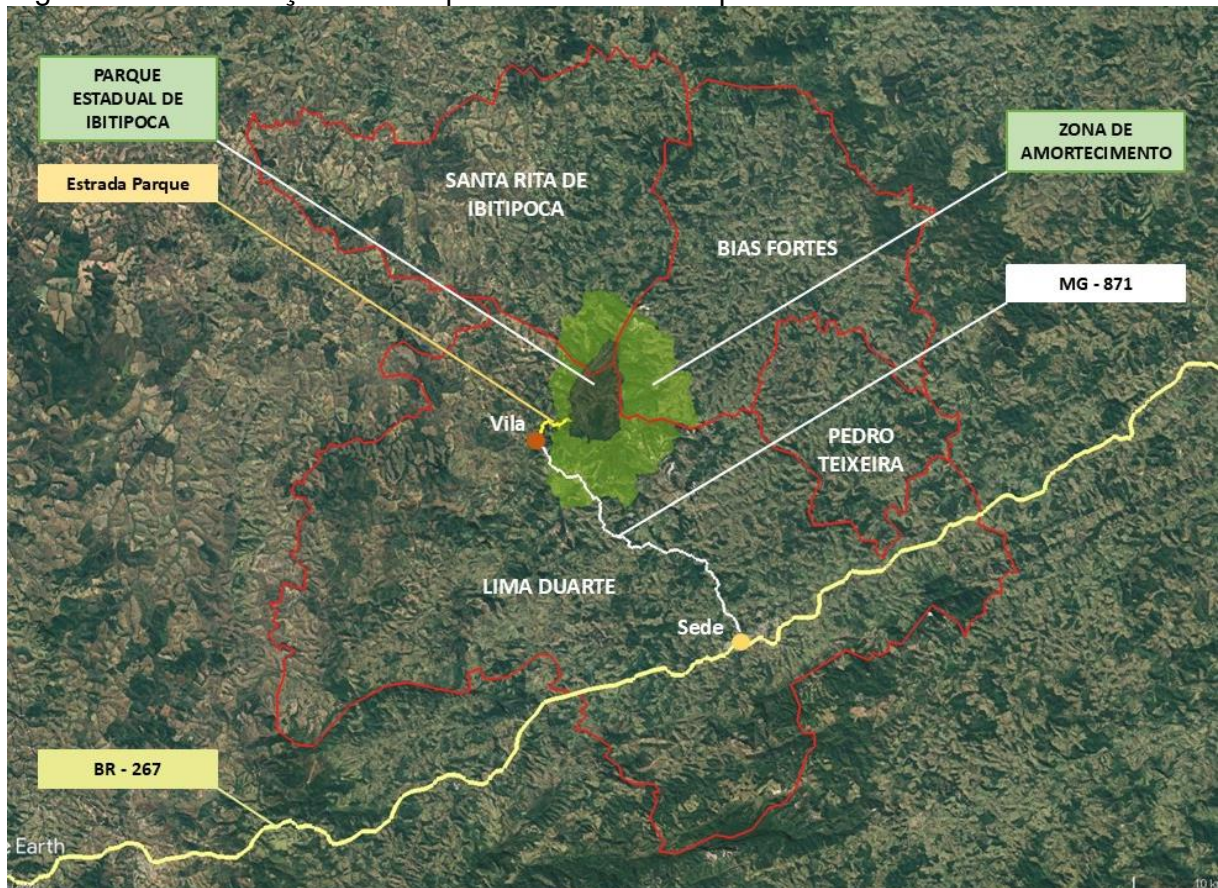
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) regula as UC nas esferas federal, estadual e municipal, dividindo-as em duas categorias: proteção integral, que visa à preservação da biodiversidade, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos; e uso sustentável, que possibilita a exploração direta dos recursos naturais, mantendo a preservação da biodiversidade como objetivo secundário.

Atualmente, o Brasil possui 2.309 Unidades de Conservação, sendo 406 localizadas em Minas Gerais. Esse número expressivo no estado justifica-se pela

presença de importantes biomas, como o Cerrado e a Mata Atlântica, além de uma topografia rica e diversificada, com chapadas, planícies, áreas secas e superfícies alagadas. Ressalta-se, ainda, a diversidade de cachoeiras, cavernas, grutas, veredas e florestas, resultado da influência do domínio morfoclimático conhecido como Mares de Morros.

Uma dessas unidades é o Parque Estadual de Ibitipoca (PEIb), criado em 4 de julho de 1973 pela Lei nº 6.126, com uma área de 1.488 hectares. Seu único acesso público é pela Vila de Conceição de Ibitipoca, localizada a aproximadamente 3 km do parque. O território do PEIb abrange os municípios de Santa Rita de Ibitipoca, Bias Fortes e Lima Duarte. Além da área do Parque em si, sua zona de amortecimento desempenha papel crucial para a conservação e preservação da unidade (Figura 12).

Figura 12 - Localização do Parque Estadual de Ibitipoca e sua Zona de Amortecimento



Fonte: Google Earth e IEF, com alterações da autora (2024)

Conforme a Lei nº 9.985/00, que instituiu o SNUC, a zona de amortecimento corresponde ao entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o objetivo de minimizar

os impactos negativos sobre a unidade. Essa zona deve ser definida no ato de criação da UC ou posteriormente, até a conclusão do Plano de Manejo, com exceção das APA (Área de Proteção Ambiental) e RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural).

De acordo com a legislação, todas as UC que integram o Grupo de Proteção Integral, como os parques, são consideradas zonas rurais para efeitos legais. As zonas de amortecimento dessas UC, uma vez formalmente estabelecidas, não podem ser urbanizadas. Em termos práticos, a zona de expansão urbana, que é definida por lei municipal, não pode se sobrepor ou invadir a zona de amortecimento estipulada no ato de criação da UC ou nos Planos de Manejo.

A gestão do PEIb é realizada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), enquanto a administração do uso público e o apoio aos visitantes estão a cargo da empresa Parquetur, vencedora da licitação de concessão desde 2023. O PEIb é o mais visitado de Minas Gerais e foi classificado como o terceiro melhor parque da América Latina pelos usuários do TripAdvisor, em razão de sua estrutura e de seus atrativos. Há um limite diário de 1.000 visitantes no parque, sendo que o circuito Janela do Céu, o mais famoso, tem um limite de 240 visitantes por dia.

O Parque possui três circuitos principais, cada um com diversos atrativos. O Circuito das Águas, com 5,2 km de extensão (ida e volta), inclui pontos como a Prainha, o Lago dos Espelhos, a Cachoeira dos Macacos e a Ponte de Pedras. O Circuito do Pião, um pouco maior, com 9,5 km (ida e volta), oferece atrativos como a Gruta do Pião, a Cachoeira do Encanto e a Pedra Furada. O terceiro e mais extenso é o Circuito da Janela do Céu, com 16 km (ida e volta), que contempla o Pico do Cruzeiro, a Gruta dos Três Arcos, a Janela do Céu e a Cachoeirinha (Figura 13).

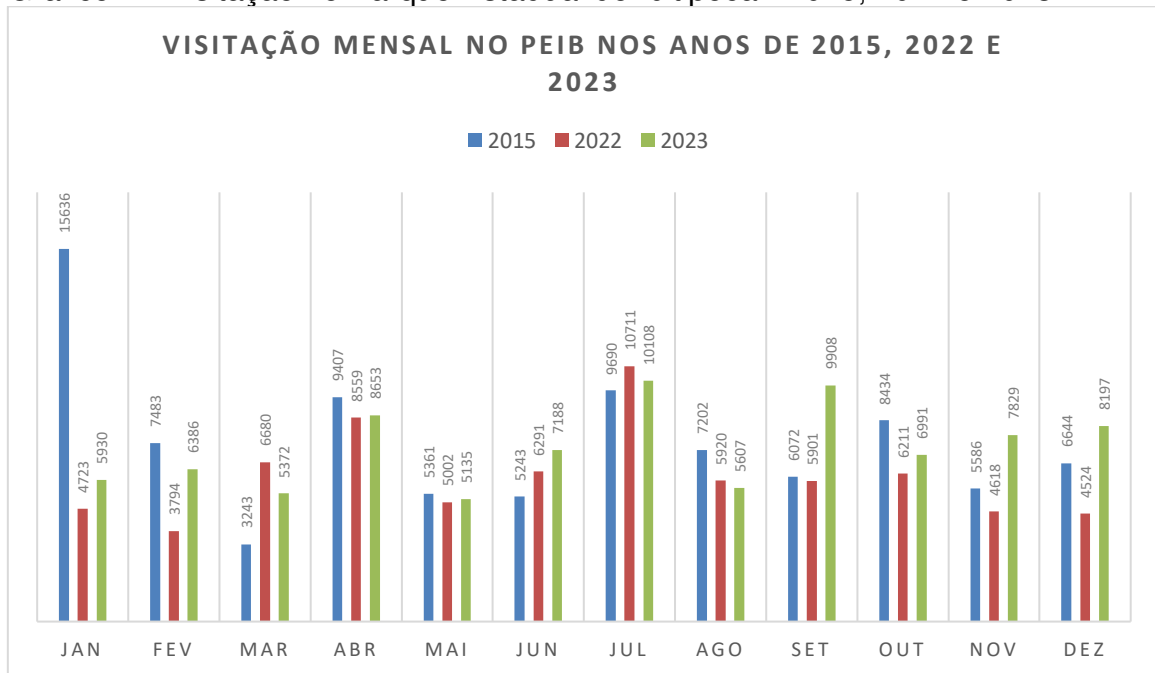
Figura 13 - Atrativos do Parque Estadual de Ibitipoca



Fonte: arquivo da autora (2024)

O Gráfico 1 apresenta a distribuição mensal de visitantes nos anos de 2015, 2022 e 2023.

Gráfico 1 - Visitação no Parque Estadual de Ibitipoca - 2015, 2022 e 2023



Fonte: IEF, elaborado pela autora (2024)

Nos últimos dois anos, o Parque recebeu mais de 150.000 visitantes, sendo 72.934 em 2022 e 87.304 em 2023. Em ambos os anos, fica evidente um fluxo relativamente constante de visitação ao longo dos anos. Esse comportamento contrasta com o observado em 2015, quando a visitação era mais concentrada nas férias de verão, em janeiro, e nas férias de julho. A comparação permite aferir que a visitação ao PEIb que se concentrava nos períodos de férias e feriados em 2015, atualmente acontece praticamente o ano todo.

#### **4.10 Muito além do Parque**

Nos últimos anos, a Vila de Conceição de Ibitipoca tem presenciado uma ampliação significativa na diversidade de atividades turísticas, enriquecendo as experiências disponíveis aos visitantes. Embora o turismo de natureza continue a ser o segmento predominante, consolidado pela presença do Parque Estadual de Ibitipoca, observa-se uma crescente integração e valorização de outras modalidades, como o turismo gastronômico, o turismo de aventura, o turismo de eventos e o turismo de contemplação, entre outros.

O calendário de eventos da Vila tem se consolidado como um importante elemento de atração turística, reunindo um público expressivo e diversificado. Dentre as iniciativas de maior relevância, destacam-se os festivais musicais, como o Ibitipoca Jazz e o Ibitipoca Blues, ambos próximos à sua 25ª edição. Em particular, o Ibitipoca Blues é considerado um dos festivais anuais mais significativos do Brasil, conforme dados do site Sympla<sup>4</sup>. No campo esportivo, eventos como o Ibitipoca Off Road ganham destaque, tendo reunido mais de 440 pilotos em 2024 e já contabilizando mais de 460 inscritos para a edição de 2025. Além disso, eventos sazonais, como as edições do Réveillon na Serra, têm contribuído para atrair visitantes em diferentes períodos do ano. Tais iniciativas demonstram uma demanda crescente por atrações que transcendem as belezas naturais do Parque, reforçando a diversificação da oferta turística local.

Adicionalmente, o clima ameno e montanhoso, associado a temperaturas mais baixas, constitui um atrativo diferenciado, especialmente para casais e viajantes

---

<sup>4</sup> Sympla: plataforma digital brasileira destinada à gestão e comercialização de eventos. Dado disponível em: [https://www.sympla.com.br/evento/ibitipoca-blues-festival/795357?utm\\_source=chatgpt.com&referrer=chatgpt.com](https://www.sympla.com.br/evento/ibitipoca-blues-festival/795357?utm_source=chatgpt.com&referrer=chatgpt.com)

em busca de refúgios singulares, emoldurados por paisagens naturais. A atmosfera acolhedora da Vila, caracterizada por bares e restaurantes que oferecem uma ampla variedade gastronômica, corrobora essa vocação. Nesse contexto, o turismo gastronômico tem se mostrado uma tipologia relevante, como identificado em entrevistas e visitas de campo. Apesar da valorização de produtos locais, como o tradicional pão de canela, foi observado que a oferta de pratos típicos mineiros é limitada. Esse cenário pode ser atribuído, em parte, à ausência de um planejamento adequado no processo de implementação do turismo, que resultou no enfraquecimento da gastronomia tradicional em favor de pratos de outras origens.

Esse panorama evidencia os desafios e as oportunidades para o fortalecimento de um turismo mais integrado e planejado na Vila de Conceição de Ibitipoca, com vistas à valorização de sua identidade cultural e ao aprimoramento das experiências ofertadas aos visitantes. Ao mesmo tempo, demonstra que para além do parque, outras razões têm levado os turistas até a Vila.

## **5. ANÁLISES E RESULTADOS: OS EFEITOS DO TURISMO NO ESPAÇO URBANO DA VILA DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA - MG**

### **5.1. Introdução**

O assunto tratado neste capítulo são os efeitos do turismo na produção do espaço urbano da Vila de Conceição de Ibitipoca. Para isso, fotografias tiradas no passado foram utilizadas como bases de comparação com as imagens de satélite mais atuais disponíveis no Google Earth. Outro recurso utilizado para a análise proposta foi a busca pelo conjunto de leis municipais que trazem implicações ao turismo e ao espaço urbano. Além disso, entrevistas feitas com membros do serviço público, moradores e empresários locais deram subsídio para as análises apresentadas. Embora o assunto principal desta pesquisa seja o espaço urbano, algumas questões culturais que foram impactadas por conta da atividade turística são relatadas, levando em conta que modificaram o uso do espaço pela população.

### **5.2. O plano diretor que não foi para frente, que história é essa?**

Em 2000, em resposta a uma solicitação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, foi elaborado o Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo para Conceição de Ibitipoca. À época, o governo estadual havia priorizado o desenvolvimento turístico, delegando à Fundação João Pinheiro a responsabilidade pela elaboração do referido plano.

O objetivo principal do plano era estabelecer diretrizes essenciais para a organização das ações no distrito, buscando promover um desenvolvimento sustentável e garantindo padrões de qualidade para o turismo local. O documento, que se configura como um importante referencial histórico e patrimonial da região, incluiu considerações sobre o clima, uma análise detalhada das características do Parque Estadual de Ibitipoca, um capítulo voltado ao desenvolvimento do turismo e, por fim, um plano de organização territorial. Contudo, é relevante ressaltar que o capítulo final, estruturado como um projeto de lei, nunca foi aprovado pela Câmara Municipal, inviabilizando sua implementação. Uma moradora local pontua que

Teve uma tentativa lá na década de 90, se não me falha a memória, de fazer o zoneamento aqui, mas não foi pra frente. Não sei se você teve conhecimento desse documento que é super falado aqui na Vila. Foi feito um estudo da fundação João Pinheiro que acabou não sendo levado pra frente, acho que por algumas questões legais, porque distrito não poderia ter plano diretor, só o município como um todo, enfim uma série de questões não foram levadas pra frente e eram muitas coisas que precisavam ter sido efetivadas (Moradora local<sup>5</sup>, 2024).

Conforme já mencionado, o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) define o Plano Diretor como o principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana. O artigo 40, inciso II, estabelece que o plano diretor deve abranger a totalidade do território municipal, indicando que planos elaborados exclusivamente para distritos podem apresentar entraves legais. Ainda assim, o diagnóstico realizado pelo Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo para Conceição de Ibitipoca permanece como uma fonte valiosa para esta pesquisa, ao fornecer informações detalhadas sobre a Vila e seu espaço urbano nos anos 1990, abordando questões que ainda hoje configuram desafios urbanos.

Entre os aspectos destacados pelo diagnóstico, enfatiza-se a importância de preservar a ambiência e a paisagem urbana da Vila. O documento ressaltou a relevância das construções arquitetônicas, incluindo as igrejas da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário. Destacou-se que a proteção da paisagem não deveria limitar-se às proximidades dos edifícios históricos, mas incluir um raio mais amplo, uma vez que a paisagem da Vila era percebida pelos visitantes a quilômetros de distância.

No que se refere às características construtivas, o diagnóstico apontou que, na época de sua elaboração (década de 1990), as edificações da Vila eram predominantemente construídas com base no menor custo, utilizando materiais como telhas de amianto ou fibrocimento, além de janelas industrializadas ou de metal. Essa ausência de padrões arquitetônicos foi considerada um problema a ser enfrentado. O documento indicou que, antes de se estabelecer uma regulamentação formal para definir padrões construtivos, seria fundamental envolver a comunidade nesse processo. Tal participação seria essencial para assegurar que o padrão proposto fosse efetivamente adotado, contribuindo para a preservação da paisagem urbana.

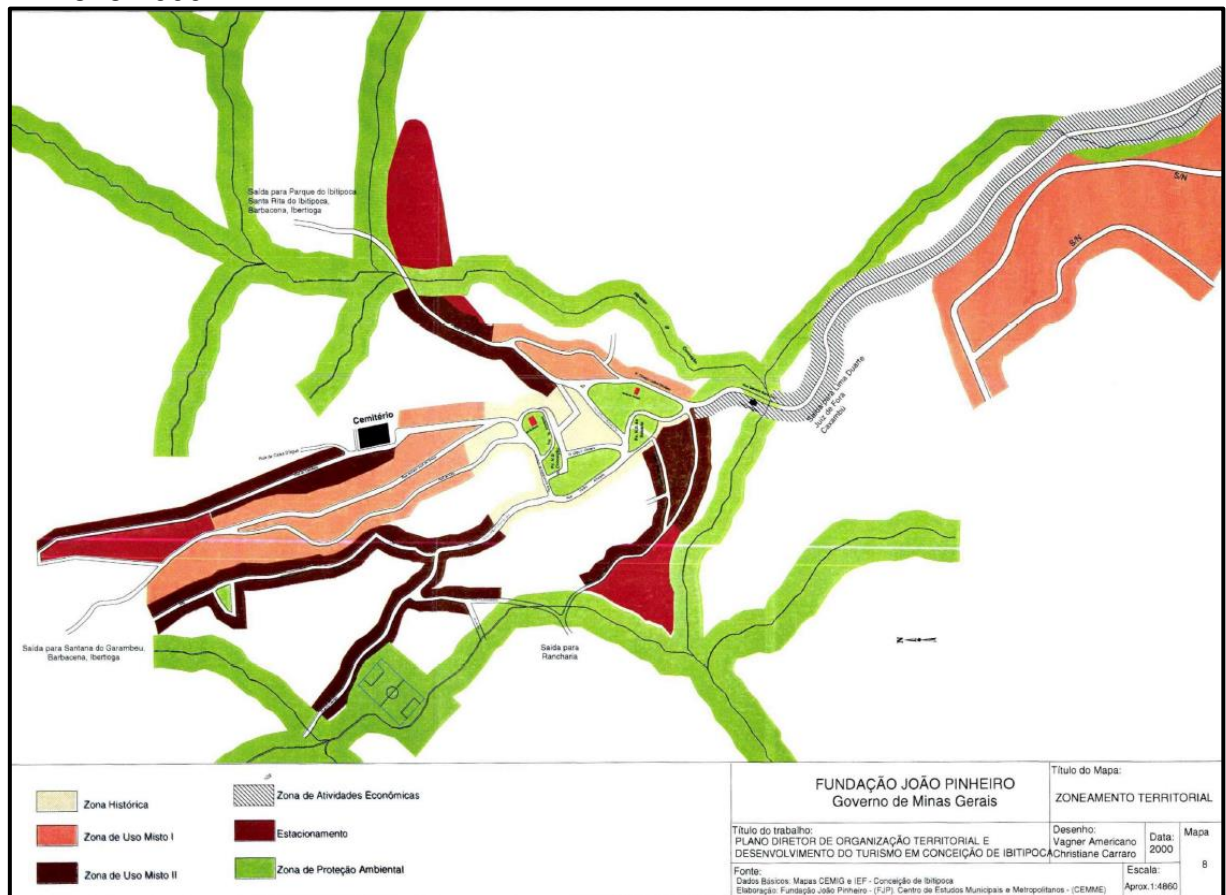
---

<sup>5</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com moradora local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

Ao final do diagnóstico, foi apresentada uma proposta de lei correspondente ao Plano Diretor, na qual se delineia o zoneamento sugerido para o Distrito de Conceição de Ibitipoca. Nesse modelo, o território foi dividido em quatro grandes zonas: Zona Urbana, Zona de Transição, Zona de Proteção Ambiental e Zona Rural.

No âmbito da Zona Urbana, foi proposta uma subdivisão em quatro categorias: Zona Histórica, Zona de Uso Misto, Zona de Uso Misto II e Zona Econômica (Figura 14). Essa estruturação visava organizar o uso e a ocupação do solo de maneira a atender às demandas específicas de cada área, conciliando as necessidades de preservação, funcionalidade urbana e desenvolvimento econômico.

Figura 14 - Zoneamento Territorial de Conceição de Ibitipoca – Fundação João Pinheiro 2000



Fonte: Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo para Conceição de Ibitipoca (2001)

Do uso e da ocupação do solo, o projeto de lei definiu as seguintes categorias: residencial, comercial e serviços, misto, institucional e serviços de uso coletivo e industrial. Quanto ao uso, cabe destacar que tal projeto abordou o mínimo de vagas que cada edificação deveria ter de acordo com o seu uso, levando em conta, inclusive

o tipo de veículo que recebia, se era veículo leve ou pesado. A finalidade dessas determinações se baseava na dificuldade com locais para estacionamento, demanda que já era problemática na década de 1990 e continua impactando o cotidiano da Vila. Segundo a secretária de obras de Lima Duarte

Como a Vila se desenvolveu - antes do mundo do turismo - como uma Vila com ruas estreitas para atender o pessoal da comunidade, no que o turismo foi se desenvolvendo não houve um crescimento ordenado e planejado, com as vias com a largura ideal e com estacionamentos previstos nas construções. Então, sem dúvidas, a Vila é muito prejudicada pelo turismo na questão do trânsito. Quando você vai lá em finais de semana e tudo mais, com um fluxo maior, você vê que as ruas ficam superlotadas (Servidor municipal<sup>6</sup>, 2024).

Na ocasião, o projeto também contemplou as diretrizes para a ocupação do solo e para o sistema viário. Quanto ao parcelamento, deveria seguir as Leis Federais 6766/1979 e 9785/1999, mas vale ressaltar que ficou definido que nos parcelamentos realizados ao longo de águas correntes ou dormentes, seria obrigatório a reserva, em cada lado, a partir da margem, de faixa não edificável, com largura mínima de 30,00m (trinta metros) e máxima de 100,00m (cem metros).

Como mencionado anteriormente, o projeto de lei em questão nunca foi aprovado e, portanto, colocado em prática. Mas é válido observar o mapeamento com destaque para as ruas levantados na década de 1990 e início dos anos 2000. Adiante, as análises sobre as modificações do espaço urbano em Conceição de Ibitipoca serão feitas com base no mapeamento da Vila elaborado pela Fundação João Pinheiro em 2000.

### **5.3. Sem o plano diretor, o que resta então?**

O Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo para Conceição de Ibitipoca não foi aprovado e colocado em vigor pelas questões apresentadas anteriormente. No entanto, em 19 de novembro de 2001, a Câmara Municipal de Lima Duarte aprovou a Lei 1.155 que estabelece normas referentes a organização da ocupação do solo do distrito de Conceição de Ibitipoca.

---

<sup>6</sup> Entrevista semiestrutura, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com servidor municipal no dia 30/04/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

A legislação em questão baseou-se no projeto de lei formulado pela Fundação João Pinheiro no ano anterior. É composta por 161 determinações, entre artigos, incisos e parágrafos, que foram avaliados e tabelados (Tabela 1) segundo os quesitos:

**Autoaplicáveis:** quando o que está disposto no artigo, inciso ou parágrafo é aplicável imediatamente após a sanção da referida lei, como por exemplo, os parâmetros urbanísticos (dimensões de lotes, largura de vias e calçadas, número de vagas, gabarito etc.);

**Não autoaplicável:** quando o que está disposto no artigo, inciso ou parágrafo não se aplica diretamente após a sanção da Lei. Geralmente são itens generalistas ou que se prendem a criação de uma emenda subsequente para funcionar efetivamente;

**Mal escritos:** quando o que está disposto no artigo, inciso ou parágrafo não fica claro e da margem para variadas interpretações.

Tabela 1 - Avaliação dos artigos, incisos e parágrafos da Lei 1155/2001

Avaliação dos artigos, incisos e parágrafos com base na classificação acima descrita	
Classificação	Quantidade
<i>Autoaplicáveis</i>	147
<i>Não autoaplicáveis</i>	10
<i>Mal escritos</i>	4

Fonte: elaborada pela autora (2024)

Quanto ao zoneamento e as categorias de uso do solo, a lei em questão mantém a proposta apresentada pela Fundação João Pinheiro em 2000 (Figura 14). A legislação apresenta as diretrizes de adensamento populacional, no entanto, a redação do artigo 20 gera dúvidas quanto aos recuos laterais e de fundos, uma vez que deixa livre a existência dos mesmos ou não.

Para garantir a ventilação e a insolação das unidades, nas edificações até 2 (dois) pavimentos os recuos laterais e de fundos, se existirem, serão de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), e nas edificações acima de 2 (dois) e até 4 (quatro) pavimentos, inclusive, os recuos laterais e de fundos serão de, no mínimo, 2,30m (dois metros e trinta centímetros) (Lei 1155/2001).

Além disso, a lei prevê no artigo 23 que a altura máxima na divisa em edificações sem recuo é de 5,00m (cinco metros), não sendo permitidas aberturas

nestes casos, mas na prática, as construções não seguem tal determinação, mesmo as mais recentes (Figura 15).

Figura 15 - Exemplo de construção recente, colada à divisa, que descumpra a legislação



Fonte: Arquivo da autora (2024)

Quanto ao parcelamento do solo, a lei de 2001 trouxe uma série de determinações no artigo 33, mas este foi alterado pela lei complementar nº 48/2018. O quadro 3 evidencia o que se manteve e o que foi flexibilizado a partir de 2018.

Quadro 3 - Parcelamento do solo em Conceição de Ibitipoca – 2001 x 2018

PARCELAMENTO DO SOLO EM CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA	
2001	2018
Módulos mínimos de <b>450m<sup>2</sup></b> em terrenos com declividade predominante de até <b>15%</b> e de 2.000 m <sup>2</sup> em terrenos com declividade predominante acima desse limite.	Módulos mínimos de <b>250m<sup>2</sup></b> em terrenos com declividade predominante de até <b>30%</b> e de 2.000m <sup>2</sup> em terrenos com declividade predominante acima desse limite.
-	Deverão ser solicitados, em casos de grandes parcelamentos, lotes com módulos mínimos superiores a 250,00m <sup>2</sup> , visando a não favelização.

<p>Quando destinados a programas de urbanização ou parcelamento do solo de interesse social a ser implantado sob iniciativa e responsabilidade do Poder Público, deverá ser utilizado lote mínimo de 150m<sup>2</sup>.</p>	<p><b>(Inalterado)</b> Quando destinados a programas de urbanização ou parcelamento do solo de interesse social a ser implantado sob iniciativa e responsabilidade do Poder Público, deverá ser utilizado lote mínimo de 150m<sup>2</sup>.</p>
<p>Nos parcelamentos realizados ao longo de águas correntes ou dormentes, é obrigatória a reserva, em cada lado, a partir da margem, de faixa não edificável, com largura mínima de 30,00m e máxima de 100,00m, a ser estabelecida com fundamento em parecer técnico, observado o estabelecido no art. 7º do Decreto 33.944, de 18 de outubro de 1992, que regulamenta a Lei 10.561, de 27 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Política Florestal no Estado de Minas Gerais.</p>	<p>Nos parcelamentos realizados ao longo de águas correntes ou dormentes, é obrigatória a reserva, em cada lado, a partir da margem, de faixa não edificável, com largura mínima de 30,00m e máxima de 100,00m, a ser estabelecida com fundamento em parecer técnico, observado o estabelecido no art. 7º do Decreto 33.944, de 18 de outubro de 1992, que regulamenta a Lei 10.561, de 27 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Política Florestal no Estado de Minas Gerais.</p>
<p>As vias previstas no plano de arruamento do loteamento devem ser articuladas com as vias adjacentes, existentes ou projetadas.</p>	<p><b>(Inalterado)</b> As vias previstas no plano de arruamento do loteamento devem ser articuladas com as vias adjacentes, existentes ou projetadas.</p>
<p>Os lotes devem ter pelo menos uma testada voltada para via pública, vedada a testada única para vias especiais.</p>	<p><b>(Inalterado)</b> Os lotes devem ter pelo menos uma testada voltada para via pública, vedada a testada única para vias especiais.</p>
<p>Nos parcelamentos realizados ao longo das faixas de domínio público de rodovias, ferrovias e dutos, deve ser reservada faixa não edificável de <b>15,00m</b> de largura de cada lado das faixas de domínio, salvo maiores exigências da legislação específica, devendo ser implantadas vias marginais ao longo da faixa não edificável.</p>	<p>Nos parcelamentos realizados ao longo das faixas de domínio público de rodovias, ferrovias e dutos, deve ser reservada faixa não edificável de <b>7,5m</b> medidos a partir do eixo da rodovia.</p>
<p>Nos projetos de parcelamento realizados ao longo de cursos d'água já canalizados é obrigatória a reserva, em cada lado, a partir de sua margem, de faixa não edificável, cujas dimensões serão estabelecidas com fundamento em parecer técnico, até o máximo de 15,00m de largura, devendo ser implantadas vias marginais ao longo da faixa não edificável.</p>	<p><b>(Inalterado)</b> Nos projetos de parcelamento realizados ao longo de cursos d'água já canalizados é obrigatória a reserva, em cada lado, a partir de sua margem, de faixa não edificável, cujas dimensões serão estabelecidas com fundamento em parecer técnico, até o máximo de 15,00m de largura, devendo ser implantadas vias marginais ao longo da faixa não edificável.</p>

Deverá ser apresentado termo de compromisso das concessionárias de serviços públicos declarando seu interesse em estender esses serviços à gleba objeto de parcelamento.	Deverá ser apresentado Atestado de Viabilidade Técnica Operacional das concessionárias de serviços públicos declarando seu interesse e viabilidade em estender esses serviços à gleba objeto de parcelamento.
Deverá ser apresentada solução para tratamento adequado das águas servidas antes do seu lançamento nos cursos d'água.	Deverá ser apresentada solução para tratamento adequado das águas servidas antes do seu lançamento nos cursos d'água, em casos de loteamentos.

Fonte: Legislação 1155/2001 e 48/2018, elaborado pela autora (2024)

Todavia, mesmo com as determinações apresentadas, as construções continuam acontecendo às margens dos cursos d'água, sem resguardar as faixas não edificáveis. Além disso, ao longo das faixas de domínio público, existem construções que não respeitam o afastamento, seja o de 15 metros, proposto em 2001, ou o de 7,5 metros, proposto em 2018 (Figura 16).

Figura 16 - Ocupação da Zona de Proteção Ambiental



Fonte: Legislações 1155/2001 e 48/2018 com alterações da autora (2024)

A Lei nº 1.155/2001 também estabeleceu a necessidade de criação de uma entidade gestora composta por representantes da comunidade local, incluindo os setores técnico, popular e empresarial, além de membros do Poder Público, com suplentes correspondentes. A composição deveria refletir a sociedade em sua

totalidade, abrangendo suas aspirações, demandas e responsabilidades relacionadas à gestão do uso e ocupação do solo. Contudo, a alteração legislativa de 2018 redefiniu a entidade gestora, delegando essa atribuição exclusivamente ao Poder Público municipal, desconsiderando a participação da população no processo de gestão territorial.

Outra questão é a imposição do padrão arquitetônico colonial às edificações da Vila, conforme determinado pelo inciso 2º do artigo 62. No entanto, mesmo que tais características arquitetônicas tenham existido em algum período, não há estudos técnicos que comprovem sua presença ou justifiquem sua adoção como padrão construtivo. Inclusive, é pertinente lembrar que na década de 1990, segundo os estudos elaborados pela Fundação João Pinheiro, as construções predominantes utilizavam materiais de menor custo, como telhas de amianto e janelas industrializadas. Dessa forma, a determinação imposta pela legislação pode ser considerada uma suposição infundada.

Essa padronização normativa, ao estabelecer uma estética homogênea e idealizada, pode ser interpretada como um processo de cenarização, conforme discutido por Franklin (2024). Tal processo transforma o espaço urbano em um cenário turístico que pouco dialoga com a vivência cotidiana dos moradores. Essa prática também se associa ao conceito de disneyficação, uma vez que a história local é comercializada e adaptada para atender às expectativas visuais dos visitantes. Para que algum destino turístico se torne atraente, muitas vezes se alteram elementos históricos ou se realiza uma seleção do que deve ser transmitido ao público, criando uma narrativa visual que ignora as complexidades locais.

Além disso, ao encarecer as construções e promover a valorização imobiliária, essa normatização contribui para processos de gentrificação, expulsando moradores tradicionais para áreas periféricas e abrindo espaço para novos empreendimentos turísticos e econômicos. Como aponta Paula (2024), a busca por criar ambientes turísticos atrativos reforça a criação de cenários que ocultam as desigualdades e as complexidades sociais locais, transformando a paisagem urbana em uma vitrine estética voltada para o consumo turístico.

Todavia, independentemente da pertinência da legislação quanto à exigência de um padrão construtivo específico, observa-se que muitas edificações não atendem a esse regulamento, apresentando elementos construtivos e volumetrias que destoam do denominado "padrão local". Tal discrepância compromete a harmonia visual do

conjunto arquitetônico e, conseqüentemente, prejudica a visibilidade de edifícios de relevante valor histórico e cultural (Figura 17).

Figura 17 - Comparação fotográfica da entrada principal da Vila<sup>7</sup>



Fonte: Fundação João Pinheiro (2000) e arquivo da autora (2024)

A Figura 17 ilustra essa questão, ao demonstrar com o círculo vermelho que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que nos anos 2000 era vista da entrada da Vila, se encontra parcialmente escondida. Enquanto o círculo amarelo destaca uma construção que não segue o padrão determinado em lei.

Esse descumprimento normativo evidencia não apenas a fragilidade da legislação em garantir a preservação das características arquitetônicas pretendidas,

<sup>7</sup> Na primeira imagem, destacada por um círculo vermelho, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que na segunda imagem é tampada por edificações de porte maior. Circulada em laranja na primeira imagem, uma edificação alinhada as demais de Ibitipoca, que deu lugar a uma nova casa, destacada na segunda imagem, que não segue as características locais.

mas também a falta de um planejamento urbano integrado que considere as dinâmicas sociais e econômicas locais. A tentativa de impor uma padronização arquitetônica descontextualizada revela uma lógica de cenarização que prioriza a estética idealizada em detrimento da autenticidade histórica, configurando um processo de transformação urbana orientado mais para o consumo turístico do que para a preservação do patrimônio cultural e para a manutenção da identidade comunitária.

Em síntese, a análise da legislação vigente evidencia o recorrente descumprimento de suas disposições e a ausência de fiscalização eficaz, corroborando com as observações de Maricato (2013). Segundo a autora, a existência de inúmeros planos urbanos que não saem do papel e de leis frequentemente ignoradas sinaliza a necessidade urgente de uma nova postura frente ao planejamento urbano, que considere, de maneira prática e efetiva, a implementação e o monitoramento das normativas estabelecidas. Nesse contexto, a “turistificação dos lugares”, conforme conceituada por Barreto e Lanzarini (2023), revela-se como um fenômeno que aprofunda esses desafios. A apropriação de recursos locais por agentes de mercado, com o apoio do poder público, para promover um turismo centrado no lucro econômico, resulta em intervenções que desrespeitam a legislação, comprometem o patrimônio cultural e desconsideram os interesses das comunidades residentes.

#### 5.4 “Do telhado para a base”: a produção do espaço urbano em Conceição de Ibitipoca

*[...] a minha preocupação é de chegar num momento que as pessoas pensem: não, eu não vou mais lá, não tá me agradando mais ir em Ibitipoca.*  
(Morador local, 2024)

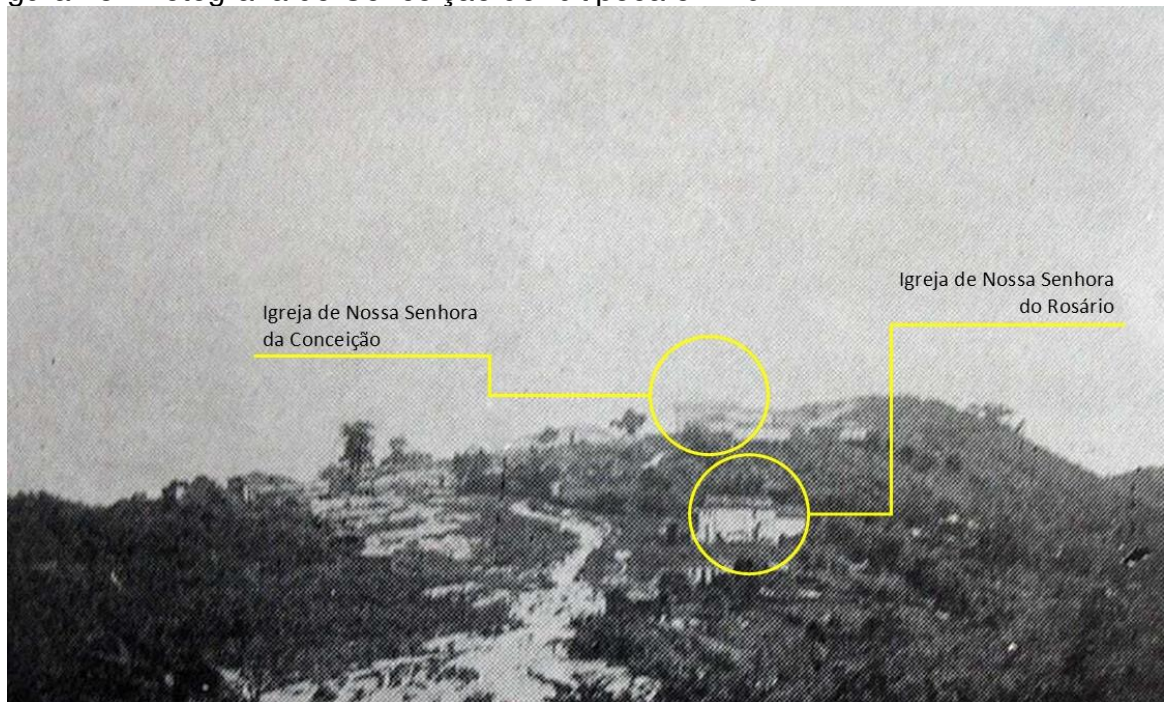
Para compreender a expansão urbana de Conceição de Ibitipoca, torna-se imprescindível retomar a trajetória histórica da Vila. A partir da análise do contexto histórico, da evolução da atividade turística, de fotografias antigas e de imagens do Google Earth, a Figura 24 consolidará a análise do processo de expansão urbana da localidade. As primeiras informações acerca da ocupação urbana na área que atualmente corresponde à Vila de Conceição de Ibitipoca datam de 1692, com a expedição do bandeirante Padre João Faria Fialho, que registrou a descoberta de ouro de aluvião na região.

Contudo, a descoberta de ouro em outras localidades de Minas Gerais resultou em uma significativa redução populacional na Vila, que passou a desempenhar um papel estratégico no contrabando de ouro. Essa conjuntura levou a Coroa Portuguesa a implementar restrições à construção de novas estradas na região, intensificando o isolamento da localidade.

Com o declínio acelerado da mineração aurífera e o conseqüente isolamento, a população local diversificou suas atividades econômicas, dedicando-se à pecuária e a lavoura. Outro aspecto marcante na formação da Vila foi o desenvolvimento de uma forte identidade religiosa, evidenciada pela construção de uma ermida dedicada à Nossa Senhora da Conceição no final do século XVII, posteriormente substituída pelo templo atual, inaugurado em 1768.

Além da presença de bandeirantes, a Vila também despertou o interesse de pesquisadores e viajantes. O cientista francês Saint-Hilaire, ao visitar a região em 1822, descreveu Conceição de Ibitipoca como "uma vila situada numa colina composta por pequena igreja e meia dúzia de casas, muitas delas já abandonadas". Já em 1921, uma fotografia da Vila (Figura 18), considerada uma das mais antigas, evidencia que o crescimento urbano seguiu concentrado em torno das igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário, consolidando-as como elemento central no desenvolvimento da localidade.

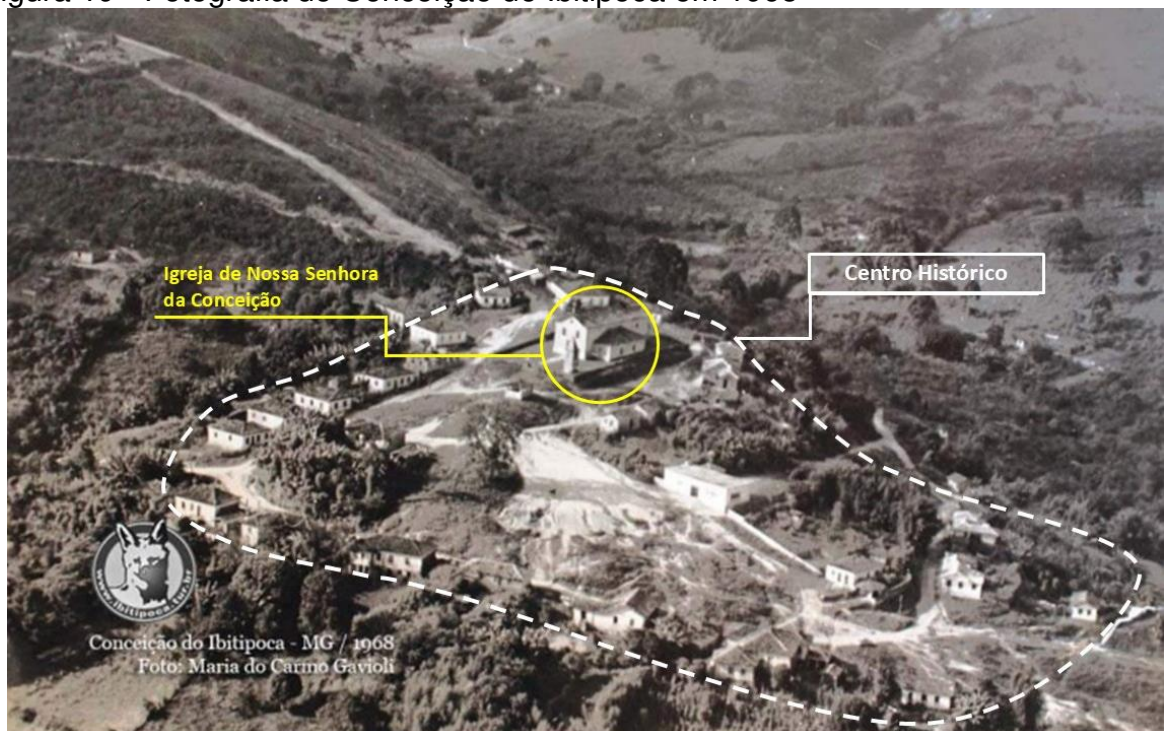
Figura 18 - Fotografia de Conceição de Ibitipoca em 1921



Fonte: Livro Memórias Crographicas de Álvaro Astolpho da Silveira.

No período marcado pelos anos de 1921 a 1970, Conceição de Ibitipoca permaneceu com a expansão urbana vagarosa ao redor das duas igrejas (Figura 19). Realidade que iria mudar após a criação do Parque em 1973, quando é possível observar um tímido crescimento fora do centro histórico imediato.

Figura 19 - Fotografia de Conceição de Ibitipoca em 1968



Fonte: Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca.

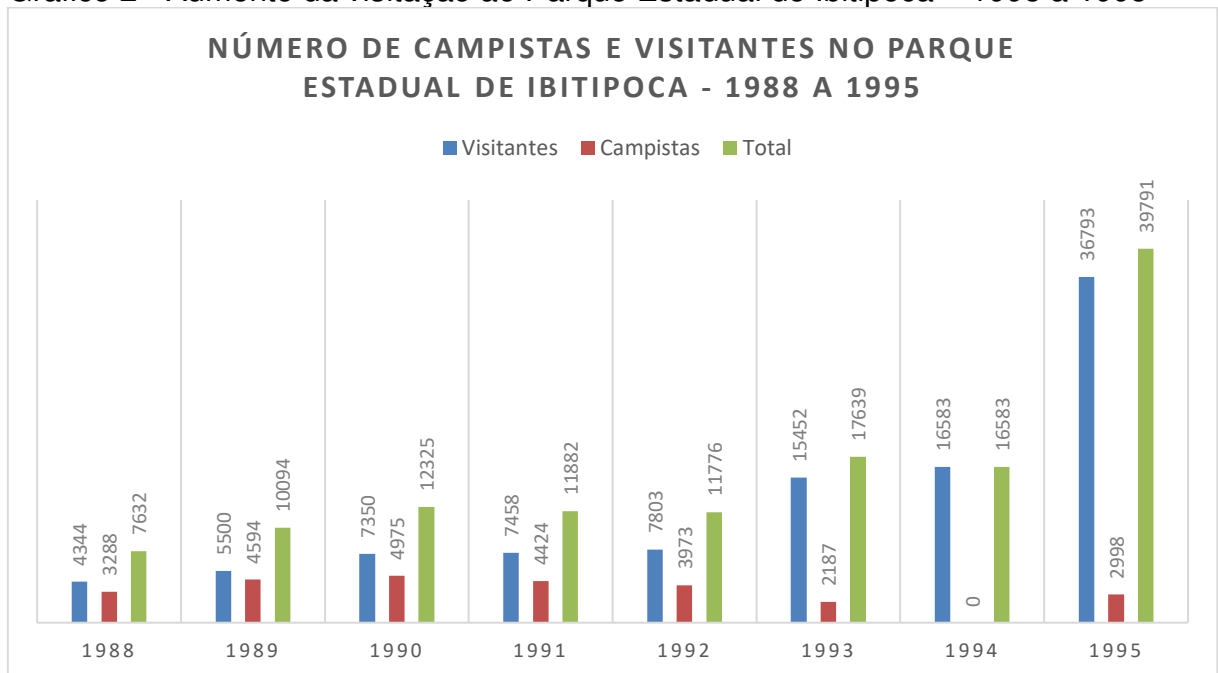
A partir de 1990, é possível apreender através da evolução da mancha urbana (Figura 20), um primeiro “boom” na construção civil, consequência do primeiro estágio de maior visitação do Parque Estadual de Ibitipoca (Gráfico 2).

Figura 20 - Fotografia de Conceição de Ibitipoca em algum ano entre 1980 e 1990



Fonte: Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca.

Gráfico 2 - Aumento da visitação ao Parque Estadual de Ibitipoca – 1998 a 1995



Fonte: Instituto Estadual de Florestas, elaborado pela autora (2024)

O salto perceptível no aumento de visitantes se deve, entre outras coisas, a divulgação dos recursos naturais dos parques brasileiros durante a realização da Eco 92 no Rio de Janeiro em 1992. Segundo Bedim (2008)

Na década de 1990, o turismo na Serra vislumbrava, pois, o seu “auge”. Contudo, a situação estava fora de controle: barracas por todos os lados, acúmulo de lixo, falta d’água, barulho excessivo, uso exacerbado de drogas ilícitas em locais públicos, brigas, tumultos, cenas de sexo explícito pelas ruas do arraial, etc. Neste contexto do “caos”, a população local começa a acenar reativamente: Em abril de 1991, a revista *Prática Hospitalar* descreve que na época havia uma placa na entrada do arraial com o seguinte aviso: **“Você está chegando em Conceição de Ibitipoca. Comunidade com quase 300 anos. Respeite nossas tradições e costumes...”** (Bedim, 2008, p. 264)

De 1998 a 2001, a visitação se manteve estável, mas em 2002 um novo salto foi registrado, quando o PEIb atingiu o número de 51.521 visitantes/ano, então, o IEF, por meio da portaria nº 36 de 03 de março de 2003, estabeleceu normas de visitação e fixou um número de visitantes/dia. A Tabela 2 registra as visitas no Parque de 1995 a 2010.

Tabela 2 - Frequência de visitantes anuais – 1995 a 2005

<b>Frequência de visitantes no Parque Estadual de Ibitipoca – 1995 a 2005</b>	
<b>Ano</b>	<b>Visitantes</b>
1995	39.791
1996	31.373
1997	36.455
1998	39.369
1999	49.930
2000	39.811
2001	42.231
<b>2002</b>	<b>51.521</b>

Fonte: Instituto Estadual de Florestas, elaborado pela autora (2024)

Segundo Bedim (2008, p. 267), nesse contexto de maior visitação, muitos daqueles que eram turistas passaram a fixar residência em Conceição de Ibitipoca, “a esses novos ibitipoquenses, atribuiu-se o nome de ‘forasteiros’, os quais chegaram para compor o sistema social local com a característica de serem ‘os de fora’”. Isso

explica as construções que terminaram de preencher os espaços restantes próximos ao centro histórico e as construções em áreas mais afastadas (Figura 21).

Figura 21 - Imagem extraída do Google Earth, 2000



Fonte: Google Earth com alterações da autora (2024).

A chegada de novos moradores e a expansão urbana desordenada refletem um contexto de turismo implementado sem planejamento, resultando em impactos econômicos e sociais profundos. A falta de instrução à comunidade local sobre as mudanças que o turismo traria criou um ambiente de desigualdade, em que as terras e lotes foram vendidos por valores irrisórios a pessoas externas (“forasteiros”). Esse cenário está alinhado com o apontado por Cruz (2009, p. 339) que embora o turismo possa gerar riqueza e dinamizar economias locais, a distribuição dessa riqueza frequentemente privilegia investidores externos, enquanto os habitantes originais sofrem com processos inflacionários e permanecem à margem dos benefícios econômicos. Um morador destaca que

Nunca teve essa instrução aqui, essa conversa explicando o que tava acontecendo, falando que Ibitipoca ia mudar daqui tantos anos, que vai rolar muito dinheiro. Ninguém fez esse trabalho, aí a população meio que não sabia, não tinha noção e começou a

vender sua casinha, seu lote a preço de banana pros “forasteiro” (Morador local<sup>8</sup> E, 2024).

Essa mudança nas dinâmicas locais é ilustrada pela reflexão de Elias (1994), que afirma que “a integração dos indivíduos ao grupo não ocorre sem tensões, pois é sempre necessário um equilíbrio entre as demandas de adaptação e as pressões externas que impõem transformações nas formas de convivência”. A dinâmica observada em Ibitipoca, portanto, evidencia como a ausência de planejamento estratégico reforça a centralização de lucros nas mãos de quem detém capital e qualificação, conforme apontado por Franklin (2024). Enquanto os moradores locais vendiam suas propriedades por valores ínfimos, os novos residentes, muitas vezes mais bem preparados e com maior acesso a recursos, consolidavam-se como beneficiários diretos do turismo. Assim, o turismo, em vez de funcionar como ferramenta de inclusão econômica e social, aprofundou desigualdades e criou tensões entre os antigos e os novos habitantes.

A baixa na visitação posterior a 2002, demonstrada na Tabela 3, se deve às reformas que foram feitas no Parque, implicando na diminuição do número de visitantes, uma vez que alguns pontos estavam interditados para obras. Essa redução, segundo o gerente da unidade de conservação em 2004, visava garantir a segurança do turista. As obras foram encerradas em 2007, quando o número de visitantes volta a subir e chega novamente à casa dos cinquenta mil em 2009 e 2010.

Tabela 3 - Frequência de visitantes anuais – 2003 a 2010

<b>Frequência de visitantes no Parque Estadual de Ibitipoca – 2003 a 2010</b>	
2003	31.840
2004	27.582
2005	24.503
2006	31.692
2007	32.034
2009	50.434
2010	54.285

<sup>8</sup> Entrevista semiestrutura, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com morador local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

De 2010 a 2013, o número de visitantes se manteve estável, quando em 2014 o Parque recebeu 74.138 visitantes no ano e saltou para 95.294 visitantes em 2015. Isso se justifica pois nesses dois últimos anos citados, o número de visitantes permitidos por dia era de 1200 pessoas, de acordo com o IEF.

Eu vim pra cá em 2004 e fiquei 15 anos como gerente do parque. Em 2009 nós tínhamos um número de visitantes de aproximadamente 50.000 pessoas. Em 2016, mais ou menos, nós tivemos 105.000 visitantes aqui dentro do parque, isso foi por causa da divulgação que teve o parque, a divulgação que a Vila teve e um acidente na Janela do céu, com uma moça, que acabou divulgando o Parque nas grandes mídias. Ai, o comércio, principalmente de hotelaria, casas de aluguel e camping aumentou drasticamente. (Morador local<sup>9</sup> D, 2024)

Devido à alta procura por casas de aluguel, justificada pela demanda por hospedagem, de 2015 a 2024 os loteamentos mais afastados do centro histórico, que já existiam, receberam novas construções, aumentando o trabalho na construção civil e o número de casas de aluguéis disponíveis.

Um levantamento sobre o número de estabelecimentos em Conceição de Ibitipoca por meio do Google Maps identificou bares e restaurantes, padarias e cafeterias, creperias e sorveterias, casas e chalés de aluguel, hotéis, *hostels* e pousadas, mercados e empórios, casas de materiais de construção, estabelecimentos de passeios, imobiliárias, entre outros (Tabela 4). Além disso, uma busca na plataforma *airbnb*<sup>10</sup> identificou, aproximadamente, 119 espaços<sup>11</sup> disponíveis para locação, com valores entre R\$ 114,00 a R\$ 1482,00 por noite.

Tabela 4 - Estabelecimentos comerciais em Conceição de Ibitipoca no Google Maps

Estabelecimentos comerciais em Conceição do Ibitipoca	
Estabelecimento	Quantidade
Bares e Restaurantes	26
Padarias e Cafeterias	3
Creperia e Sorveteria	2

<sup>9</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com moradora local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

<sup>10</sup> Airbnb: plataforma online que permite o aluguel de acomodações por curtos períodos, como casas, apartamentos, quartos, barcos, fazendas e ilhas.

<sup>11</sup> A data de busca foi entre 01/04/2025 e 02/04/2025.

Casas e chalés de aluguel	164
Pousada, hotéis e hostel	26
Mercados e empórios	6
Materiais de Construção	2
Passeios	2
Imobiliárias	2
Drogaria	1
Estúdio de Tatuagem	1
Casa de arte	1

Fonte: elaborado pela autora com base em informações do Google Maps (2024)

Souza (2021) salienta que o aluguel por curta temporada surgiu como uma alternativa ao mercado hoteleiro convencional, mas que tem criado atrito com a acessibilidade à moradia a preços razoáveis. No caso específico de Conceição de Ibitipoca, os empresários do setor alimentício – bares e restaurantes, majoritariamente – falam sobre a dificuldade em conseguir funcionários, destacando que alguns deles residem na Vila, mas que esses residentes não suprem a demanda em finais de semana e alta temporada, assim precisam contratar trabalhadores de outros locais e dar toda assistência de moradia, pois não é fácil conseguir um aluguel mensal dentro da Vila, uma vez que muitas residências estão voltadas para o aluguel de finais de semana e temporada.

Nenhum dos meus funcionários reside aqui. É difícil, muitos acabam tendo que vim de outro lugar e isso onera muito para mim, porque eu tenho que alugar um lugar para ficarem, alimentação e passagem, porque entra tudo isso dentro do custo deles. Todos os comerciantes enfrentam problemas em relação a isso. Aqui, ou você tem um local onde eles possam morar “né”, eu acredito que tem alguns comerciantes aqui já constrói a casa e já traz um casal para trabalhar. Mas todos os dias nos grupos de comerciantes em Ibitipoca, tem alguém procurando funcionário de todas as formas e nas rodas de conversa todo mundo reclama muito. (Empreendedora local <sup>12</sup>B, 2024)

Souza (2021) salienta que

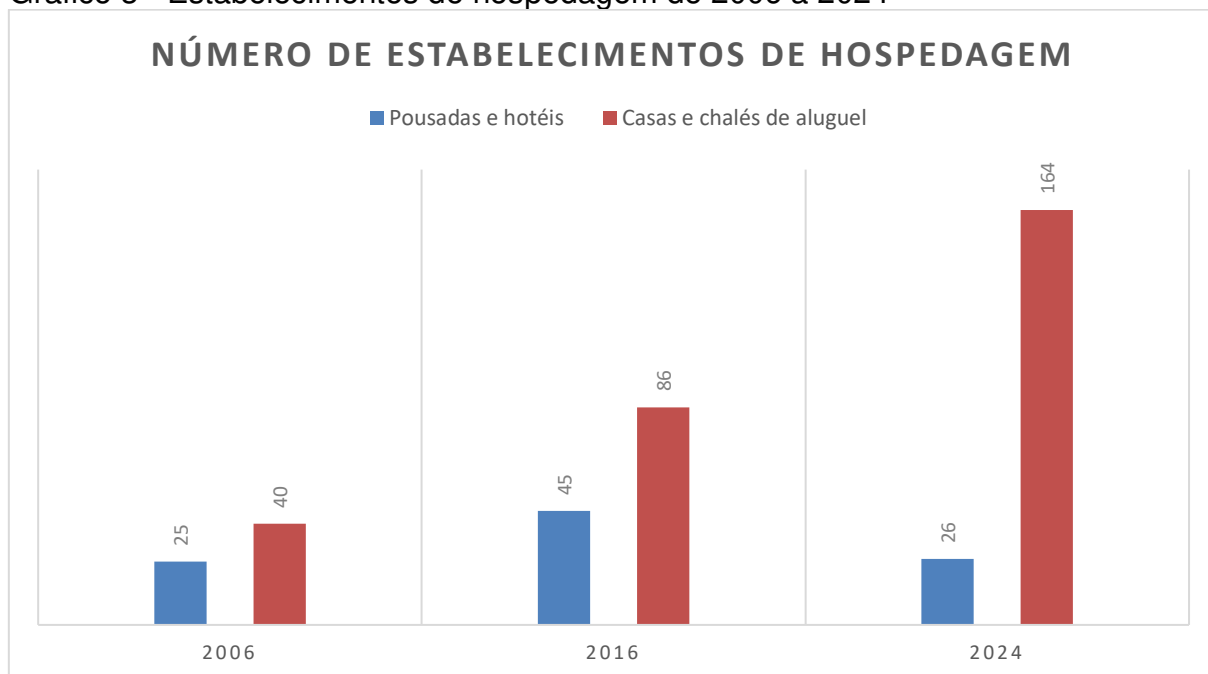
Encarando esses imóveis como destinados ao uso ocasional de atividades turísticas ao invés de possibilitar o acesso aos residentes

<sup>12</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com empreendedora local no dia 14/05/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

permanentes, é plausível que se questione se esses imóveis estão cumprindo a função que beneficia a coletividade dos moradores de determinado município ao invés de, unicamente, os interesses particulares. (Souza, 2021, p. 78)

Para fins de comparação, o Gráfico 3 apresenta a evolução do número de pousadas, hotéis e casas ou chalés de hospedagem ao longo dos últimos 17 anos. Os dados evidenciam um crescimento significativo na quantidade de casas e chalés destinados ao aluguel por temporada, em contraste com o aumento mais modesto dos estabelecimentos de hospedagem tradicionais.

Gráfico 3 - Estabelecimentos de hospedagem de 2006 a 2024



Fonte: elaborado pela autora com base em Marques (2016) e análise do Google Maps (2024)

É válido lembrar ainda, que o direito à moradia está garantido, desde 1948, na Declaração Universal do Direitos Humanos (DUDH), além de estar previsto na Constituição Federal de 1988.

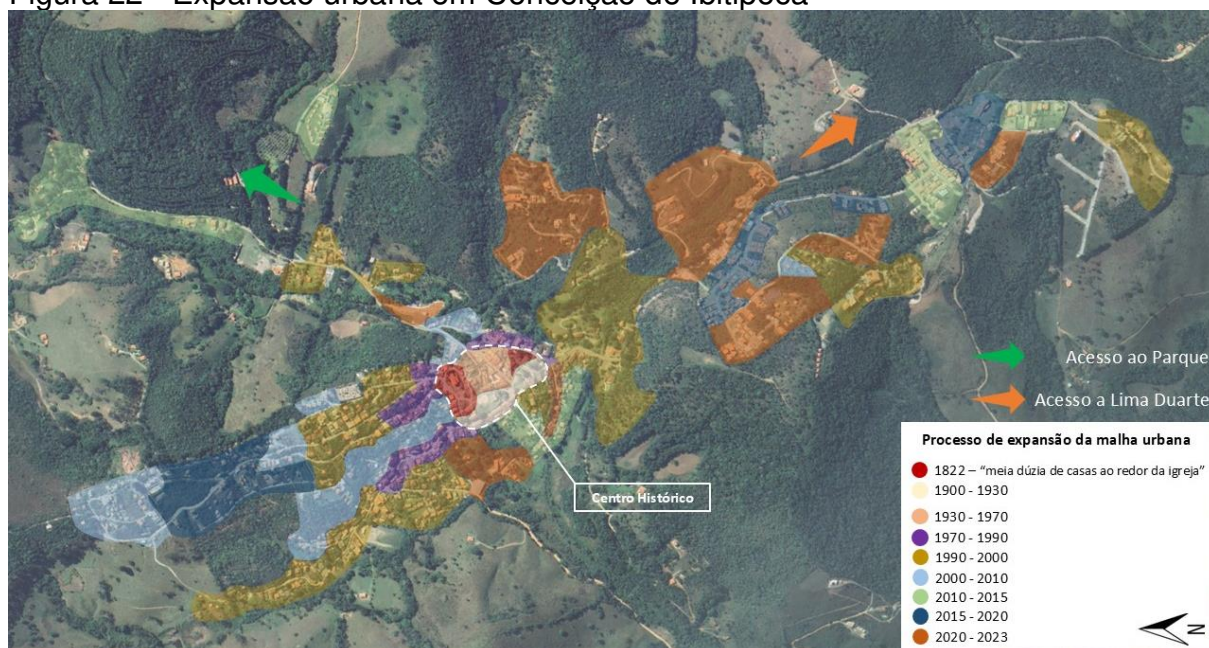
São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Retomando o contexto do "boom" construtivo, informações da Secretaria de Obras de Lima Duarte indicam que as construções em Ibitipoca seguem em ritmo acelerado. Em 2023, foram emitidos 24 alvarás de construção, 8 alvarás de

regularização, 1 de reforma e ampliação, além de 4 alvarás de renovação. Até 14 de novembro de 2024, já haviam sido registrados 21 alvarás de construção, 3 de regularização, 2 de reforma e ampliação e 9 alvarás de renovação.

Com base na análise das fotografias históricas e imagens de satélite, a Figura 22 ilustra a expansão urbana destacando, em cores, as diferentes fases de crescimento ao longo dos anos.

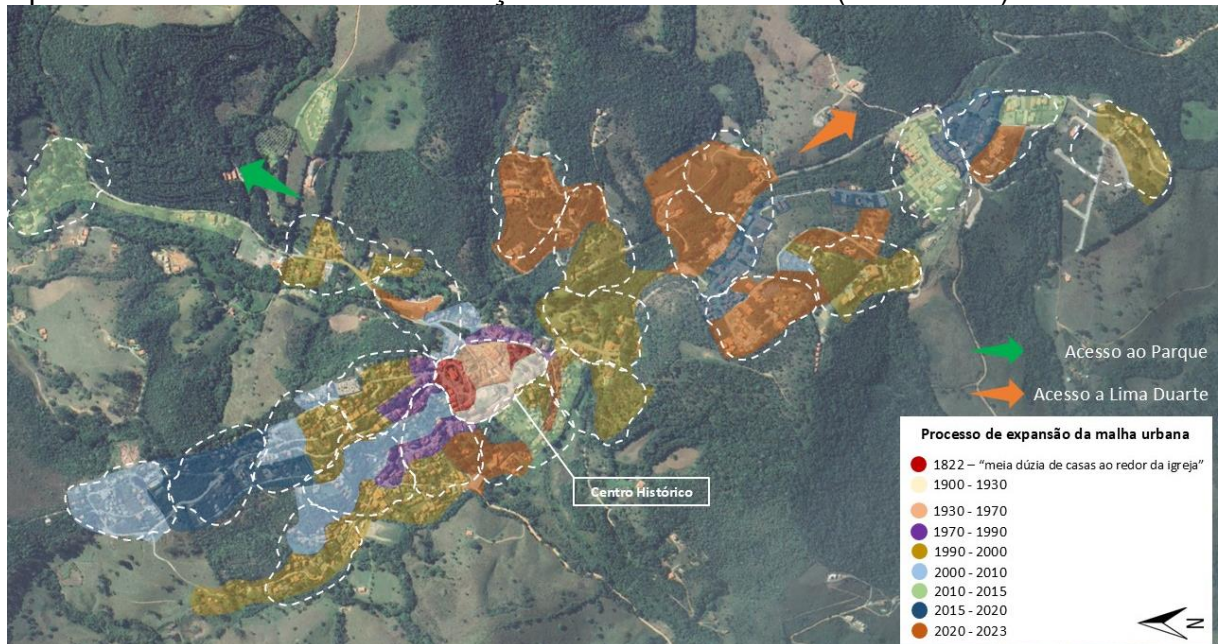
Figura 22 - Expansão urbana em Conceição de Ibitipoca



Fonte: Google Earth com alterações da autora (2024).

Observa-se que, no período de 1822 a 1970, correspondente a 148 anos, a mancha urbana estava restrita ao centro histórico. Contudo, a partir do início das atividades turísticas, em um intervalo de apenas 53 anos (1970 a 2023), essa mancha urbana expandiu-se aproximadamente 22 vezes (Figura 23), avançando nas direções oeste e leste, em direção à estrada-parque e à estrada que conecta Conceição de Ibitipoca a Lima Duarte.

Figura 23 - Expansão da Malha Urbana de Conceição de Ibitipoca: Crescimento Aproximado de 22 Vezes em Relação ao Centro Histórico (1970-2023)



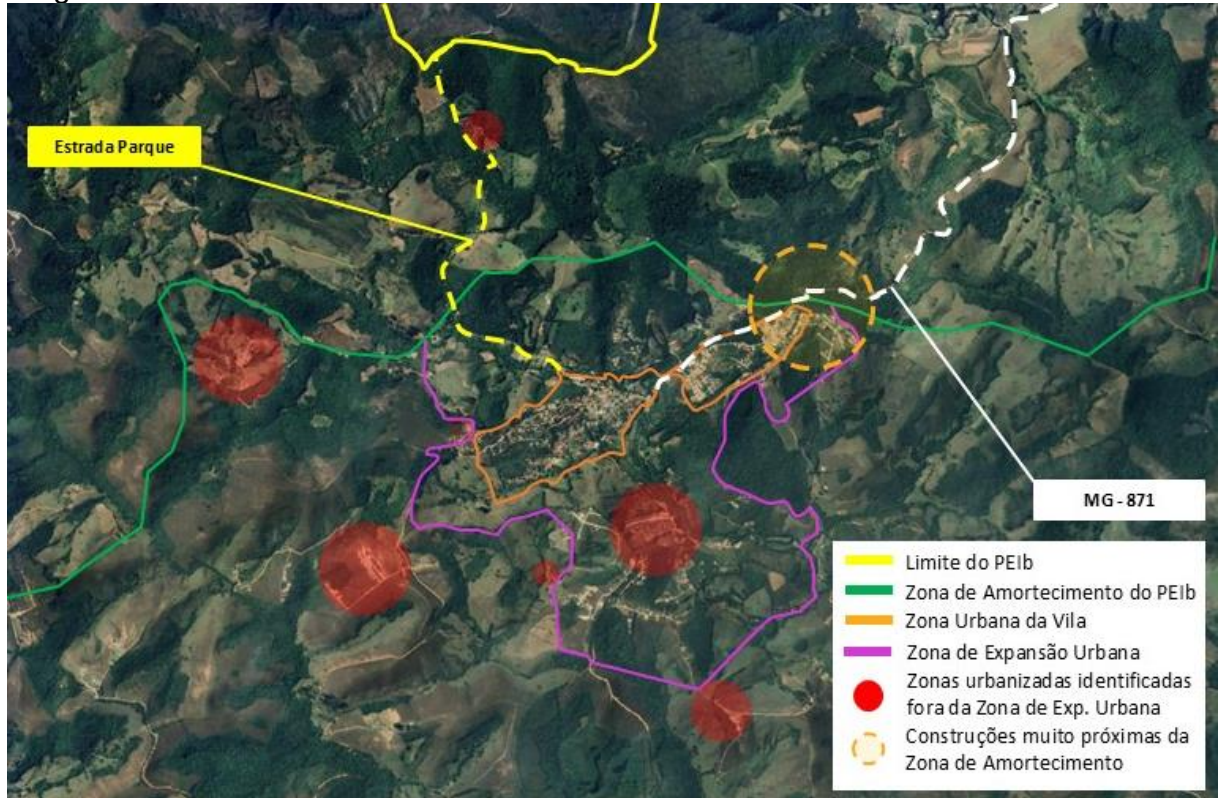
Fonte: Google Earth com alterações da autora (2024).

O expressivo crescimento da malha urbana de Ibitipoca reflete os processos de produção do espaço urbano, mediado por relações sociais, econômicas e históricas. Essa expansão não ocorreu de forma aleatória, mas como consequência da ação de diferentes agentes sociais, como proprietários fundiários, promotores imobiliários e o próprio Estado, cada um desempenhando papéis essenciais na configuração do espaço. A valorização da terra urbana, impulsionada pelas atividades turísticas, e a conversão de áreas rurais em urbanas destacam a centralidade dos interesses fundiários nesse processo, corroborando a análise de Corrêa (2004), que aborda a busca por maior rentabilidade fundiária e a pressão exercida para modificações no uso do solo.

Essa pressão imobiliária se manifesta de maneira exacerbada, a ponto de a zona de amortecimento do Parque Estadual do Ibitipoca, essencial para a conservação ambiental, estar sendo utilizada para novas construções, comprometendo o equilíbrio ecológico da região. Além disso, observa-se o desrespeito à legislação territorial, como no caso da zona de expansão urbana estabelecida pela Lei 1584/2010, que vem sendo ignorada em prol de interesses privados e especulativos (Figura 24). A Figura 24 ilustra ainda, o quão próximo a mancha urbana está da Zona de Amortecimento em determinada área da Vila, esse

cenário evidencia a fragilidade do planejamento urbano e a priorização do capital fundiário sobre as demandas ambientais e sociais.

Figura 24 - Zona de expansão urbana em Conceição de Ibitipoca e loteamentos irregulares



Fonte: Google Earth, com alterações da autora (2024)

No contexto do turismo de natureza em áreas urbanas situadas no entorno de Unidades de Conservação, é pertinente destacar as observações de Franklin (2024). O autor aponta que a conversão de áreas de mata e floresta em áreas para instalação de estruturas turísticas, como resorts, hotéis e restaurantes, provoca a perda de biodiversidade, seja pela supressão da cobertura vegetal, seja pelo aumento do contato entre seres humanos e fauna silvestre, o que pode ocasionar acidentes e mudanças no comportamento animal.

Dessa forma, percebe-se que o crescimento urbano desordenado e a intensificação do turismo de natureza no entorno do Parque Estadual de Ibitipoca agravam os riscos ambientais e ameaçam a sustentabilidade local. A combinação entre a pressão fundiária e o aumento da visitação turística resulta em impactos significativos tanto para a conservação ambiental quanto para a dinâmica socioespacial, exigindo políticas públicas mais rigorosas e efetivas para equilibrar o desenvolvimento econômico e a proteção dos recursos naturais.

Com relação aos loteamentos, segundo a secretaria de obras de Lima Duarte

O crescimento desordenado na Vila pode ser dividido em períodos: anterior a 2020, que eu considero que houve um crescimento desordenado muito grande, tanto no Arraial em si, quanto no seu entorno, que foram os loteamentos. Então muitos lá foram executados sem nenhuma aprovação da prefeitura e alguns até chegaram a ter aprovação, mas não concluíram o prazo e tudo mais. Mas a partir de 2020, com a ajuda do poder judiciário, a prefeitura começou a ter mais controle, então começou a regularizar aqueles loteamentos que já haviam se desenvolvido, quanto também dentro da Arraial, como por exemplo, com um simples alvará de construção você já consegue ordenar melhor as ações da construção em si e os loteamentos. Hoje, nesse período principalmente de 2021 a 2024, o crescimento em Ibitipoca eu coloco como muito ordenado, porque a gente tem uma fiscalização ativa e uma fiscalização que teve até concurso para fiscais. Hoje já regularizou, se não me falha a memória, 3 ou 4 loteamentos que já eram consolidados. A prefeitura, o loteador, juntamente com o poder judiciário, porque a maioria lá foi judicializado, entrou em acordo e conseguimos regularizar e os novos que surgiram lá também vem sendo aprovados. Hoje, Ibitipoca está tendo um crescimento ordenado “né”. É claro que alguns podem até fugir, eu sei que tem alguns que às vezes começam a surgir fora do perímetro urbano, aí gera um certo transtorno porque a prefeitura, de certo modo, perde um pouco seu poder, mas também não pode deixar fazer. (Servidor público municipal <sup>13</sup>B, 2024)

Somado a isso, o crescimento acelerado da mancha urbana da Vila, especialmente em direções estratégicas como a estrada-parque e a ligação com Lima Duarte, evidencia como o espaço urbano é moldado para atender às demandas do turismo, vetor predominante em Conceição de Ibitipoca. Esse processo exemplifica a transformação do espaço em função de dinâmicas de mercado e estratégias dos agentes sociais, o que resulta na materialização de uma nova espacialidade impregnada de significados e valores sociais.

O caso de Conceição de Ibitipoca ilustra como a produção do espaço urbano é simultaneamente uma condição e um meio para a reprodução das atividades humanas. No entanto, a grande questão imposta a expansão urbana desordenada e rápida, fruto do desenvolvimento do turismo e da alta procura por hospedagem e por estabelecimentos de entretenimento, é que a infraestrutura urbana não consegue acompanhar a expansão da malha urbana e o número de novas construções. Assim, problemas relacionados a conectividade e acesso à Vila, saneamento básico, energia

---

<sup>13</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com servidor municipal no dia 30/04/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

e comunicação e equipamentos urbanos e serviços públicos fazem parte da realidade vivida em Conceição de Ibitipoca, prejudicando turistas e principalmente os moradores.

Quanto ao acesso, a maioria dos turistas acessam o Parque e conseqüentemente a Vila, por meio da MG-871. A questão da qualidade do acesso a Conceição de Ibitipoca sempre foi muito pontuada por moradores, empresários e turistas. Tratando-se de uma estrada com características rurais recebendo um fluxo intenso de veículos, os problemas são constantes. Em 2022, iniciaram-se as obras de calçamento e um grande trecho da estrada será calçado favorecendo a chegada de turistas, a vida dos moradores e dos empreendedores que precisam levar mercadorias aos seus comércios. Segundo a secretaria de obras

Com a movimentação das pessoas para chegar em Ibitipoca, a estrada sofre muito com esse trânsito pesado, uma estrada vicinal, uma estrada rural segue uma pavimentação, mas ela não é feita para suportar o trânsito que ocorre. A gente (na secretaria de obras) sofre muito com a manutenção, que está diminuindo graças ao calçamento que a gente está executando, mas a gente ainda passa muito trabalho, por exemplo: no último feriado a gente teve que disponibilizar uma máquina para puxar o pessoal lá na serra, porque choveu um pouco e o pessoal não conseguia subir. Apesar do calçamento, a estrada ainda não vai ficar completa, mas o trecho que vai ficar sem calçamento é o trecho menos problemático. No convênio firmado com o Governo do Estado, a gente está calçando cerca de 13 km, são 13 km a menos para você fazer a manutenção, então em vez de você fazer manutenção na estrada toda, agora vamos fazer somente em 5 ou 7 km, isso querendo ou não, acaba facilitando o nosso trabalho e vão faltar poucos trechos, e a prefeitura já está trabalhando para conseguir a verba para completar o calçamento (Servidor público municipal<sup>11</sup> B, 2024).

Os moradores e empreendedores associam a melhoria da estrada ao turismo, entendendo que o fato da atividade turística existir, proporciona a eles alguns benefícios que outras comunidades rurais dentro de Lima Duarte não tem. A estrada rural calçada é um deles.

Tem benefícios sim, o da estrada mesmo, muita gente reclama, mas vai ver essa estrada aí a 30 anos atrás como que era. Era muito ruim e para você descer em Lima Duarte era como se fosse uma viagem muito grande. Tinha um senhor que chamava Tunico e levava a gente

de caminhão de leite. Depois já chegou o ônibus, aí já melhorou né. (Empreendedora local <sup>14</sup>A, 2024)

O crescimento desordenado e a alta na construção de novos loteamentos e residências para temporada também trazem implicações a infraestrutura urbana da Vila. Os impactos nas questões referentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário colocam em risco a sustentabilidade da atividade turística. Martins (2001) salienta que

O espaço tem seus limites, a população tem um ponto de saturação quanto a suportar a atividade, a infraestrutura urbana e hoteleira também. Logo, se atividade não teve um bom planejamento inicial (maioria dos casos no Brasil), sua continuidade vai implicar em um zelo atento aplicado ao espaço de modo a gerar desenvolvimento local sem excessos, sem a degradação do patrimônio arquitetônico, urbano e natural, mas com um custo relativamente baixo de manutenção dos locais encarregados de receber a visitação. (Martins, 2001, p. 29).

Cruz (2006) complementa

O turismo, por si só, não se sustenta a não ser que envolva aspectos relacionados à infraestrutura, especialmente questões relativas ao saneamento, hospedagem, alimentação, opções de lazer, vias de acesso, serviços e produtos oferecidos no local e meios de transporte para deslocamento, além da divulgação do local em meios de comunicação apropriados (Cruz, 2006, p. 338)

Em Conceição de Ibitipoca, o abastecimento de água, é feito por dois mananciais subterrâneos, conforme já abordado anteriormente. Segundo informações do DEMAÉ - Departamento Municipal de Água e Esgoto de Lima Duarte, essa quantidade de água não é suficiente para abastecer a Vila e mananciais superficiais são necessários para complementar o abastecimento local, principalmente em períodos de alta temporada. Por essa razão, ainda segundo a autarquia, a possibilidade do uso de mananciais superficiais do Parque Estadual de Ibitipoca está sendo cogitada, são eles: Monjolinhos e Riacho do Cruzeiro.

Ainda de acordo com o DEMAÉ, a água é retirada dos poços é direcionada para dois reservatórios, em pontos altos de Conceição de Ibitipoca, tratada apenas por cloração. Dos reservatórios, ela abastece primeiro as partes mais baixas da Vila

---

<sup>14</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com servidor municipal no dia 30/04/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

e, na sequência, vai para as edificações localizadas mais distantes, como a região da Tapera onde há mais moradores, por exemplo. Muitas residências, estabelecimentos comerciais, pousadas e hotéis no centro da Vila contam com reservatórios de água ou mais de uma caixa d'água privados e tais reservatórios são completamente cheios antes que a água chegue em pontos mais afastados do vilarejo. Tal atitude de moradores e empreendedores das áreas centrais está pautada no medo de ficar sem água em suas residências e estabelecimentos. Um empreendedor local pontua que

Houve um atropelamento na estrutura e entra de novo na ausência de planejamento né, a estrutura precária de estradas, de rede de esgoto, de capacidade de energia, de capacidade de água. Às vezes falta água em bairro mais alto da Vila, às vezes falta energia nos picos de feriado grande. Então essa falta de estrutura, porque não teve um planejamento lá atrás, reflete ainda hoje. Mas eu acho que nós ainda temos condições de organizar, embora a carruagem já esteja andando, mas está em tempo ainda da gente fazer a nossa parte e planejar, porque hoje estamos falando de uma Vila com menos de 2000 habitantes, eu não sei, vou chutar aqui, mas com menos de 2000 imóveis, então é uma coisa que dá para trabalhar ainda e ser um modelo exemplar para o Brasil. (Empreendedor local<sup>15</sup> C, 2024)

Diante das ponderações dos moradores e empreendedores, o DEMAÉ salienta que algumas iniciativas para solucionar o problema da falta d'água na Vila estão sendo tomadas. Uma delas trata-se da criação de um Manual do DEMAÉ para a disponibilização de água para novos loteamentos. Nesse manual, uma das premissas é que o loteador deve resolver as questões ligadas ao saneamento básico do seu empreendimento, principalmente no que diz respeito ao abastecimento de água.

Outra questão recorrentemente abordada, diz respeito ao esgotamento sanitário. Em Conceição de Ibitipoca, algumas ruas possuem a coleta de esgoto, embora este não seja tratado, enquanto outras depositam os efluentes diretamente nos cursos d'água (Figura 10). Em virtude do número de moradores, somado ao número de turistas, os cursos d'água estão poluídos, fator contraditório em um lugar que sobrevive, majoritariamente, do turismo de natureza e da preservação ambiental do Parque.

---

<sup>15</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com empreendedor local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

O tratamento de esgoto, eu acho que deveria ter, por que assim, a gente mora encostado no parque, onde um dos principais rios da Serra Grande<sup>16</sup> passa dentro da Vila e está todo poluído. Então eu acho que isso seria muito importante para o Parque e para a Vila também, eu acho que seria primordial o tratamento de esgoto. E a Vila está crescendo cada vez mais, mais e mais e não tem um tratamento esgoto e o riacho pequenininho que eu nadava nele quando era criança, bebia água do rio, hoje você nem considera colocar o pé, nadar, de jeito nenhum. (Morador local<sup>17</sup> E, 2024)

Quanto ao esgotamento sanitário, o DMAE informa que um projeto para a Estação de Tratamento de Esgoto de Conceição de Ibitipoca foi encaminhado ao CISAB Zona da Mata - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata e a Vila foi contemplada com a possibilidade de construção do equipamento. Os trâmites para efetivação da construção em questão estão em andamento desde então, e pretende-se usar o Reator Anaeróbio de Manto Lobo de Fluxo Ascendente no tratamento do esgoto, tratando cerca de 90% dos efluentes da vila.

Ao longo do processo de entrevistas, os relatos a respeito da infraestrutura precária de energia elétrica e de comunicações foram destacados por moradores e empreendedores. Além disso, a preocupação em relação a sustentabilidade da atividade turística foi levantada, entendendo que os prejuízos a infraestrutura da Vila e a precariedade de alguns serviços podem afastar os visitantes. Para um morador

A Vila precisa de melhoria na sua estrutura: a parte de distribuição de água, coleta de esgoto, coleta do próprio lixo doméstico, a parte de luz - acaba a luz aqui direto, eu já passei 3 dias sem luz aqui, também já fiquei um dia inteiro sem água. Então, se tiver uma melhoria na infraestrutura daqui de Conceição de Ibitipoca, o turismo passa a ser mais sustentável. **Num período mais longo, a minha preocupação é de chegar num momento que as pessoas pensem: não, eu não vou mais lá, não tá me agradando mais ir em Ibitipoca.** Então, assim, isso pode vir a acontecer e eu penso a favor do turismo, mas um turismo ordenado e controlado (Morador local<sup>18</sup> D, 2024).

Um empreendedor local destaca que

A Vila hoje precisa ser remodelada pro turismo, porque ela é da época que começou tudo, do jeito que ela sempre foi e não houve mudança, então o turismo cresceu e a Vila permanece com a mesma estrutura.

---

<sup>16</sup> É muito comum que moradores locais se refiram a Serra de Ibitipoca como Serra Grande.

<sup>17</sup> Entrevista semiestrutura, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com moradora local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

<sup>18</sup> Entrevista semiestrutura, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com moradora local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

Hoje a gente precisa de um primeiro passo, ou seja, um planejamento de trânsito, melhorar as ruas e fazer vagas de estacionamento, por exemplo. Precisa de um planejamento do esgoto, que o esgoto ele é eliminado no córrego da Conceição e esse córrego era muito limpo quando eu cheguei aqui e hoje está poluído, sendo que ele em si, já é um atrativo, porque ele tem quedas d'água naturais e poderia ser utilizado como atrativo turístico. Precisa melhorar em todos os aspectos o abastecimento de água, pois ele é de 30 anos atrás, as ruas são de 30 anos atrás, o abastecimento de a energia e telefone melhorou um pouco, mas ainda continua muito precário, a nossa internet é fraca. A gente precisa também de cuidados com o patrimônio histórico, cultural e turístico da vila, porque se isso não acontecer, a gente vai entrar em decadência, eu acredito. Se ficar nesse mesmo ritmo por mais 30 anos, com falta investimento, falta de cuidado com a Vila, falta de zelo por ela como o vilarejo mais antigo da região e um dos mais antigos de Minas Gerais, eu acho que vamos entrar em decadência, como eu falei. (Empreendedor local<sup>19</sup> E, 2024)

Dessa forma, o crescimento desordenado impulsionado pela alta demanda turística em Conceição de Ibitipoca gera impactos significativos tanto na infraestrutura urbana quanto na dinâmica socioeconômica local. A expansão de loteamentos e o aumento de imóveis destinados a locação por temporada têm sobrecarregado sistemas essenciais, como abastecimento de água e saneamento básico, ao mesmo tempo em que restringem o acesso à moradia permanente para os residentes. Apesar de iniciativas recentes para regulamentar e controlar o crescimento urbano, os desafios permanecem expressivos, especialmente em relação à capacidade de carga do território e à sustentabilidade das atividades turísticas. Esse cenário reforça a necessidade de um planejamento urbano e turístico integrado, que contemple tanto os direitos dos moradores quanto a preservação do patrimônio ambiental e cultural, assegurando que o turismo atue como um vetor de desenvolvimento equilibrado e inclusivo.

Quanto ao título do subitem, ele foi baseado em um trecho da entrevista com um empreendedor local, trecho esse, que por completo, encerrará parte da análise sobre o espaço urbano de Conceição de Ibitipoca.

Tem que organizar a casa, não é? O turismo em Ibitipoca começou do telhado para base, tinha que ter começado da base para o telhado. Tem que fazer valer o planejamento, pegar a associação de moradores, o próprio parque, no que puder contribuir e, principalmente, a prefeitura, para organizar porque senão cada dia que

---

<sup>19</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com empreendedor local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

passar, vai piorar e ficar mais difícil para ordenar. (Empreendedor local<sup>20</sup>C, 2024)

### 5.5 “Se essa rua, se essa rua fosse minha...”

O espaço em áreas turísticas tem enorme valor e é muito disputado, principalmente nas áreas onde se concentram as atividades comerciais. Em Conceição de Ibitipoca, as ruas destinadas ao comércio voltado para os turistas passaram por transformações à medida que a atividade se estabeleceu na vila. Um morador local destaca que

Muita gente modificou a fachada das casas, muitas casas que eram casas, deram lugar para o comércio, a casa deixou de ser casa e passou a ser loja, repartir, mudar a fachada e isso foi acontecendo à medida que o turismo foi crescendo. (Morador local<sup>21</sup> E, 2024)

A mudança de uso da área central de Conceição de Ibitipoca, que antes era predominantemente residencial e se converteu em uma área majoritariamente comercial, pode ser associada ao processo de gentrificação, conforme abordado no referencial teórico. A gentrificação, conceito inicialmente introduzido por Raquel Glass (1964), descreve a expulsão gradual de moradores tradicionais por novos grupos sociais, muitas vezes mais abastados, em áreas urbanas. A mudança de uso no centro de Conceição de Ibitipoca, observada na Figura 25, onde uma rua antes ocupada por residências foi transformada em um espaço totalmente comercial, reflete esse fenômeno. A conversão do uso residencial para comercial não é apenas uma alteração funcional do espaço, mas sim uma reconfiguração social do território, onde as dinâmicas de consumo e de mercado podem deslocar os moradores originais, típicos da classe trabalhadora, e atrair novos investidores e empresários.

Além disso, o processo de gentrificação é frequentemente acelerado pelo turismo, como argumenta Franklin (2024). O turismo, especialmente o turismo de massa, funciona como um catalisador, promovendo a chegada de empresas e investimentos no local, o que aumenta a pressão sobre os preços imobiliários. No caso

---

<sup>20</sup> Entrevista semiestrutura, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com empreendedor local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

<sup>21</sup> Entrevista semiestrutura, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com moradora local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

de Conceição de Ibitipoca, o desenvolvimento turístico e a crescente valorização da região impulsionam a transformação de áreas residenciais em espaços comerciais, atraindo empreendedores que buscam atender a uma nova demanda de consumidores.

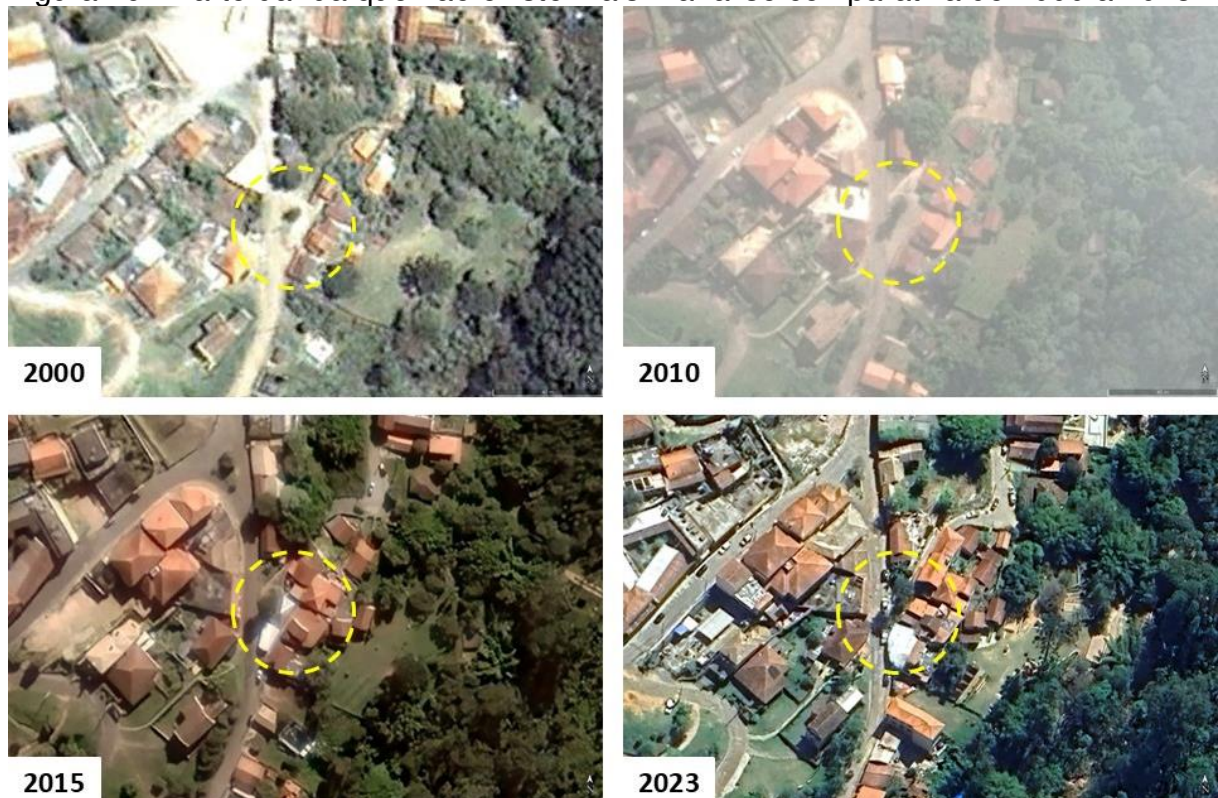
Figura 25 - Mudança do uso residencial para o uso comercial



Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Fátima Pires (1980) e arquivo da autora (2024)

Ao longo da pesquisa, foi possível observar, por meio da comparação de registros fotográficos, uma significativa alteração no uso das edificações e na ocupação das vias públicas em Conceição de Ibitipoca, especialmente nas principais ruas comerciais. Essa ocupação evidencia a apropriação de espaços públicos para fins comerciais e interesses individuais. A Figura 26 ilustra essa transformação por meio de uma sequência de imagens capturadas nos anos de 2000, 2010, 2015 e 2023. Em 2000, as ruas circundavam um espaço que funcionava como um jardim, característica que ainda era perceptível em 2010. No entanto, em 2015, observa-se que a rua, situada na parte inferior do jardim, passa a ser ocupada por estruturas provisórias, como lonas tensionadas comumente utilizadas em eventos. Em 2023, essas estruturas temporárias foram substituídas por construções permanentes, predominantemente em madeira, com coberturas de telhas cerâmicas ou de capim.

Figura 26 - Parte da rua que não existe mais – análise comparativa de 2000 a 2023



Fonte: Associação dos Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca e Google Earth (2024)

A mudança de uso das edificações no centro de Conceição de Ibitipoca, as construções que desrespeitam os gabaritos e padrões estabelecidos pela Lei 1.155/2001, a valorização das ruas centrais, que se tornaram polos comerciais, e a apropriação de áreas públicas para fins privados são reflexos diretos da pressão exercida pelo turismo sobre o espaço urbano. O turismo, ao transformar a vila em um destino atrativo, intensificou a disputa pelo espaço central, promovendo um processo de reconfiguração espacial que não só alterou a função original das edificações e ruas, mas também gerou impactos econômicos, sociais e culturais profundos. Essas transformações evidenciam a falta de planejamento urbano adequado para lidar com a crescente demanda gerada pela atividade turística, resultando em uma urbanização marcada pela ocupação desordenada, pela descaracterização arquitetônica e pela centralização das dinâmicas econômicas nos principais eixos de visitação.

## 5.6 De palco a estacionamento: a perda do espaço público na cultura local

*Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas o quadro de vida, mas um espaço vivido (Milton Santos, 2010).*

O espaço urbano é constituído tanto pelos elementos construídos quanto pelas vivências que nele se desenvolvem. A atividade turística, como destaca Paiva (1995), é um agente transformador do ambiente urbano, seja pela intensificação dos fluxos de pessoas, seja pelas demandas por infraestruturas específicas. Entre estas, os estacionamentos costumam ser as estruturas mais negligenciadas. Considerando que comunidades receptoras frequentemente acolhem turistas que utilizam veículos particulares para acessar hotéis, pousadas e casas de aluguel que não comportam a quantidade de automóveis, os veículos acabam ocupando as ruas centrais, especialmente aquelas próximas aos principais pontos de interesse.

Na Vila de Conceição de Ibitipoca, observa-se que, durante os períodos de alta visitação (fins de semana, feriados e férias), as ruas tornam-se congestionadas por carros. Essa ocupação desordenada acarreta diversos transtornos para os moradores, afetando tanto as atividades cotidianas quanto aspectos culturais locais.

As celebrações religiosas (Figura 28), tradicionalmente realizadas no espaço urbano da Vila, têm sido progressivamente suprimidas devido às mudanças nos modos de vida e na utilização do espaço público. Bedim (2008) observa que, como os períodos de maior fluxo turístico coincidem com as datas das principais celebrações religiosas do calendário católico (Semana Santa, Corpus Christi, Natal, entre outras), houve uma diminuição do tempo disponível para práticas culturais, pois os moradores passaram a se dedicar às atividades vinculadas ao atendimento dos turistas.

Figura 27 - Procissão Religiosa sem data precisa



Fonte: Site da Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca – Acesso em 2024

Um exemplo emblemático é a encenação da Semana Santa (Figura 29), reconhecida como uma prática cultural de grande relevância pela comunidade. Contudo, essa tradição foi perdendo força à medida que o turismo se intensificou. De acordo com relatos de moradores, o desaparecimento da encenação está associado tanto às novas ocupações relacionadas ao turismo, quanto à disputa pelo espaço físico onde o evento ocorria. As ruas centrais ao redor da Igreja Matriz, anteriormente utilizadas como palco pela comunidade, passaram a ser ocupadas como estacionamentos para os visitantes. Um empreendedor local (2024) reforça essa perspectiva ao afirmar que o impacto do turismo na Vila

Começa pela parte cultural religiosa né, as tradições que tinha aqui, os atos da Semana Santa, a procissão do encontro, hoje quando chega o final de semana e feriado não tem como mais ter essas partes religiosas, porque a Vila é superlotada de carros e, as pessoas que estão trabalhando né, nas pousadas, nos bares, enfim, não tem mais, aí se perdeu essa cultura. (Empreendedor local <sup>22</sup>D, 2024)

---

<sup>22</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com empreendedor local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

Figura 28 - Atos da Semana Santa nas ruas de Conceição de Ibitipoca



Fonte: Site da Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca – Acesso em 2024

Uma moradora local (2024) complementa:

As pessoas trabalham no comércio, elas trabalham nos feriados, fim de semana e férias, então as atividades que aconteciam nessa época ou pararam de acontecer ou estão perdendo cada vez mais força. Por exemplo, a Semana Santa que era uma tradição fortíssima aqui né, não acontece mais, ela parou de acontecer e quando você vai perguntar para as pessoas o porquê, é porque eles estão trabalhando na Semana Santa, então não tem como você fazer um planejamento, ensaio e fazer a encenação. Nem tem como fechar a rua, porque aquele lugar que era do morador e aquele momento que era do morador agora é do turista. (Moradora local <sup>23</sup>F, 2024)

Outro impacto gerado pela ausência de estacionamentos adequados e pela ocupação das vias públicas refere-se à mobilidade urbana e ao transporte público. Em Conceição de Ibitipoca, algumas ruas são estreitas e, quando ocupadas por carros estacionados, inviabilizam o tráfego de ônibus. Como resultado, a linha Lima Duarte – Conceição de Ibitipoca frequentemente não consegue alcançar seu ponto final na Vila durante os fins de semana e feriados. Isso obriga tanto moradores quanto turistas a descerem no primeiro ponto de parada do ônibus e percorrerem longas distâncias a pé, muitas vezes enfrentando a topografia acidentada do local, carregando compras ou bagagens.

A Figura 30 apresenta o trajeto do ônibus, representado por uma linha tracejada, e os diferentes trechos das vias utilizados como estacionamento. Considerando que as ruas são, em sua maioria, estreitas, a presença de automóveis estacionados em uma das laterais inviabiliza a realização completa do itinerário pelo transporte coletivo. Além disso, ressalta-se que, em determinadas datas, nas quais a

<sup>23</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com morador local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

Vila recebe muitos turistas, os veículos ocupam mais de um lado das vias, devido ao estacionamento em locais proibidos, o que dificulta, inclusive, o tráfego de automóveis de passeio.

Figura 29 - O trajeto do ônibus e o estacionamento



Fonte: Google Earth, com alterações da autora (2024)

Um morador local pontua que

A nossa Ibitipoca poderia estar muito mais bonita, muito mais agradável do que tá. Isso acaba prejudicando o próprio morador também, porque quem vive esse cotidiano com certeza é prejudicado. Um ônibus, por exemplo, em determinados finais de semana ou feriados, ele não vai ao seu ponto final, porque não tem como ele trafegar, fazer uma curva dentro de Ibitipoca, então deixa os moradores mais embaixo, às vezes pessoas de mais idade com compra, com bolsas, com caixas, que tem que se deslocar a pé e aqui é “amorrado” né, então prejudica principalmente os moradores. (Morador local<sup>24</sup> D, 2024)

Em suma, fica evidente, através das entrevistas, que os moradores e empreendedores locais sentem que a questão cultural foi muito prejudicada na Vila por conta da atividade turística. A desconexão com as raízes, bem como a perda do espaço público para o atendimento ao turista tornou-se uma prioridade e essa questão

<sup>24</sup> Entrevista semiestruturada, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com moradora local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

se reflete na gastronomia e nos hábitos dos moradores. O empreendedor local salienta que

Na questão dos costumes, teve um impacto social que é perder autenticidade, os costumes locais né, vou citar um exemplo, na gastronomia, hoje é difícil encontrar uma comida autêntica mineira, que represente a nossa região do interior de Minas. Daqui a pouco vai encontrar um McDonald's aqui. Na Vila você encontra sushi, sashimi, comida tailandesa e tudo mais, mas às vezes você não consegue encontrar aquele arroz com feijão, uma couve, um frango caipira. Então, isso impactou demais, porque as pessoas querem trazer seus costumes para a comunidade que visitam, mas eu acho que tem que ter uma inversão de propósito né, valorizar mais a nossa autenticidade mineira, do interior. Quando o turismo não é planejado, acontece esse impacto e acontece a pior coisa que pode acontecer, por que o turismo quando ele é bom, ele tem que ser bom para o turista e para a comunidade, e quando ele não é bom para a comunidade acontece que a gente vai perdendo a sensação de pertencimento. (Empreendedor local<sup>25</sup> D, 2024)

Corroborando com esse pensamento, o morador local que

Com essa vinda de turistas de fora né, que basicamente aqui 50% dos visitantes são do Rio de Janeiro e de São Paulo, 25% de cada um desses 2 estados, os moradores locais passaram a acreditar que era mais importante ele ter a cultura e os hábitos desses turistas para agradá-los, do que eles guardarem e praticarem a sua cultura. Então, por exemplo, é difícil encontrar hoje uma comida mineira, mas se você quiser uma comida japonesa, você vai encontrar com facilidade, tailandesa vai encontrar com facilidade, nordestina, vai encontrar com facilidade e, entre aspas, também vai encontrar uma alta gastronomia com mais facilidade do que uma comida mineira, então os moradores ganharam economicamente, mas culturalmente e socialmente, eles perderam. Então o turismo ele atrapalhou isso e acho que também por culpa do poder público, que não teve um acompanhamento, não teve uma valorização dessa cultura, eu acho que o poder público pecou nisso também. (Morador local <sup>26</sup>D, 2024)

Martins (2001) aborda a transformação vivenciada pelas comunidades receptoras em decorrência do contato com visitantes como alteridade. Segundo a autora, o contato com o turismo e com o turista provoca alterações nos moradores e em suas localidades, pois povos diferentes num espaço “do outro”, produzem alterações na estrutura social dos mesmos. Essas alterações impactam diretamente

---

<sup>25</sup> Entrevista semiestrutura, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com empreendedor local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

<sup>26</sup> Entrevista semiestrutura, aprovada pela Plataforma Brasil, realizada com moradora local no dia 08/11/2024 em Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte – MG.

a estrutura social contribuindo para a erosão de valores culturais fundamentais e identitários, caso seja conduzido de forma desordenada. Assim, a autora destaca que o turismo, quando controlado pode provocar o desenvolvimento dessas comunidades, mas quando deixado sem freios pode contribuir para a destruição de inúmeros valores caros às comunidades locais e que fazem parte do processo de criação de suas próprias identidades.

## 6. CONCLUSÕES

As considerações finais desta dissertação destacam os impactos do turismo na produção do espaço urbano na Vila de Conceição de Ibitipoca, um distrito marcado pelas tensões entre a preservação ambiental e o desenvolvimento turístico. A análise evidenciou como a dinâmica turística, intensificada a partir da criação do Parque Estadual de Ibitipoca em 1973, moldou o espaço ao impulsionar benefícios econômicos e sociais, mas também trouxe desafios relacionados à infraestrutura, à especulação imobiliária e à sustentabilidade local.

Uma das contribuições mais relevantes deste estudo foi revelar as contradições inerentes à relação entre turismo e espaço urbano em municípios pouco populosos. O turismo, ao atrair visitantes e novos moradores, promoveu a chegada de forasteiros e trouxe mudanças comportamentais que resultaram em conflitos entre os modos de vida tradicionais dos moradores e o estilo de vida dos turistas. A expansão da malha urbana e o aumento da procura por casas de aluguel e espaços de hospedagem provocaram a elevação dos preços imobiliários, tornando escassas as moradias a baixo custo para trabalhadores do comércio local.

Outro ponto de destaque foi o impacto do turismo na infraestrutura urbana, que não acompanhou o ritmo acelerado de construções. O aumento da demanda por conectividade e acesso à Vila, saneamento básico, energia, comunicação e equipamentos urbanos gerou um colapso na infraestrutura local. Problemas como a poluição dos cursos d'água pelo esgoto, a falta de água nos pontos altos da Vila e os picos de energia tornaram-se recorrentes. Além disso, a transformação do uso do solo residencial em comercial e a perda de espaços públicos, como ruas que passaram a ser ocupadas por veículos dos turistas, ilustram as pressões causadas pela atividade turística.

Os impactos culturais também foram significativos, evidenciando a perda de valores locais, como festas religiosas, tradições gastronômicas e aspectos identitários da cultura. A pressão do turismo sobre o espaço urbano resultou em alterações profundas nas dinâmicas sociais e culturais da Vila, configurando uma nova relação entre os habitantes e o espaço.

As entrevistas realizadas ao longo da pesquisa corroboraram essas observações, mostrando que os moradores e empresários reconhecem os efeitos negativos da atividade turística, embora ressaltem os benefícios sociais e econômicos

que o turismo trouxe para a Vila. No entanto, destacaram que a continuidade desse desenvolvimento depende de melhorias urgentes na infraestrutura urbana, como esgotamento sanitário, distribuição de água, fornecimento de energia, transporte público e mobilidade urbana.

Dentre as medidas a serem consideradas para a gestão sustentável do turismo na Vila, destaca-se a possibilidade de controle ao acesso de veículos, uma vez que o número elevado de carros nas ruas de pedra, aliado à insuficiência de áreas de estacionamento em residências, hotéis e restaurantes, compromete tanto a segurança dos pedestres quanto a preservação do calçamento. A adoção de estratégias que limitem o tráfego de veículos ou estabeleçam zonas exclusivas para pedestres pode contribuir para a conservação das vias históricas e a melhoria da mobilidade urbana, promovendo uma ocupação mais qualificada do espaço público.

Embora esta dissertação tenha proporcionado importantes reflexões sobre os impactos do turismo na produção do espaço urbano da Vila de Conceição de Ibitipoca, é preciso reconhecer algumas limitações que emergiram ao longo do processo de pesquisa. Uma delas diz respeito à dificuldade de alcançar uma compreensão mais aprofundada sobre os agentes sociais específicos que atuam diretamente na conformação do espaço urbano e na dinâmica de crescimento da Vila. Apesar dos esforços para identificar os principais agentes envolvidos — como proprietários fundiários, empresários do setor turístico e representantes do poder público —, as informações obtidas se mostraram parciais e, por vezes, insuficientes para traçar um panorama completo das relações de poder que moldam o território.

Além disso, apesar da análise ter evidenciado as contradições e os impactos do turismo sobre o espaço urbano e social da Vila, algumas questões permanecem em aberto, especialmente no que diz respeito ao entendimento mais detalhado sobre as estratégias adotadas pelos agentes privados para consolidar seus empreendimentos e às formas de resistência manifestadas pela comunidade local diante das transformações socioespaciais. Assim, não foi possível mapear, de maneira abrangente, as articulações políticas e econômicas que sustentam as iniciativas de expansão urbana e de infraestrutura, tampouco compreender integralmente os interesses específicos que impulsionam a especulação imobiliária e a modificação dos usos do solo.

Ademais, a análise dos efeitos negativos da atividade turística sobre a infraestrutura urbana, como o colapso no abastecimento de água, energia e

saneamento, foi abordada de forma parcial, não permitindo uma compreensão completa da extensão desses problemas. O planejamento urbano local, claramente insuficiente para acompanhar a expansão da malha urbana, ainda é um ponto crítico que precisa ser explorado em futuras pesquisas. A falta de uma visão integrada e sustentável do turismo, que contemple tanto as necessidades da população local quanto os desafios ambientais, ficou evidenciada, mas não foi possível identificar todas as causas estruturais que levam a esse descompasso.

Por fim, as limitações deste estudo apontam para a necessidade de futuras investigações que não apenas aprofundem a compreensão dos efeitos do turismo, mas também busquem soluções mais efetivas para os desafios encontrados. A pesquisa deixa claro que o turismo, embora tenha gerado benefícios econômicos, também impôs pressões significativas sobre o espaço urbano e a identidade local. O estudo da relação entre turismo e espaço urbano em áreas sensíveis, como Conceição de Ibitipoca, é um campo em constante transformação, e as questões não resolvidas exigem um olhar atento para as futuras dinâmicas que se estabelecerão entre os moradores, os visitantes e o ambiente natural.

## REFERÊNCIAS

- ACERENZA, Miguel Ángel. **Promoção turística: um enfoque metodológico**. São Paulo: Pioneira, 1991.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Atlas, 2000.
- AQUINO, Mariana Barreto. **Desenvolvimento sustentável em cidades de pequeno porte: Ilhabela, um estudo de caso**. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- ASSIS, Lenilton Francisco de; ARAÚJO, Francinelda Ferreira de. A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona**, Barcelona, v. 13, n. 294, 2009.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Os guias turísticos em Berlim. **Tempo Social: revista da Faculdade de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 299-320, 2012.
- BARRETO, Margarita. O Turismo na história. In: BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas - Sp: Papyrus Editora, 2003. cap. 5. p. 43-57.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus Editora, 1999. 164 p.
- BARRETO, Leilianne Michelle Trindade da Silva; LANZARINI, L. **Turismo Responsável no Brasil: tendências, estratégias e fomento em sustentabilidade, turismo de base comunitária e segurança turística**. 2023.
- BEDIM, Bruno Pereira. **O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2008.
- BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos Municípios, Velhas políticas: Práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2016.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940**. Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo. Brasília, DF: Presidência da República, [1940]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del2440.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del2440.htm). Acesso em: 20 out. 2024.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 44.863, de 21 de novembro de 1958**. Institui a Comissão Brasileira de Turismo. Brasília, DF: Presidência da República, [1958]. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **Lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967**. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios, [1967]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1960-1969/leicomplementar-1-9-novembro-1967-364990-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.191, de 27 de novembro de 1971**. Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências, [1971]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1191-27-outubro-1971-375494-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, [2000]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da cidade. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, [2001]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação de 2020), [2007]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm). Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, [2010]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 23 out. 2024.

BREMAEKER, François Eugène Jean de. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 206, p. 88 - 99, 1993.

CARNEIRO, Camilla Magalhães; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. **Planejamento urbano intermunicipal**. Arquitectos, 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/21.251/8046>. Acesso em: 20 out. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 458-477, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. São Paulo: CONTEXTO, 2017. p. 53-73.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, 2006. p. 337-350.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática. (1989)

CÔRREA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. São Paulo: CONTEXTO, 2017. p. 41-51.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

COURA, Livia Maria de Souza Almeida; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. **Distrito Municipal, a Escala Esquecida: Estudo de Caso de Muriaé - MG**. 2022. Disponível em <https://www.revistappr.com.br/conteudo.php?m=NDc5&l=pt>. Acesso em: 01/11/2025

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política de desenvolvimento do turismo no Brasil**. Atlas, São Paulo. (2008).

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: estudos de sociologia**. Tradução de Sérgio L. P. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENDLICH, Ângela Maria. **Enquadramento territorial, pequenas cidades e a viabilidade municipal**. In: Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2009, Candeias. Universidade Estadual do Sudeste da Bahia. 2009.

ENDLICH, Ângela Maria. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam? **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, p. 1-14, 2011.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, p. 45-54, 2000.

FERRARI, Sérgio. **Criação de municípios e debate científico: entre mitos e métodos**. *Revista de informação legislativa: RIL*, v. 53, n. 211, p. 55-80, jul./set. 2016. Disponível em: <[http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril\\_v53\\_n211\\_p55](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p55)>.

FOCCA, Wilian Braz; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. **Os filhos de Manhauçu: os municípios emancipados de Manhauçu e sua interação com o desenvolvimento**

**local.** In: Anais eletrônico do VII Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades – SINAPEQ. São José dos Campos (SP), Universidade do Vale do Paraíba, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viisinapeq/871674-os-filhos-de-manhuacu--os-municipios-emancipados-de-manhuacu-e-sua-interacao-com-o-desenvolvimento-local/>. Acesso em: 29/11/2025

FRANKLIN, Arthur Zanuti. **A gestão do patrimônio cultural em pequenas cidades históricas:** Manhumirim, MG (1997 – 2017). 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

FRANKLIN, Arthur Zanuti; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro; REIS, Luiz Fernando. O turismo em pequenas cidades de minas gerais: circuitos turísticos e ICMS turístico. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 5, n. 19, 2021.

FRANKLIN, Arthur Zanuti. **Caparaó mineiro:** a construção do território em torno do Parque Nacional pela atividade turística no período 2006-2022. 2024. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024.

GALVÃO, Jucilene. **O processo de planejamento do turismo de natureza:** reflexões sobre a construção da política municipal de desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro - SP, 2004.

GASTAL, Susana. (2005). **Turismo, imagens e imaginários.** São Paulo: Aleph, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLASS, Ruth. London: aspects of change. **Centre for Urban Studies**, Londres, 1964.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography difference.** Cornwall: Blackwell Publishers, 1996. 468 p.

FRANÇA, Iara Soares de. Pequenas cidades, problemas urbanos e participação social na perspectiva da população local. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 218 - 237, 2021.

LIMA DUARTE. **Lei 1.155, de 19 de dezembro de 2001.** Estabelece normas referentes a organização da ocupação e uso do solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca. Lima Duarte: Câmara Municipal, [2001]. Disponível em: <https://sapl.limaduarte.mg.leg.br/norma/392>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LIMA DUARTE. **Lei Complementar 48, de 05 de novembro de 2018.** Altera a Lei Ordinária nº. 1.155/2001. Lima Duarte: Câmara Municipal, [2018]. Disponível em: <https://sapl.limaduarte.mg.leg.br/norma/392>. Acesso em: 11 ago. 2024.

LIMA DUARTE. **Plano municipal de saneamento básico**. Lima Duarte. 2013. Disponível em: <https://www.ceivap.org.br/mata/Lima%20Duarte.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LIMA, Thaís Cristina Goulart. **Moradores e turistas: Significado e impacto do turismo em Paraty/RJ**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MACHADO, Carla Guimarães. **Vilegiatura marítima e urbanização litorânea: as transformações no litoral do município de Barra de São Miguel, AL**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 5, n. 2, p. 238-259. 2017.

MARICATO, Ermínia, **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**, 2013.

MARQUES, Clara Xavier. **Atividade turística e seus efeitos nas esferas cultural, ambiental e econômica: estudo do caso de Conceição de Ibitipoca/MG**. 2016. Monografia – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MARTINS, Ângela. Turismo realmente sustentável: um conceito a desenvolver. In MARTINS, Ângela. **Espaço turístico: qualidade e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Booklink. 2001.

MELLO, Diogo Lordello de. **O município na organização nacional: bases para uma reforma no regime municipal brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1971.

MINAS GERAIS. **Lei complementar nº 37, de janeiro de 1995**. Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências. [1995]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LCP/37/1995/>. Acesso em: 20 out. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 6.126, 04 de julho de 1973**. Cria os parques florestais de Ibitipoca e da Jaíba, nos municípios de Lima Duarte e Manga. [1973]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/6126/1973/> Acesso em: 20 out. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo para Conceição do Ibitipoca**. 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=42494>. Acesso em: 10 set. 2024.

MONASTIKY, Leonel Brizolla; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; BAUCHOWITZ, Luciane; LIMDA, Jardel de. A “escala esquecida”: modernização e políticas públicas nos distritos municipais. **Revista Temas & Matizes**, v. 8, n. 16, p. 08-23, 2009.

MULLINS, Patrick. Tourism Urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**, Reino Unido, v. 15, n. 3, p. 326-342, 1991.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes de Venâncio. **Sociologia do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

PALMEIRA, Maria Veronica Lins. **Desenvolvimento urbano e turismo: Uma análise da dinâmica urbana em Jequiá da Praia, Alagoas. 2007**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal do Alagoas, Maceió, 2007.

PAULA, Karine de Almeida. **As narrativas que compõem e projetam a cidade: o cotidiano, o turístico e o virtual e os reflexos do/no processo de planejamento e gestão urbanos de Tiradentes (MG). 2024**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2024.

PINTO, Georges. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 2003**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Renan Lopes de. **As implicações dos investimentos do Prodetur no processo do espaço em Imbassaí (Mata de São João – BA). 2016**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Roberto (orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles. 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, CARDOSO, Adauto Lucio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Roberto (orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles. 2015.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. 2010.

SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica. 2006**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SOLHA, Karina Toledo. Evolução do Turismo no Brasil, in: REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo**, Editora Aleph, São Paulo, 2000.

SOLDATELI, M. (2005). Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. In L.G.G. Trigo (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro** (pp. 517-535). São Paulo, SP: Roca.

SOUZA, Rafael Braga. **Territorialização do Airbnb em cidades pequenas turísticas brasileiras: regular é preciso?** 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução, crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. São Paulo: CONTEXTO, 2017. p. 123-145.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-89, 2002.

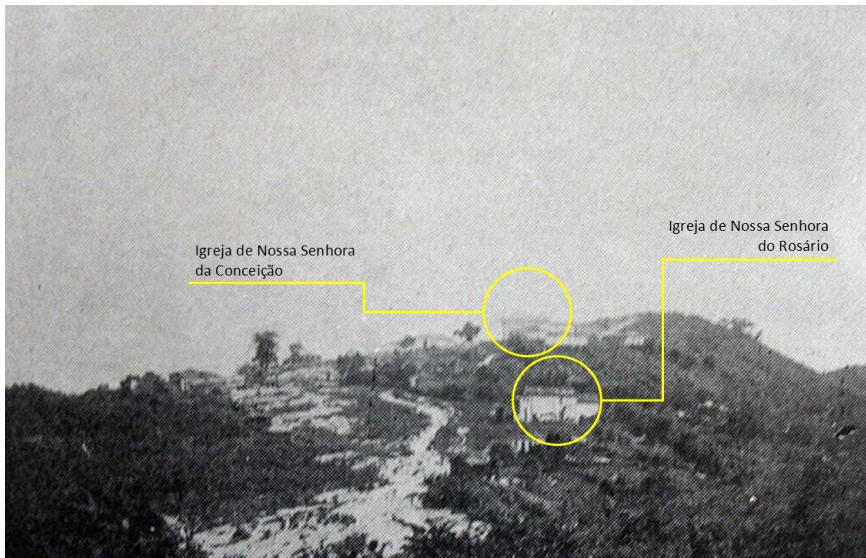
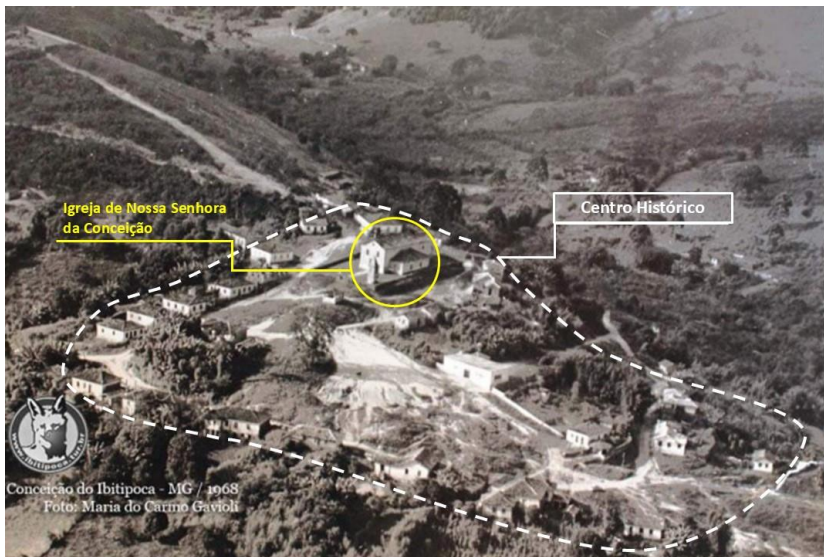
URRY, John. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel SESC, 2001.



VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999.

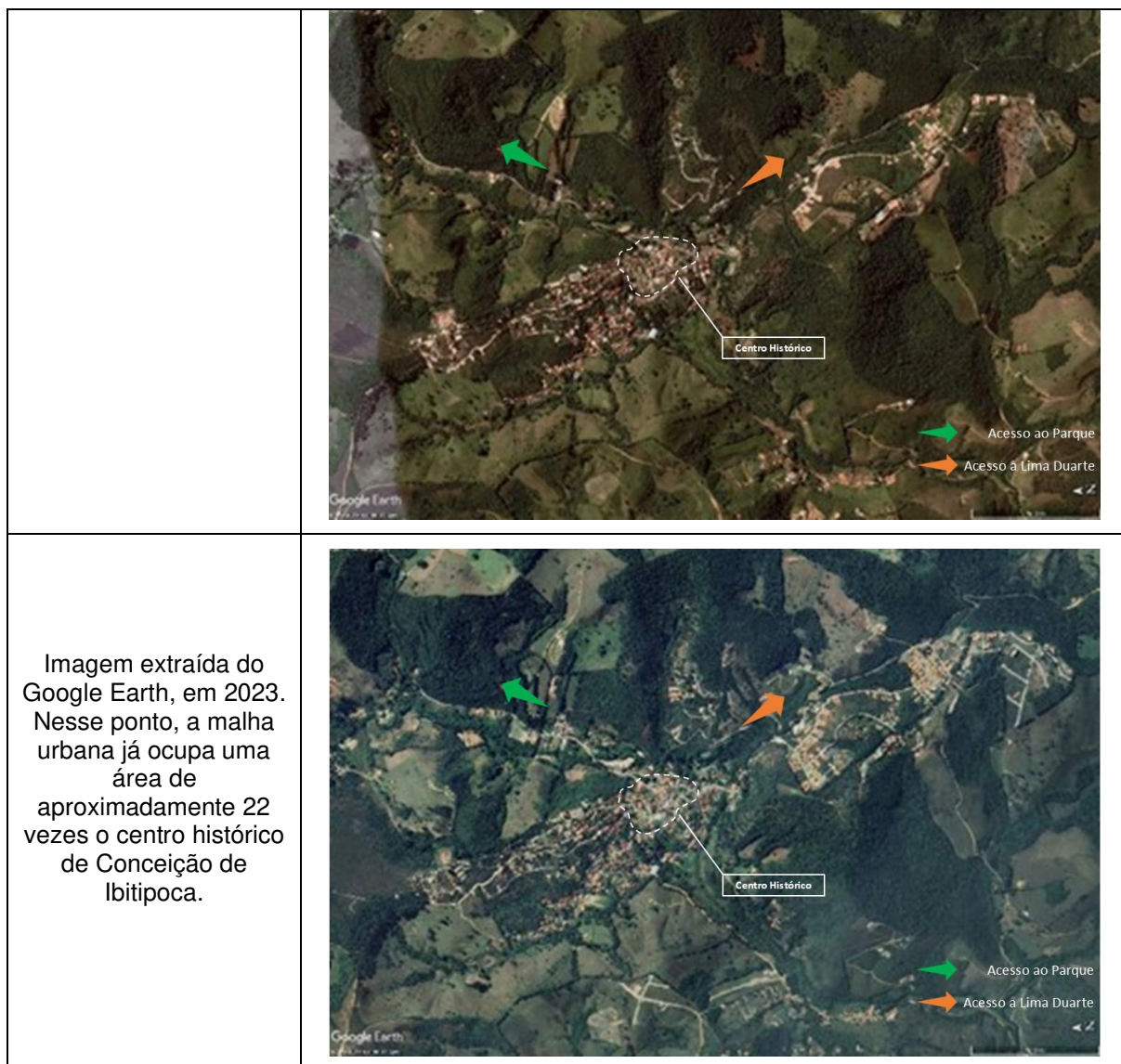
VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA EM CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA

Imagens que permitiram a análise da expansão urbana em Conceição de Ibitipoca	
<p>Fotografia de 1921, do livro Memórias Crographicas de Álvaro Astolpho da Silveira, que destaca as duas igrejas e as construções ao redor.</p> <p>Fonte: Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca.</p>	
<p>Fotografia de 1968, do arquivo de Maria do Carmo Gavioli, com destaque para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com casas ao seu redor.</p> <p>Fonte: Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca.</p>	

<p>Fotografia entre os anos 1980 e 1990. Nela é possível perceber que muitas novas ruas foram abertas e as construções agora saem para além do centro histórico (ao redor das igrejas).</p> <p>Fonte: Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca.</p>	
<p>Imagem extraída do Google Earth, anos 2000. Nesse caso, é perceptível um aumento da malha urbana para as direções do parque (seta verde) e para a estrada que conecta a Vila a Lima Duarte (seta laranja).</p>	
<p>Imagem extraída do Google Earth, em 2015. O adensamento na área próxima ao centro histórico fica perceptível, assim como as construções que aumentam para os loteamentos mais afastados.</p>	



Fonte: elaborado pela autora (2024)

## APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADA AO GRUPO 01 – MORADORES LOCAIS

O presente documento é parte da pesquisa “**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca**”, vinculada à Universidade Federal de Viçosa – UFV, campus Viçosa, em Minas Gerais, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com área de concentração em Planejamento do Espaço Urbano e Regional, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, desenvolvida pela aluna Nivalda Maria de Campos Valeriano e orientada pelo Professor Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

As perguntas apresentadas a seguir serão aplicadas a **5 moradores de Conceição do Ibitipoca – Lima Duarte – MG**, que serão encontrados através do método “bola de neve”. O objetivo da entrevista é compreender como os moradores observam o espaço urbano de Conceição do Ibitipoca em meio as atividades turísticas em consequência do Parque Estadual do Ibitipoca. **A entrevista tem duração aproximada de 30 minutos.**

Nome do entrevistado:

Idade:

Há quanto tempo reside em Conceição do Ibitipoca?

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

A. Questões gerais:

1. Como você observa o crescimento urbano da Vila de Conceição do Ibitipoca?
2. Como você observa o desenvolvimento econômico e social da Vila de Conceição do Ibitipoca?
- 3.

B. Questões sobre a atividade turística na Vila de Conceição do Ibitipoca:

4. A Vila é muito visitada por turistas? O número de turistas é maior ou menor em que/quais período(s)?
5. O que mudou na vida dos moradores por conta do turismo?
6. O que você pensa sobre o turismo em Conceição do Ibitipoca?
7. Você considera que o turismo trouxe benefícios para Conceição do Ibitipoca?
8. Você considera que algo tenha ficado prejudicado na Vila por conta da atividade turística?
9. Na sua opinião, tem algo que precisa ser melhorado para atender à população e aos turistas?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADA AO GRUPO 02 – EMPRESÁRIOS

O presente documento é parte da pesquisa “**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca**”, vinculada à Universidade Federal de Viçosa – UFV, campus Viçosa, em Minas Gerais, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com área de concentração em Planejamento do Espaço Urbano e Regional, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, desenvolvida pela aluna Nivalda Maria de Campos Valeriano e orientada pelo Professor Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

As perguntas apresentadas a seguir serão aplicadas a **6 empresários que tenham empreendimentos em Conceição do Ibitipoca - MG**, que serão encontrados através do método “bola de neve”. O objetivo da entrevista é compreender como os empresários observam o espaço urbano em Conceição do Ibitipoca em meio as atividades turísticas em consequência do Parque Estadual do Ibitipoca. **A entrevista tem duração aproximada de 50 minutos.**

Nome do entrevistado:

Tipo de empreendimento:

Idade:

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

A – Questões gerais:

1. Como você observa o crescimento urbano da Vila de Conceição do Ibitipoca?
2. Como você observa o desenvolvimento econômico e social da Vila de Conceição do Ibitipoca?

B – Questões sobre o empreendimento:

3. Há quanto tempo o empreendimento existe?
4. O empreendimento foi construído do zero ou consistiu em reformas/adaptações de um imóvel existente?
5. Onde residem os funcionários?

C – Questões sobre a atividade turística na Vila de Conceição do Ibitipoca:

6. A Vila é muito visitada por turistas? O número de turistas é maior ou menor em que/quais período(s)?
7. O que você pensa sobre o turismo em Conceição do Ibitipoca?
8. Você considera que o turismo trouxe benefícios a Conceição do Ibitipoca?
9. Você considera que algo tenha ficado prejudicado na Vila por conta da atividade turística?

10. Na sua opinião, tem algo que precisa ser melhorado para atender à população e aos turistas?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADA AO GRUPO 03 –  
SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE**

O presente documento é parte da pesquisa “**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca**”, vinculada à Universidade Federal de Viçosa – UFV, campus Viçosa, em Minas Gerais, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com área de concentração em Planejamento do Espaço Urbano e Regional, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, desenvolvida pela aluna Nivalda Maria de Campos Valeriano e orientada pelo Professor Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

As perguntas apresentadas a seguir serão aplicadas a **três profissionais das secretarias municipais de Lima Duarte - MG**. O objetivo da entrevista é compreender como os diversos agentes públicos estão atuando na produção do espaço urbano em Conceição do Ibitipoca em meio as atividades turísticas em consequência do Parque Estadual do Ibitipoca. **A entrevista tem duração aproximada de 60 minutos.**

Nome do entrevistado:

Idade:

Em qual setor atua:

Qual cargo ocupa dentro do setor:

Tempo de atuação:

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

A – Questões gerais:

1. Como você observa o crescimento urbano da Vila de Conceição do Ibitipoca?
2. Como você observa o desenvolvimento econômico e social da Vila de Conceição do Ibitipoca?

B – Questões sobre as atividades desenvolvidas pelo setor:

3. Qual é a função do setor no qual você atua?
4. Quais ações vêm sendo desenvolvidas pelo setor para Conceição do Ibitipoca?
5. Existe alguma ação conjunta entre os setores voltada para o turismo em Conceição do Ibitipoca?

C – Questões sobre a atividade turística na Vila de Conceição do Ibitipoca:

6. Existe algum dado sobre a quantidade de turistas que a Vila de Conceição do Ibitipoca recebe? O número de turistas é maior ou menor em que/quais período(s)?
7. Existe algum dado sobre os benefícios que o turismo trouxe a Conceição do Ibitipoca?

8. Você considera que algo tenha ficado prejudicado na Vila por conta da atividade turística?
9. Na sua opinião, tem algo que precisa ser melhorado para atender à população e aos turistas?

D – Questões sobre planejamento urbano na Vila de Conceição do Ibitipoca:

10. Qual a relação entre desenvolvimento do turismo e planejamento urbano?
11. Quais são as ações ligadas a planejamento urbano para Conceição do Ibitipoca?
12. Há alguma legislação que oriente a população sobre a execução de obras e/ou sobre edificação em si, como: código de obras, parcelamento, zoneamento, uso e ocupação do solo ou outras nessa linha?
13. Existe algum dado a respeito do número de construções e reformas e loteamentos, bem como sua natureza (moradia, hospedagem, casa de veraneio, serviços) em Conceição do Ibitipoca?
14. Há alguma dificuldade no processo de fiscalização de obras e loteamentos na Vila?

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Equipe de pesquisa:

Mestranda: Nivalda Maria de Campos Valeriano (mestranda PPG.AU)

Endereço: Rua José Ubaldo de Paiva, 106, apto 603, Ramos

Cidade: Viçosa / MG – CEP: 36570-266

Contatos: nivalda.valeriano@ufv.br / (32) 98466-4317

Professor orientador: Doutor Ítalo Itamar Caixeiro Stephan

Endereço: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa

Cidade: Viçosa / MG – CEP: 36570-900

Contatos: stephan@ufv.br / (31) 3612-6006

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPO 1

Prezado(a), o(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca**

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (PPGau-UFV) pela aluna Nivalda Maria de Campos Valeriano, sob coordenação do Prof. Dr. Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da mesma instituição.

Nesta pesquisa pretendemos analisar os efeitos das atividades turísticas na produção do espaço urbano na Vila de Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte-MG, porta de entrada do Parque Estadual do Ibitipoca. A motivação para este estudo leva em conta que, a partir da criação do Parque Estadual do Ibitipoca (PEI), em 1973, e o início das atividades turísticas, a dinâmica da produção do espaço urbano mudou, levando ao surgimento de infraestruturas de atendimento ao turista. Com este estudo, o que desejamos é produzir um material de apoio à gestores públicos, secretários e profissionais da área de planejamento urbano, com a finalidade de nortear a implementação da atividade turística nas comunidades receptoras levando em conta o planejamento urbano, o crescimento sustentável e a inserção da população local. Por isso, recorreremos à entrevista da qual lhe convidamos a participar. **O tempo estimado para respondê-la é de 30 minutos.**

Somente participarão das entrevistas na condição de entrevistado(s) **pessoas maiores de dezoito anos e plenamente capazes** de exercerem pessoalmente atos na vida civil. A entrevista será semiestruturada apoiada em um roteiro, composta das seguintes etapas: (i) gravação em áudio das conversas, por meio do uso de equipamentos eletrônicos; (ii) transcrição literal e posterior textualização das entrevistas, por parte do pesquisador. A entrevista, na forma do texto aprovado pelo Sr.(a), poderá ser incluída no arquivo final da dissertação. Os áudios das entrevistas não serão publicizados e ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de dois



dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Informações sobre o pesquisador responsável pela pesquisa:

Nome do Pesquisador Responsável: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan  
Endereço: Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Universidade Federal de Viçosa | Av. PH Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa, MG | CEP: 36570-000.  
Telefone: (31) 3612-6006  
Email: stephan@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
Universidade Federal de Viçosa  
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior  
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário  
Cep: 36570-900 Viçosa/MG  
Telefone: (31)3612-2316  
Email: cep@ufv.br  
www.cep.ufv.br

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(cidade) (dia) (mês) (ano)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante / Entrevistado(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável / Orientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Participante / Aluna

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPO 2

Prezado(a), o(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca**

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (PPGau-UFV) pela aluna Nivalda Maria de Campos Valeriano, sob coordenação do Prof. Dr. Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da mesma instituição.

Nesta pesquisa pretendemos analisar os efeitos das atividades turísticas na produção do espaço urbano na Vila de Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte-MG, porta de entrada do Parque Estadual do Ibitipoca. A motivação para este estudo leva em conta que, a partir da criação do Parque Estadual do Ibitipoca (PEI), em 1973, e o início das atividades turísticas, a dinâmica da produção do espaço urbano mudou, levando ao surgimento de infraestruturas de atendimento ao turista. Com este estudo, o que desejamos é produzir um material de apoio à gestores públicos, secretários e profissionais da área de planejamento urbano, com a finalidade de nortear a implementação da atividade turística nas comunidades receptoras levando em conta o planejamento urbano, o crescimento sustentável e a inserção da população local. Por isso, recorreremos à entrevista da qual lhe convidamos a participar. **O tempo estimado para respondê-la é de 50 minutos.**

Somente participarão das entrevistas na condição de entrevistado(s) **pessoas maiores de dezoito anos e plenamente capazes** de exercerem pessoalmente atos na vida civil. A entrevista será semiestruturada apoiada em um roteiro, composta das seguintes etapas: (i) gravação em áudio das conversas, por meio do uso de equipamentos eletrônicos; (ii) transcrição literal e posterior textualização das entrevistas, por parte do pesquisador. A entrevista, na forma do texto aprovado pelo Sr.(a), poderá ser incluída no arquivo final da dissertação. Os áudios das entrevistas não serão publicizados e ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de dois anos, a contar da data da defesa da dissertação. Após esse tempo, os arquivos de áudio serão deletados permanentemente.

Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da Ética em Pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Todavia, ao arguir sobre vivências, experiências e conhecimentos do Sr.(a), a pesquisa envolve riscos de origem psicológica, como desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante as gravações das entrevistas, medo de não saber responder ou de ser identificado, além de alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função das reflexões proporcionadas pelo ato de narrar a si e a sua história. No intuito de minimizar os riscos, as entrevistas serão realizadas em local adequado e sob condições apropriadas para a gravação das conversas, e poderão ser interrompidas a qualquer momento em que o Sr.(a) assim o desejar. Há também o risco de quebra de sigilo e de quebra de confidencialidade dos dados do participante e, para minimizá-los, é garantido a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Além disso, quando as informações do participante de

pesquisa forem repassadas a terceiros, os dados estarão codificados, a fim de garantir a privacidade.

Por outro lado, alterações de visão de mundo também podem se transformar em benefício para o Sr.(a), além da colaboração em um estudo o qual visa analisar os efeitos das atividades turísticas na produção do espaço urbano, que influencia na qualidade de vida da população local.

Para participar deste estudo, o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_ (telefone/e-mail) \_\_\_\_\_,

fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “O processo de produção do espaço urbano em Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Informações sobre o pesquisador responsável pela pesquisa:

Nome do Pesquisador Responsável: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan  
Endereço: Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Universidade Federal de Viçosa | Av. PH Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa, MG | CEP: 36570-000.  
Telefone: (31) 3612-6006  
Email: stephan@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa  
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior  
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário  
Cep: 36570-900 Viçosa/MG  
Telefone: (31)3612-2316  
Email: cep@ufv.br  
www.cep.ufv.br

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(cidade) (dia) (mês) (ano)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante / Entrevistado(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável / Orientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Participante / Aluna

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPO 3

Prezado(a), o(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA, LIMA DUARTE - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca**

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (PPGau-UFV) pela aluna Nivalda Maria de Campos Valeriano, sob coordenação do Prof. Dr. Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da mesma instituição.

Nesta pesquisa pretendemos analisar os efeitos das atividades turísticas na produção do espaço urbano na Vila de Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte-MG, porta de entrada do Parque Estadual do Ibitipoca. A motivação para este estudo leva em conta que, a partir da criação do Parque Estadual do Ibitipoca (PEI), em 1973, e o início das atividades turísticas, a dinâmica da produção do espaço urbano mudou, levando ao surgimento de infraestruturas de atendimento ao turista. Com este estudo, o que desejamos é produzir um material de apoio à gestores públicos, secretários e profissionais da área de planejamento urbano, com a finalidade de nortear a implementação da atividade turística nas comunidades receptoras levando em conta o planejamento urbano, o crescimento sustentável e a inserção da população local. Por isso, recorreremos à entrevista da qual lhe convidamos a participar. **O tempo estimado para respondê-la é de 60 minutos.**

Somente participarão das entrevistas na condição de entrevistado(s) **pessoas maiores de dezoito anos e plenamente capazes** de exercerem pessoalmente atos na vida civil. A entrevista será semiestruturada apoiada em um roteiro, composta das seguintes etapas: (i) gravação em áudio das conversas, por meio do uso de equipamentos eletrônicos; (ii) transcrição literal e posterior textualização das entrevistas, por parte do pesquisador. A entrevista, na forma do texto aprovado pelo Sr.(a), poderá ser incluída no arquivo final da dissertação. Os áudios das entrevistas não serão publicizados e ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de dois anos, a contar da data da defesa da dissertação. Após esse tempo, os arquivos de áudio serão deletados permanentemente.

Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da Ética em Pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Todavia, ao arguir sobre vivências, experiências e conhecimentos do Sr.(a), a pesquisa envolve riscos de origem psicológica, como desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante as gravações das entrevistas, medo de não saber responder ou de ser identificado, além de alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função das reflexões proporcionadas pelo ato de narrar a si e a sua história. No intuito de minimizar os riscos, as entrevistas serão realizadas em local adequado e sob condições apropriadas para a gravação das conversas, e poderão ser interrompidas a qualquer momento em que o Sr.(a) assim o desejar. Há também o risco de quebra de sigilo e de quebra de confidencialidade dos dados do participante e, para minimizá-los, é garantido a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Além disso, quando as informações do participante de

pesquisa forem repassadas a terceiros, os dados estarão codificados, a fim de garantir a privacidade.

Por outro lado, alterações de visão de mundo também podem se transformar em benefício para o Sr.(a), além da colaboração em um estudo o qual visa analisar os efeitos das atividades turísticas na produção do espaço urbano, que influencia na qualidade de vida da população local.

Para participar deste estudo, o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_ (telefone/e-mail) \_\_\_\_\_,

fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “O processo de produção do espaço urbano em Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte - MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Informações sobre o pesquisador responsável pela pesquisa:

Nome do Pesquisador Responsável: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan

Endereço: Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Universidade Federal de Viçosa | Av. PH Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa, MG | CEP: 36570-000.

Telefone: (31) 3612-6006

Email: stephan@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa  
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior  
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário  
Cep: 36570-900 Viçosa/MG  
Telefone: (31)3612-2316  
Email: cep@ufv.br  
www.cep.ufv.br

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(cidade) (dia) (mês) (ano)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante / Entrevistado(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável / Orientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Participante / Aluna